



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANILO SOUZA DE OLIVEIRA

**PENSANDO O LOCAL A PARTIR DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA
EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA (2006 - 2015)**

CACHOEIRA-BAHIA

2016

DANILO SOUZA DE OLIVEIRA

**PENSANDO O LOCAL A PARTIR DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA
EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA (2006 - 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Silva
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Eduardo

CACHOEIRA-BAHIA

2016

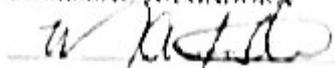
Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

O48p	<p>Oliveira, Danilo Souza de Pensando o local a partir da política de expansão do ensino superior no Brasil : uma aproximação dos impactos socioeconômicos da experiência UFRB/CAHL em Cachoeira (2006 - 2016) / Danilo Souza de Oliveira. – Cachoeira, 2016. 130 f. : il. ; 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Silva. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.</p> <p>1. Ensino superior - Brasil. 2. Universidades e faculdades - Brasil. 3. Estudantes universitários - Condições sociais. 4. Educação - Aspectos políticos. 5. Educação - Aspectos políticos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título. III. Título: Uma aproximação dos impactos socioeconômicos da experiência UFRB/CAHL em Cachoeira (2006 - 2016).</p> <p>CDD: 378.81</p>
------	---

**PENSANDO O LOCAL A PARTIR DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO
SUPERIOR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO DOS IMPACTOS SOBRE O LOCALISMO ANTES
DA EXPERIÊNCIA UBERLÂNDIA EM CACERES (2006 - 2013)**

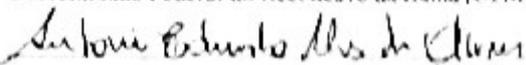
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.^a Dr. Manoel Ferreira Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFMG)



Prof.^a Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr. Patrícia Lessa Santos Costa

Universidade do Estado da Bahia

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram para sua realização.

AGRADECIMENTO

Encerrando mais um ciclo, na perspectiva de que outros possam ser renovados, início essas linhas trazendo à memória pessoas que ao longo desses anos de intensa dedicação ao mestrado, estiveram contribuindo para nosso sucesso.

Primeiramente ao meu bom DEUS, que nos deu força e preparo para iniciar essa caminhada. A minha família, que esteve ao meu lado em todo tempo. Minha esposa Flora Izabel Oliveira, meus filhotes Lucas Oliveira e o recém-chegado Benjamin Oliveira, que me fez ficar acordado nas madrugadas, favorecendo para que eu ficasse sempre atento à escrita. As velhas e novas amigas, que ajudaram sobremaneira nessa jornada. Em destaque a Valéria Reis Siqueira, com sua força e palavras de motivação, Antônio Eduardo Alves de Oliveira, sempre paciente e solidária a causa, contribuindo, quando possível, com sua biblioteca particular, Alex Sandro, com sua flexibilidade e paciência diante das demandas inerentes ao rito acadêmico, ao amigo e orientador Maurício Silva, por abraçar a proposta desde início do processo de seleção.

Saudações especiais, àqueles que participaram do projeto dando significativas contribuições. Em destaque, a amiga e professora Tânia Moura, figura incrível, Luana Souza e Horácio Fernandes, que com muita dedicação e esforço me ajudou com a aplicação dos questionários e Jezreel Melo (Mala).

Lembro-me de outros que não estiveram tão presente nesse projeto, mas que torcia muito para que tudo desse certo. Refiro-me aos incentivadores Edgilson Tavares (Dido), Luiz Claudio Dias do Nascimento (Cacau), Josias Moreira e outras cabeças pensantes, Jucileide Nascimento, Simone Brandão Souza. E tantos outros e outras que, direta e indiretamente, estiveram presente em diferentes fases desse processo, ficam aqui minha saudação e gratidão.

(...) Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção.

Karl Polanyi, A grande transformação: as origens da nossa época, 2012.

RESUMO

As políticas públicas vêm ganhando notória relevância no âmbito da análise do seu efeito sobre o desenvolvimento. Observa-se que, as políticas sociais de educação, em particular as universidades públicas, podem representar em larga medida, referência para apreensão da análise integrada entre desenvolvimento e políticas sociais. As universidades públicas veem despertando o olhar de estudiosos no sentido de entender a participação dessas instituições no desenvolvimento regional e/ou local. Nesse sentido, esse trabalho busca-se apreender parte dos efeitos socioeconômicos gerados pelo Centro Artes, Humanidades e Letras (CAHL) na cidade da Cachoeira, durante o período 2006 a 2016, na perspectiva de perceber possíveis contribuições para o desenvolvimento local. O objetivo proposto foi desenvolvido a partir da seguinte hipótese: a oferta de ensino superior público, os gastos realizados pela universidade com pagamentos de professores, funcionários e os gastos em consumo dos alunos de fora da região, podem estar contribuindo para algum tipo de mobilidade socioeconômica ascendente no município da Cachoeira, levando ao desenvolvimento local. As metodologias de avaliação dos impactos sociais e econômicos foram realizadas, a partir da apreensão da participação de (i) Cachoeiranos na oferta de ensino superior, o (ii) desdobramento na possível melhoria da qualidade de vida dos pesquisados, e a participação institucional da universidade nas discussões das coisas públicas. Sobre o impacto econômico, buscamos quantificar e qualificar os (iii) gastos realizados por professores, funcionários e os alunos de fora da região que estudam no CAHL, assim como perceber a perspectiva do (iv) empresariado local. Concluímos que o CAHL vem contribuindo para o desenvolvimento do município da Cachoeira. No entanto, observam-se limitações inerentes ao município que inviabilizam uma maior participação da universidade na melhoria da qualidade de vida local.

Palavras-chave: Universidades, desenvolvimento local, políticas de educação, expansão do ensino superior no Brasil.

ABSTRACT

Public policies are gaining notable relevance in the analysis of its effect on development. It is observed that social education policies, especially public universities, may represent largely reference to grasp the integrated analysis of development and social policies. Public universities see arousing the look of scholars in order to understand the participation of these institutions in regional and / or local development. In this sense, this work seeks to seize part of the socio-economic effects generated by the Arts Center, Humanities and Letters (CAHL) in the city of Cachoeira, during the period 2006-2016 with a view to realizing possible contributions to local development. The proposed objective was developed from the following hypothesis: public higher education offering to the cats made by the university with teachers payments, employees and cats in consumption of students from outside the region, may be contributing to some sort of socioeconomic mobility up in the city of Cachoeira, leading to local development. The methods of assessing the social and economic impacts were realized from the seizure of the participation of (i) Cachoeiranos in offering higher education, (ii) split the possible improvement of the quality of life of those surveyed, and the institutional participation of the university in the public affairs discussions. On the economic impact, we seek to quantify and qualify (iii) expenses incurred by faculty, staff and students from outside the region who study in CAHL, as well as understand the perspective of (iv) local businesses. We conclude that the CAHL has contributed to the development of the city of Cachoeira. However, they observe limitations of the municipality that prevent greater participation of the university in improving the local quality of life.

Keywords: Universities, local development, education policies, expansion of higher education in Brazil

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do Produto Interno Bruto do município de Cachoeira entre o ano de 2001 a 2012.....	65
Gráfico 2: Evolução das empresas no município de Cachoeira entre os anos de 2006 e 2012.....	67
Gráfico 3: Crescimento dos setores do serviço, indústria e agropecuária no município de Cachoeira entre os anos de 2001 a 2012.....	69
Gráfico 4: Evolução do número de matriculados no CAHL entre os anos de 2006 e 2014.....	72
Gráfico 5: Distribuição da Renda e Consumo médio anual da comunidade acadêmica (2006 e 2016).....	78
Gráfico 6: Grau de correlação e regressão entre Renda e Consumo da comunidade acadêmica ao longo dos anos entre 2006 e 2016.....	79
Gráfico 7: Comparação entre o consumo médio anual da comunidade acadêmica e seus gastos por categoria.....	84
Gráfico 8: Percepção econômica dos empresários do segmento de serviços sobre a universidade	85
Gráfico 9: Representação da participação do número de Alunos de fora da localidade e Cachoeiranos nas matrículas do CAHL entre o ano de 2006 a 2014.2.....	88
Gráfico 10: Relação entre número total de formados no CAHL, Cachoeiranos matriculados e o total de Cachoeiranos formados entre o ano de 2006 e 2014.2.....	89
Gráfico 11: Percepção dos Cachoeiranos formados sobre os cursos ofertados pelo CAHL e as necessidades municipais.....	92
Gráfico 12: Cachoeiranos formados que desenvolvem alguma atividade remunerada em sua área de formação.....	93
Gráfico 13: Percepção dos Cachoeiranos formados sobre o que pode estar comprometendo sua inserção na área de formação na localidade.....	94
Gráfico 14: Grau de participação de professores e servidores em movimentos sociais local.....	95
Gráfico 15: Grau de participação em sessões na Câmara de Vereadores de Cachoeira.....	96
Gráfico 16: Grau de participação em Conselhos Municipais.....	97

Quadro 1: Infraestrutura patrimonial do Centro de Artes, Humanidades e Letras.....61

Tabela 1: Evolução da oferta de ensino superior no Brasil (1808-1960).....	38
Tabela 2: Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002.....	50
Tabela 3: Evolução do número de IES no Brasil, segundo a natureza administrativa (2002 a 2008)...	51
Tabela 4: Evolução do número de docentes do Centro de Artes, Humanidade e Letras de acordo com a titulação no período entre 2006-2015.....	62
Tabela 5: Evolução do quadro de servidores e terceirizados do CAHL durante o período entre 2006 e 2015.....	62
Tabela 6: Gastos realizados pela CAHL com folha de pagamento de servidores entre o período de 2006 a 2015.....	63
Tabela 7: Evolução do PIB do município de Cachoeira entre 2001 e 2012.....	64
Tabela 8: Estatística do Cadastro Central de Empresas (2006 – 2012).....	66
Tabela 9: Produção do setor de serviço, indústria e agropecuária na economia de Cachoeira (2001 a 2010).....	68
Tabela 10: Instituições de educação superior, segundo a dependência administrativa, no município de Cachoeira-Bahia (2007-2010).....	70
Tabela 11: Matrícula na educação superior, segundo a dependência administrativa, no município de Cachoeira, no estado da Bahia – 2007-2010.....	71
Tabela 12: Número de Matrículas realizadas no CAHL entre o ano de 2006 a 2014.....	71
Tabela 13: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.....	73
Tabela 14: Distribuição das rendas médias da comunidade acadêmica por categorias: professor, aluno e servidor.....	76
Tabela 15: Distribuição dos consumos médios da comunidade acadêmica por categoria: professor, aluno e servidores.....	77
Tabela 16: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com moradias (alugueis e hospedagem) em 2016.....	81
Tabela 17: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com refeições em 2016.....	82
Tabela 18: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com cestas básicas.....	82
Tabela 19: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com bares.....	83
Tabela 20: Número de matrículas realizadas no CAHL e número de matrículas ocupados por Cachoeiranos entre 2006 e 2014.2.....	87
Tabela 21: Evolução de Cachoeiranos com superior completo entre 1991 a 2010.....	101

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

C.M. – Custo médio.

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PIB – Produto Interno Bruto

Prof.^a - Professor

Qt - Quantidade

R.M – Renda média

Serv. - Servidor

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

$\Delta\%$ Variação percentual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
---------------	---

2. POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO	11
2.1 ESTADO: PERSPECTIVAS ENTORNO DE SUAS ATRIBUIÇÕES SOCIAIS	11
2.2 A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E A DUPLA PERSPECTIVA SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS	14
2.3 ENFOQUE SOBRE A ANÁLISE INTEGRADA ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO	24
2.3.1 A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	27
2.3.2 A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	31
3. AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	36
3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	36
3.2 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	45
3.2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E FHC	48
4. O LOCAL E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	52
4.1 O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA: CARACTERIZAÇÃO LOCAL E REGIONAL	52
4.2 UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO DA EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL NA DINÂMICA DA REALIDADE CACHOEIRANA	60
5. EFEITOS SOCIOECONÔMICAS PRODUZIDAS PELA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA	74
5.1 A DIMENSÃO ECONÔMICO DA RELAÇÃO ENTRE UFRB/CAHL E O MUNICÍPIO DA CACHOEIRA	74
5.2 A DINÂMICA SOCIAL PRODUZIDA PELO UFRB/CAHL NO MUNICÍPIO E CACHOEIRA.	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
BIBLIOGRAFIA	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRÉ-TESTE	108
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRÉ-TESTE	110
APÊNDICE C – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	112
APÊNDICE D – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	115

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas vêm ganhando notória relevância no âmbito da análise do seu efeito sobre o tecido social. Tal perspectiva pode ser abordada a partir do enfoque sobre a análise integrada entre políticas públicas e desenvolvimento. Em particular, nos chama atenção a relação entre as políticas sociais de educação e desenvolvimento local. Nesse sentido, as universidades podem representar em larga medida, referência para apreensão da análise integrada entre desenvolvimento e políticas sociais. Seu papel de ensino, pesquisa e extensão, traz sob si, elementos capazes de fornecer dados e informações sobre as possíveis implicações de sua participação na dinâmica da vida social e econômica.

Observa-se que o papel das universidades através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, veem despertando o olhar de estudiosos no sentido de entender a participação dessas instituições no desenvolvimento regional e/ou local. Sua participação estar para além de atender demandas locais por qualificação. Sua capacidade de aglomerar ao redor de suas estruturas novos arranjos produtivos chama a atenção para uma possível estratégia de desenvolvimento via instituições de ensino superior (LOPES, 2012; ROLIM & KURESKI, 2009).

É nessa perspectiva que, com objetivo de “*explorar o potencial socioambiental do Recôncavo da Bahia, acelerando o desenvolvimento de uma região cuja base da economia é a agricultura de subsistência e a exploração do petróleo*”¹, surge a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A partir das ações empreendidas pelo Programa de Expansão Fase I², sociedade civil e o papel desempenhado pelo Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, a UFRB é institucionalizada e passa a fazer parte do território de identidade Recôncavo da Bahia. Em particular, a experiência do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), inserido na cidade de Cachoeira, oferece condições para uma possível aplicação e apreensão da análise integrada entre políticas sociais de educação e desenvolvimento local.

Pensar a relação que se dá entre a UFRB/CAHL e o município de Cachoeira, é refletir os efeitos produzidos pela política de expansão do ensino superior nessa localidade. Desta forma, a implantação desse *campus* parece produzir uma nova dinâmica nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais no município.

¹ Objetivo apresentado no Programa de Expansão das Universidades Federais o sonho se torna realidade! (2006, p. 22)

² nos últimos 10 anos, os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 universidades federais e 148 *campus*/unidades (Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, p. 09,

Tal perspectiva convida o pesquisador a entender a participação desse novo ator social na realidade da reconhecida cidade heroica, monumento nacional, herdeira de rica tradição negra (escravista), indígena e portuguesa, um dos maiores entrepostos do comércio açucareiro e fumageiro no período Brasil Colônia. Inicialmente um povoado, em seguida Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Em 1837 foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Heróica Cidade da Cachoeira.

Em 1531, Martim Afonso de Souza, empreende na Bahia o cultivo da cana-de-açúcar. Juntamente com a sua expedição estava Paulo Dias Adorno, responsável pelo povoamento que se deu às margens do rio Paraguaçu. Ali o fidalgo fixou moradia, entre os riachos Pitanga e Caquende³. Em sua fazenda homenageou Nossa Senhora do Rosário e, a partir das atividades ali desenvolvidas, surge, em seu entorno, um povoação. No final do século XVII, em 1698, o povoado que se desenvolveu através da economia do açúcar, torna-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Sua história está intimamente relacionada a sua vizinha (irmão) São Félix; separadas apenas pelo Paraguaçu, porém unidas pela ponte D. Pedro II. “Cidades gêmeas, elas conheceram, essencialmente, a mesma posição na constelação do Recôncavo” (MARCELIN, 1996, p. 31).

Seu espaço físico compreendia uma superfície muito maior e se estendia para Oeste e Norte da zona paralela do Recôncavo baiano, a zona de transição ecológica ou agreste, onde as principais freguesias produtoras de tabaco estavam integradas ao seu Termo desde 1775⁴. Cachoeira compreendia uma zona aninhada à borda da Baía de Todos os Santos, zona dos solos massapê onde floresceu a cultura do principal produto do Brasil Colônia, o açúcar, e a zona transitória para o sertão, onde floresceu o segundo, o fumo (NASCIMENTO, 2015).

A paisagem da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, foi forjada a partir dos interesses do capital mercantil internacional. O fértil solo massapê, o clima úmido e subsumido, e a navegabilidade do Paraguaçu, contribuíram para o cultivo, primeiramente da cana-de-açúcar e, logo em seguida, do tabaco, tendo principal via de escoamento da produção o rio. Tais características sustentariam a base da economia de Cachoeira.

Há exemplo de sua base econômica-agrícola, um de seus distritos, o Iguape, concentrava 80% das terras cultiváveis no século XIX (FRAGA FILHO, 2006, p. 31). Nesse mesmo contexto, sobre as antigas *plantations*, emergiram fortes estruturas constituídas em fazendas e engenhos que exploraram à terra durante todo o período em que o açúcar e o fumo eram as principais *commodities* da época (MARCELIN, 1999). Cachoeira passa a ser um dos

³ O primeiro núcleo de povoamento de Cachoeira é oriundo de uma redução indígena criada com os sobreviventes ao genocídio empreendido por Men de Sá, 3º governador-geral da Bahia, na noite de São Miguel (29 de setembro) de 1557, considerado pelo referido governador-geral como o seu mais importante feito.

⁴ Considerando a área física dos Termos de Cachoeira, sua área física perfazia, aproximadamente, 3. 109 km².

mais importantes entrepostos da província; além de se constituir um dos principais centros de produtores de cana. (FRAGA FILHO, 2006).

O declínio da economia de Cachoeira está intimamente relacionado aos novos fenômenos que ocorreram durante o período entre os séculos XIX e XX no Brasil Colônia. Cachoeira, sendo uma das maiores produtoras do açúcar, chegando a ter 14 grandes plantations, comercializando o açúcar de melhor qualidade do Recôncavo da Bahia, via o declínio da economia do açúcar após a primeira metade do século XIX, em decorrência ao advento do açúcar de beterraba. Concomitantemente, ao processo da cultura açucareira, foi sendo introduzido o cultivo do tabaco, relativamente mais viável do ponto de vista econômico em relação ao *plantation* da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, o aumento do preço do tabaco no mercado internacional, contribuiu para a proliferação da cultura do tabaco em Cachoeira, São Félix e outras cidades do Recôncavo (MARCELIN, 1998, p. 40:42).

No século XIX, na Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822, foram dados os primeiros passos pela independência da Bahia e do Brasil. A participação de Cachoeira na luta armada pela independência, resultou no decreto provincial Lei nº 43 de 13 de março de 1837, que elevava Cachoeira à categoria de cidade e, ao mesmo tempo é homenageada com Heroica cidade. Além do reconhecimento dos seus feitos, Cachoeira destaca-se pelo seu conjunto arquitetônico herdado durante o período Brasil colônia. Nesse sentido, em 18 de Janeiro de 1971, “a Heróica” recebe o título de monumento nacional, através do decreto presidencial nº 68.045, onde no Art. 1º diz: fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira (...) inscrito no livro de Tombo do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional.

Atualmente o município de Cachoeira, entre os mais importantes, é um dos menores do Estado da Bahia; com uma área de 398,5 km². No entanto, seu tamanho não tem limitado seu crescimento econômico e demográfico. Sua população estimada para o ano de 2015 foi de 34.535 mil habitantes; uma projeção de crescimento de 7,83% em relação à população de 32.026 em 2010; período em que foi aplicado o último censo. Ainda segundo dados disponíveis no IBGE, seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2012⁵ foi de 265.347, e vem crescendo a uma taxa média anual de 11%. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o ano de 2010, em comparação ao ano de 2000, mostra um crescimento de 25,39%. Apesar do crescimento do IDH, o município ainda encontra-se com nível desenvolvimento médio, posto que, sua variação de 0.647.

⁵ O site do IBGE ainda não disponibilizou dados mais atuais, tais como o PIB de 2013 e 2014. Nesse sentido, nossa análise limita-se ao ano de 2012.

Ainda sobre esse cenário de aparentes melhorias, destaca-se o potencial cultural e ambiental da cidade, ainda conservados com grandes dificuldades pelo decreto 68.045/71. No sentido de contribuir com a conservação desse patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, destacamos a chegada da UFRB/CAHL.

A partir desse contexto, essa pesquisa partiu da seguinte *questão de investigação*: até que ponto, ou em que medida, as políticas sociais de educação, via instituição de ensino superior pública, podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local?

Nessa perspectiva, partimos da seguinte *hipótese*: a atividade de ensino, os gastos realizados pela universidade com pagamentos de professores, funcionários e os gastos em consumo dos alunos de fora da região, podem estar contribuindo para algum tipo de mobilidade socioeconômica ascendente no município da Cachoeira, levando ao desenvolvimento local.

No que tange ao *objetivo geral* desse trabalho, levando-se em conta seu caráter econômico e social, buscamos apreender parte dos efeitos socioeconômicos gerados pelo Centro Artes, Humanidades e Letras na cidade da Cachoeira, durante o período 2006 a 2016, na perspectiva de perceber possíveis contribuições para o desenvolvimento local.

Na perspectiva de alcançar o objetivo geral foram propostos, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) caracterizar o município da Cachoeira levando em consideração seu contexto social e econômico; b) perceber até que ponto o CAHL pode estar contribuindo para um possível crescimento da economia local; c) destacar como o ensino superior público ofertado pelo CAHL pode estar trazendo melhorias na qualidade de vida para o tecido social Cachoeirano; e d) perceber como a política social de educação pode contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local.

Dentre as motivações que justificaram esse estudo, é possível destacar: a importância das relações entre as políticas sociais de educação e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento. Ademais, entender como o processo de expansão do ensino superior público traz novos elementos para o tradicional debate direita-esquerda sobre o grau de participação do Estado na dinâmica da vida social. Para além, evidenciar a importância da fixação do capital público no fomento de economias locais, visto que, que tal capital pode conter relativo grau de sustentabilidade quando comparado ao capital privado.

Destaca-se também a importância na necessidade da introdução do ensino superior público no município de Cachoeira, assim como o potencial econômico advindo dessa atividade. Espera-se que Cachoeira possa viver um novo ciclo socioeconômico após a chegada da universidade. O desdobramento dessa experiência possibilitará o fortalecimento em defesa do capital público para o processo de desenvolvimento. Produzindo mobilizações socioeconômicas, materializadas em políticas públicas, mostrando a importância do Estado no

sentido de intervir com a finalidade de buscar a equidade social; atuando em contextos onde o desenvolvimento contraditório da história produz desigualdades que determinam as relações sociais.

Além de uma perspectiva política, nosso trabalho justifica-se nas contribuições sociais e econômicas que Cachoeira parece vivenciar a partir da chegada da universidade. A UFRB/CAHL, e toda estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades, parece inaugurar um novo ciclo social, econômico, e cultura em Cachoeira, ainda pouco estudada, que poderá estar lançando sobre o município novas forças sociais e econômicas capazes de promover o desenvolvimento local, haja vista suas atividades de ensino, pesquisa, extensão.

No que tange ao caminho metodológico desse estudo, sua abordagem compreendeu uma pesquisa no âmbito das Ciências Sociais, destacando o *enfoque macro* da análise integrada entre políticas sociais e desenvolvimento. Nesse sentido, nos cabe enquanto cientista social, o ofício de conhecer e descrever os fenômenos sociais e econômicos produzidos pelas ações dessa política na dinâmica da realidade social, tendo em vista as possíveis implicações no processo de desenvolvimento local. Ademais, cabe salientar que este trabalho teve caráter teórico-empírico, e as análises foram feitas em cima de dados primários e secundários.

No que tange ao *enfoque micro*, nosso objeto de estudo encontra-se na compreensão e exposição da relação entre os efeitos socioeconômicos produzidos pela UFRB/CAHL, na cidade de Cachoeira. Tal fenômeno terá como recorte temporal o período que corresponde ao intervalo entre o ano de 2006 a 2016, totalizando um intervalo de dez de análise.

No que tange aos tipos de pesquisa, a *(a) exploratória* abriu o tripé metodológico que foi utilizado nesse trabalho. Nesse sentido, tal pesquisa ocorre quando a pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Embora o impacto econômico das universidades tenha uma longa tradição na literatura sobre desenvolvimento regional esse tema é muito pouco estudado no Brasil (Rolim & Kureski, 2006). Desta forma, a pesquisa exploratória permite conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa (Raupp & Beuren, 2009, p. 80).

Observa-se em Rolim e Serra (2010), que existem diferentes métodos de análise dos impactos socioeconômicos das universidades nas regiões, resultando em diferentes formas de interpretações sobre o tema. Nesse sentido, a pesquisa exploratória contribuiu para o aprofundamento do assunto, a fim de criar possíveis consensos sobre hipótese e métodos. Proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2007).

Desta forma, a pesquisa exploratória reúne mais conhecimentos e incorpora características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas (Raupp & Beuren, 2009, p. 81).

Na tentativa de descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis, foi usado a (b) *pesquisa descritiva*. Entre as características dessa pesquisa, Triviños (1987) e Gil (1999), afirmam a necessidade de delimitação de técnicas, modelos e teorias que orientaram a coleta e interpretação dos dados. Nesse contexto, (Raupp e Beuren, 2009), descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

A importância destacada pela pesquisa descritiva sobre a necessidade de estabelecer os procedimentos e métodos, dentre outros, pode ser observadas na fala dos estudiosos sobre o tema desse trabalho. Rolim e Kureskia (2009), afirmam que a avaliação do impacto das universidades não é um exercício trivial. A grande dificuldade está na obtenção e seleção das informações sobre os gastos relevantes das universidades.

Sobre as observações feitas pela pesquisa descritiva sobre a necessidade de estabelecer métodos necessários para apreensão do fenômeno estudado, trataremos nas próximas linhas dessa introdução.

Fechando o tripé metodológico desse trabalho, foi usado a (c) *pesquisa explicativa*. Tal pesquisa se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, explicando o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Podendo ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GIL, 2007, p. 43).

Quanto aos meios e, ou procedimentos de coletas, os tipos de pesquisas citados fizeram uso dos seguintes procedimentos técnicos específicos para obtenção dos dados e informações: (a) *pesquisa bibliográfica*, feita a partir de consulta e levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, e disponibilizados em sites na internet (FONSECA, 2002, p. 32); identificando e classificando conceitos, teorias ou teses, existentes na literatura especializada sobre: (i) *universidade*, (ii) *políticas sociais*, (iii) *desenvolvimento* (iv) *crescimento econômico, políticas sociais e desenvolvimento* (v) *universidade e desenvolvimento regional/local*, entre outras, visando buscar referenciais que possam contribuir com o estudo do tema.

A (b) *pesquisa documental* trilhou os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica; diferenciando-se no que tange a natureza das fontes, pois este tipo de pesquisa utiliza-se de materiais que não recebe um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, desta forma, foi realizado levantamento de informações

necessárias de forma secundária para a consecução deste estudo, tais como os documentos referentes às Políticas de Educação, assim como seus (i) *programas*, (ii) *metas*, (iii) *diretrizes/normas*, (iv) *estatutos* e (v) *planos*. Ademais, os documentos referentes aos (i) *relatórios de Gestão da UFRB*, (ii) *relatórios dos Planos institucionais*, e os (iii) relatórios emitidos pelos Pró-reitorias.

No que tange a coleta de dados primários, observados nas dimensões de análise *social e econômica*; foi feito uso de (c) *questionário semiestruturado* como instrumento de pesquisa. Nela organizaremos um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema estudado. A aplicação desse questionário buscou quantificar e qualificar a dimensão socioeconômica da participação da *comunidade acadêmica* e empresarial no tange a realidade local. Especificamente para esse objetivo, foram submetidos aos questionários quatro membros da universidade: (i) professores, (ii) servidores (técnicos e terceirizados), (iii) alunos de fora da região, (v) Cachoeiranos formados. Além dos membros do CAHL, os (vi) empresários locais também fizeram parte dessa população.

Devido a necessidade de otimizar o processo de coleta de dados, sem comprometer a confiabilidade do estudo, e as inferências posteriores, foi efetuado um processo de amostragem probabilística aleatória simples⁶ com 95% de confiabilidade. Para o universo total com $N = 2505$ foi aplicado um pré-teste contendo 14 questionários. Com os dados coletados e com o auxílio de um software, foi calculado a média e o desvio padrão das respostas de três itens mais relevantes. A partir desses dados foram dimensionado inicialmente um $n = 62$. Esse n foi distribuído proporcionalmente aos universos dos 4 grupos supracitados. Encontrou-se então, n_1 (estudantes) = 44; n_2 (professores) = 3; n_3 (técnicos e terceirizados) = 2; n_4 (empresários) = 15. Totalizando um $n_f = 64$ indivíduos⁷.

Além do referido instrumentos citado acima, este projeto buscou obter os dados secundários pela análise de (d) *bancos de dados* da universidade pesquisada, órgãos e instituições de pesquisas sociais e econômicas, sites especializados sobre o tema e semelhantes. Sobre tais aspectos concernentes as dimensões sociais e econômicas, os dados secundários foram extraídos do: (i) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (ii)

⁶ Procedimento básico da amostragem científica, de onde se originam quase todas as outras variações e técnicas de dimensionamento. (Gil 2011 p. 91). Pode ser aplicado para populações infinitas e finitas a partir dos

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0 - 1}{N}}$$

estimadores respectivos: $n_0 = [(t \cdot s)/e]^2$ e (MUNIZ; ABREU, 1999).

⁷ Apesar do cálculo amostral contemplar 64 pesquisados, buscamos ampliar a pesquisa para: 98 alunos de fora da região, 10 professores 15 empresários, 14 servidores e 10 Cachoeiranos formados.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI); (iii) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); (iv) Ministério da Educação (MEC); (v) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); (vi) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); (viii) Relatórios de Gestão da UFRB; (xix) Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB e (x) Prefeitura Municipal de Cachoeira.

O tratamento dos dados primários e secundários foi realizado a partir de uma análise descritiva à luz dos dados socioeconômicos originários dos efeitos produzidas pelo CAHAL, correlacionando uns aos outros, na tentativa de evidenciar mudanças na realidade social local. Nesse sentido, a análise ocorreu em dois momentos: na (i) *primeira etapa*, foram analisados os dados macros, sobre as dimensões sociais e econômicas do município de Cachoeira. O objetivo da primeira etapa foi comparar os indicadores sociais e econômicos, com a que existiria se a universidade não estivesse presente⁸. Em um (ii) *segundo momento* foi analisado os dados micros, extraídos dos questionários aplicados; considerando as dimensões sociais e econômicas. Com os dados micros, foi possível entender o potencial econômico promovido pela universidade e seu efeito multiplicador.

Sobre a *dimensão social*, a partir de um enfoque *macro*, identificamos e analisamos eventuais variações nos indicadores sociais, tais como: a) IDH, b) Escolaridade, c) Pobreza, d) GINI, e) e número de IES, da realidade social cachoeirana.

Em uma abordagem social mais restrita (*micro*) dos efeitos produzidos pelo CHAL, foi possível identificar e avaliar os impactos diretos, ou seja, os efeitos produzidos no tecido social cachoeirano pela oferta de ensino superior público.

Sobre a *dimensão econômica*, analisamos os *efeitos diretos* produzidos pelos *gastos realizados pela universidade* com pagamento de professores, servidores, e alunos de fora da região, ou seja, como os *gastos da comunidade acadêmica* podem contribuir para o desenvolvimento local a partir do efeito multiplicador desses recursos na economia. Nesse sentido, identificando e analisando os impactos em uma perspectiva mais restrita no que se refere à amplitude e ao tempo, conhecido como *efeito para trás* (ROLIM e SERRA, 2010).

Os dados coletados na primeira etapa foram submetidos às seguintes análises: (a) cálculo das taxas básicas de variações em intervalos regulares de tempo, e as (b) taxas médias de variações. Todavia, os dados da *segunda etapa* foram tratados e interpretados, a partir das análises de percentual, correlações e regressões lineares.

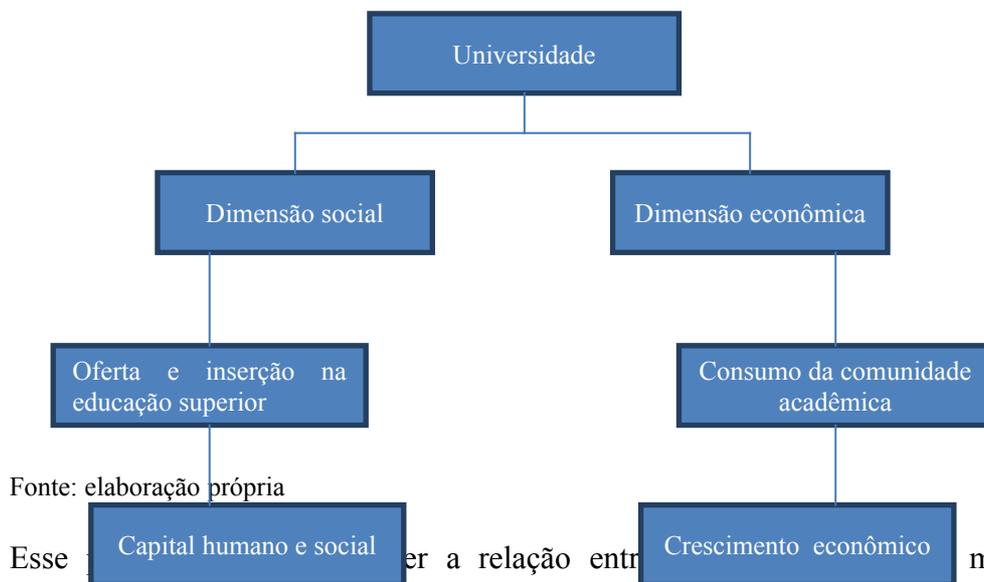
Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, esta foi uma pesquisa quanti-quali. O aspecto quali-quantitativo do estudo se observa na apreensão das externalidades produzidas pela universidade sobre o local em que está instalada, sob a ótica do desenvolvimento socioeconômico. Esta análise buscou identificar as externalidades a partir

⁸ Ver Rolim & Serra, 2010, p. 42.

das contribuições feitas por (Rolim e Kureski, 2007; Lopes, 2012; Rolim e Serra, 2010). No entanto, nos distanciamos quanto ao tratamento dos dados, uma vez que, buscou-se descritivamente estabelecer correlações diretas entre as externalidades quantitativas e qualitativas identificadas, os gastos e serviços da UFRB/CAHL, e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos.

A ilustração abaixo reflete a sistematização necessária para a objetivação desse estudo, assim como, as especificidades de cada categoria de análise e seus respectivos indicadores, ilustrando o foi discutido.

Figura 01: Caminho metodológico para a relação entre universidade e desenvolvimento



Esse trabalho tem como objetivo principal investigar a relação entre a universidade e o desenvolvimento socioeconômico no município da Cachoeira, a partir dos efeitos produzidos na dimensão econômica e social com a chegada da universidade e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento. Tal perspectiva permitiu tecermos uma relação no campo social e desenvolvimento local. Para isso, este trabalho foi estruturado a partir dos seguintes capítulos: (i) *Políticas sociais e Desenvolvimento*. Nesse capítulo buscamos identificar referencial teórico sobre o tema, assim como as origens das políticas sociais, suas diferentes perspectivas, e suas contribuições para o desenvolvimento.

No segundo capítulo, buscou-se apreender o processo das (ii) *Políticas de expansão do ensino superior no Brasil*. Entendendo que, enquanto objeto histórico, a UFRB/CAHL é consequência dos desdobramentos das ações da sociedade civil e governo sobre o território do Recôncavo baiano. Nesse sentido, descrever a trajetória sociohistórica de sua emergência pode

nos ajudar a compreender melhor o tema, e a participação de diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento.

Na tentativa de caracterizar o espaço geográfico e territorial onde nosso objeto se insere, o tópico intitulado: (iii) *O local e a Política de expansão do ensino superior*, pretende, além de contextualizar e localizar a universidade em seu entorno, buscou evidências primárias de possíveis participação da universidade no tecido social Cachoeirano. Finalmente, com a perspectiva de expor os resultados, o capítulo (iv) *Efeitos socioeconômicas produzidas pela UFRB/CAHL em Cachoeira*, irá evidenciar a relação entre o CAHL e o município, expondo os efeitos dessa relação a partir da dimensão econômica e social.

2. POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO

2.1 ESTADO: PERSPECTIVAS ENTORNO DE SUAS ATRIBUIÇÕES SOCIAIS

As políticas sociais de educação superior representam em larga medida, referência para apreensão da análise integrada entre desenvolvimento e políticas sociais. Nesse sentido, as universidades e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, trazem sob si, elementos capazes de fornecer dados e informações sobre as possíveis implicações sobre na dinâmica da realidade social. Desta forma, ações do governo e seus efeitos sobre a dinâmica da vida social, requerer uma breve retomada histórica das diferentes interpretações sobre do “*Estado e as perspectivas entorno de suas atribuições*”. Tal proposta busca apreender as atribuições do Estado moderno e, desta forma, suas responsabilidades para com os governados.

No sentido de dar continuidade ao proposto, será necessário descrever (ii) “*A ideia de desenvolvimento e a dupla perspectiva sobre as políticas sociais*”, tal descrição história permitirá a construção da fundamentação teórica e metodologicamente da relação que se dá na (iii) *Enfoque sobre a Análise integrada entre desenvolvimento de políticas sociais*. Assim, parte do referencial teórico necessário para a discussão desse projeto será descrito nesse capítulo intitulado: Políticas Sociais e Desenvolvimento. A política social, assim como o tema desenvolvimento, devem ser entendidos em sua dimensão política e histórica. E é contemplando estas dimensões, sempre articuladas, que se pode avançar um pouco mais na definição de política social e desenvolvimento, e na identificação de seu objeto (VIANNA, 2002).

Na perspectiva de buscar as atribuições sociais do Estado, tomaremos como referência o século XVI e XVII que se destaca por evidenciar as consequências das mudanças no âmbito

das formas de governo, a partir da redefinição do *estado de natureza*⁹, e na elaboração dos direitos individuais, substituindo a lei divina como fundamento das hierarquias políticas (CARNOY, 1988, p.21). Desta forma, esse período de efervescentes debates políticos, possibilita para nós, a apreensão da germinação de uma possível discussão sobre o papel do governo e seu efeito sobre a vida social.

Ao introduzir a abstração do *estado de natureza*, Thomas Hobbes [1588-1679] buscar resgatar elementos que podem, em certa medida, fundamentar uma redefinição das atribuições do governo. No *estado de natureza*, Ribeiro (1996), a opacidade do homem – incapacidade de prever a intenção dos outros, suas ações, seus pensamentos – faz com que todos sejam sombrios aos olhos de seus semelhantes; contribuindo para instauração de um estado de incerteza (guerra). A ação mais aceitável é de atacar o outro, para vencer ou para evitar um possível ataque. Desta forma, a guerra se generaliza entre os homens (RIBEIRO, 1996, p. 55). Nesse contexto, esses homens são livres para conduzir seus impulsos sem que haja quem possa controlá-lo. O *estado de natureza* é, portanto, o “estado de guerra”. “Não há poder comum para controlar os indivíduos, nem lei e nem coação da lei” (CARNOY, 1998, p.26).

Sob tal condição, o homem se vê na necessidade de renunciar seu poder (liberdade), via um contrato social; a um homem ou grupo de homens, prevendo garantir seu direito à vida (e à liberdade). O responsável por manter a ordem, o governo, detém todo o poder, cabendo a sua soberania, conduzir a humanidade para um estado de paz, sendo capaz de conservar a liberdade e ao mesmo tempo impedir a guerra (morte).

Percebe-se que, em Hobbes a emergência de um governo (soberano), mediante consenso dos homens, via *contrato social*, possibilitaria manter a ordem entre os indivíduos e garantir seus *direitos naturais*. Ribeiro (1999) observa que, parte de tal compreensão sobre as atribuições do governo, dá-se mediante uma Europa em constantes guerras civis. Hobbes buscava “oferecer a única base para fundar um governo que desse, aos homens, não apenas a sobrevivência, mas a melhor condição material – paz e conforto” (RIBEIRO, 1999, p. 76). Não está apenas colocada à gênese da instituição via consenso; mas cabe ao governo absolutista, exercer o papel de “pacificador”; mediador das relações humanas, mantenedor da ordem social.

Assim como Hobbes, Locke fará uso do *jusnaturalismo*, justificando que, a partir do *estado de natureza*, os homens, pela mediação do *contra social*, realiza a passagem para o estado civil (MELLO, 1999, p. 84). A condição política original do homem é o *estado de natureza*, condição onde o indivíduo não podia apenas garantir e preservar sua propriedade,

⁹ é representado indiferentemente como um estado de isolamento puramente hipotético ou como o estado em que teriam vivido os povos primitivos e vivem ainda os selvagens; em ambos os casos, como a condição na qual os homens vivem quando ainda não surgiu o Estado, não por acaso chamado, em antítese ao estado natural, de *societas civilis* (civil justamente como não natural e ao mesmo tempo como não selvagem) (Bobbio, 1987, p. 74).

mas, ser ao mesmo tempo, juiz e executor da lei natural (CARNOY, 1989, p. 27-28). No *estado de natureza*, a propriedade (liberdade, vida e bens) já existia, desta forma, uma instituição anterior ao Estado; um direito natural do indivíduo, que não pode ser violado pelo Estado (MELLO, 1999, p. 85).

A propriedade para Locke, não está isenta do perigo, uma vez que, o *estado de natureza* é relativamente pacífico. Para dissolver tal perigo, os homens se uniram e livremente compactuaram de um *contrato social*, ingressando numa “sociedade civil e política”, onde o governo atuará como juiz e protegerá os direitos.

O que encontramos na filosofia política de Locke, sobre o papel do governo (liberal), está referenciado em homens livres; indivíduos absolutos, donos de si, iguais e não inferior a qualquer outro; donos de sua liberdade, de sua vida e dos bens produzidos na relação de transformação da natureza. No estado de igualdade, “sendo todos reis”, a vulnerabilidade da propriedade evidencia um cenário de incerteza, obrigando os homens racionais a juntarem-se em sociedade para preservar a vida, a liberdade e os bens que Locke chama de “propriedade”. Tal concepção de governo parece mostrar que a condição para a transferência do poder político do indivíduo para uma autoridade, está condicionada à ação do governo em proteger a propriedade, *direito natural* de cada indivíduo; aí está em Locke o papel do governo liberal.

O governo rousseauiano, parece emergir da ação “sedutora” de homens que detêm propriedades (riquezas); como que um “canto de uma sereia”, um ritual de sedução onde o navegante é encaminhado aos grilhões da morte. Esta parece ter sido a maneira como o rico apresentou a proposta do *pacto social* ao pobre. A essa ação, se dá a origem da sociedade e das leis, inaugurando a desigualdade, submetendo o gênero humano ao trabalho alienado, à servidão e a miséria. A gênese do governo rousseauiano está diretamente relacionada ao *contrato social* que legitimou a desigualdade entre os homens, outrora naturalmente livre (NASCIMENTO, 1999, p. 195).

Assim como Hobbes e Locke reconheciam a liberdade do homem no *estado de natureza*, Rousseau, também assume essa condição. De igual forma, os três irão afirmar a perda da liberdade (poder) no *contrato social*. Entretanto, observa-se que, para Rousseau, há uma sagacidade por parte daqueles que motivam o *pacto*. Lembremos que, em Locke, o Estado está para defender o *direito natural* da propriedade. Essa condição garantirá para aqueles que detêm riquezas (meios de produção e os bens adquiridos desses meios), a preservação do “seu patrimônio”. Posto isso, Rousseau afirma que, as condições em que o *pacto* se desenvolve, são, portanto, desiguais, ou seja, entre aqueles que detêm os meios de produção e, aqueles que não possuem meios de produção. A legitimação dessa condição contribuirá para a formação de uma ordem, onde as leis e o governo conservarão e

preservarão as diferentes condições materiais de existências de ambas as classes. O contrato, além de tirar a liberdade natural do homem, fixaria condições materiais distintas e, nesse sentido, desiguais.

Dar conta dessa condição de desigualdade e retomar a liberdade do homem parece ser o papel do governo para Rousseau. Caberá ao corpo soberano determinar o funcionamento da máquina política, lançando sobre si, o dever de redefinir a distribuição da propriedade, haja vista que, a alienação dos contratantes em relação ao Estado é por completa e sem reservas. Essa nova condição só será possível com a participação do povo, através da ação política; o povo é soberano, e agente do processo de elaboração das leis, herói de sua própria história. Assim, estão instauradas as condições para a realização da liberdade civil. (NASCIMENTO, 1999, p. 196). Desta forma, as atribuições do governo rousseauiano tem a finalidade de garantir igualdade plena entre os associados.

As atribuições sociais do Estado, presente na Filosofia política clássica como aquela que é responsável por manter a ordem social, ou até mesmo, por conduzir a humanidade para um estado de paz, protetor da propriedade de cada indivíduo, ou aquele cuja finalidade é de garantir igualdade plena entre os associados, constitui fruto da dinâmica social, presente nos diferentes atores, que emerge em tempo e contextos específicos. Tais aspectos constitutivos estarão presentes na consolidação dos modernos Estados nacionais, no Ocidente Europeu, lá pelos séculos XVI e XVII.

2.2 A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E A DUPLA PERSPECTIVA SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS

O cenário de iniciativas reconhecidas como políticas sociais parecem está relacionadas com as transformações sociohistóricas que ocorreram durante a passagem do feudalismo para o capitalismo e seu coroamento com Revolução industrial (BEHRING, 2009). Ao mesmo tempo, a ideia de desenvolvimento está intimamente relacionada à concepção de progresso, que parece germinar na visão positiva da história como uma marcha para racionalidade (HOBSBAWM, 1998, FURTADO, 2000). Para além da ruptura teocêntrica de mundo, onde o homem se coloca agora como centro e, nesse sentido, fazedor de sua própria história, destacam-se as visões ideológicas de mundo no âmbito da política e da economia liberal. Tais perspectivas serão responsáveis pela dissolução de Antigos Regimes e a instauração de uma nova ordem. Nesse sentido, buscaremos descrever os processos históricos da emergência das políticas sociais e a ideia de desenvolvimento, na perspectiva de evidenciar as atribuições sociais do Estado e sua contribuição para o desenvolvimento.

A ideia de *progresso*, entendida aqui como a “assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação” (FUTADO, 2000, p. 27), antecede o processo acumulativo acelerativo comumente chama de Revolução industrial. Sua origem possuem raízes em três correntes de pensamento europeu, a saber: o iluminismo, a acumulação da riqueza e a expansão geográfica da influência europeia (FUTADO, 2000).

“A natureza da sociedade e a direção para a qual ela estava se encaminhando ou deveria se encaminhar” sinalizavam o movimento iluminista, humanista e racionalista triunfante do século XVIII (HOBSBAWM, 1977, p. 256) O ideal pela busca do bem-estar coletivo alimentava a função messiânica da ideia de progresso e, para isso, a racionalidade deveria ser o princípio supremo de tudo. No entanto, a razão que prevalecia sobre a ordem social da época, era, senão, a inteligência burguesa idealizada (ENGLES, 2011).

No que tange, ao campo político, a ideia de progresso foi disseminada pela influência da *teoria política liberal* (ou *liberalismo clássico*) dos séculos XVII e XVIII, cujo grande representante foi, John Locke (NETTO, 2012, p. 29:30). Os princípios lançados pelo liberalismo clássico, baseado nos direitos individuais e na ação do Estado em garantir tais direitos – especialmente seu direito insaciável de vantagem material – serviria com fundamentos para a construção ideológica da classe burguesa tendo em vista “o papel do Estado (liberal) que melhor serviria à humanidade era aquele que desse conta disso e garantisse o funcionamento de um mercado livre na sociedade civil” (CARNOY, 1988, p. 23).

Tais pressupostos encontram campo fértil e menos inibido na *economia política clássica*, mais especificamente nas obras: *A riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith (1723-90), e os *Princípios de Economia Política* (1817) de David Ricardo (1792-1823). Clima propício para a concepção de autônoma da economia; forma com o capitalismo ver a realidade social (FURTADO, 2000; NETTO, 2012). Nesse sentido, o campo para germinação de tal ideologia foi elaborado de forma que o indivíduo, e sua busca pelos seus interesses, tornar-se-ia o motor propulsor do progresso. O livre desenvolvimento das forças produtivas, fomentado pelos interesses competitivos da iniciativa privada, resultaria no aumento das “riquezas das nações”. O progresso era, portanto, natural, e o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo (triumfante) (HOBSBAWM, 1977, p. 259).

Os séculos XVIII e XIX tinham o progresso como palavra-chave. O que a burguesia não esperava era, que o sonho de alcance o bem-estar coletivo resultaria em uma completa desarticulação da vida social. O “drama do progresso”, “para milhões de pobres, transportados para um novo mundo frequentemente através de fronteiras e oceanos, significou uma mudança de vida cataclísmica” (HOBSBAWM, 1977, p. 20).

A materialização da ideia de progresso veio sobre a Europa ocidental, como um “moinho satânico”. As consequências desse fenômeno podem ser observadas nos “trabalhadores amontoados nas cidades industriais; nas pessoas do campo desumanizando-se em habitantes de favelas; a família, por sua vez, estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente” (POLANYI, 2000, p. 58).

Os séculos VXIII e XIX para Hobsbawm (1997) foram dominados por uma “dupla revolução”: a Revolução Industrial inglesa, e a transformação política na França. Porém, destaca o autor de *A era do Capital*: “a revolução política recuou, e a revolução industrial avançou” (1997, p. 18). Esta última, por sua vez, trouxe sob si profundas mudanças no tecido social europeu; o progresso dos meios de produção veio acompanhado de uma desarticulação da vida das pessoas (POLANY, 2012, p. 35).

(...) a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. Embora fantástica, a conclusão é inevitável – nada menos do que isto servirá os seus propósitos. Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat (POLANY, 2012, p.44).

O avanço da tecnologia da época, sobretudo, a introdução das máquinas em uma economia de mercado, parece alcançar a sua máxima expressão nas indústrias. A Revolução industrial sinalizava o potencial revolucionário das máquinas sobre a Europa Ocidental. As forças produtivas das novas tecnologias fizeram emergir arranjos produtivos até então nunca vistos; as organizações fabris foram lançadas sobre uma sociedade comercial, inaugurando ali a ideia de um mercado autor-regulável.

Sua força impulsionadora do progresso exercia sobre a ordem social da época tamanha influência que era capaz de controlar cidades e regiões inteiras, mobilizando vastos exércitos de trabalhadores sob seu comando. Tal controle, só era possível devido a sua capacidade de concentração de capital. A emergência da economia de mercado¹⁰ lançou sobre a Europa a necessidade de um conjunto de ações para sua manutenção e desenvolvimento: há exemplo das Companhias de estradas de ferro, as Minas de carvão, Indústrias metalúrgicas e financeiras que operavam ações de crédito para fomentar suas operações correntes. A indústria produziu a região industrial que, por sua vez, produziu a companhia que englobava cidades, onde o destino de homens e mulheres dependiam do humor e boa-vontade de um

¹⁰ (...) significa um sistema autor regulável de mercados, em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente merecia ser chamado de autor regulável.

único gerente, atrás do qual estava à força da lei e do poder do Estado, olhando esta autoridade como necessária e benfazeja (HOBSBAWM 1997, p. 222-224).

O sonho liberal impresso no progresso e, nesse sentido, no avanço da indústria, produziu “uma riqueza nunca vista [que] passou a ser a companheira inseparável de uma pobreza nunca vista” (POLANYI, 2012, p.111). Ao mesmo tempo, em que as indústrias absorviam milhares de trabalhadores que manuseavam as máquinas do capitalismo industrial, por outro lado, substituiria milhões de trabalhadores manuais, produzindo uma massa de desempregados, um exército industrial de reserva (ENGELS, 2011, p. 85). Há esse contexto, deve-se, também, o desenvolvimento das forças produtivas, iniciadas, sobretudo, pelo avanço da tecnologia e a transformação da força de trabalho em mercadorias. O Trabalho torna-se fonte de toda riqueza social. Tal fenômeno tem na industrialização a expressão inicial das contradições inerentes ao modo de produção de lhe deu origem. A esperada melhoria da qualidade de vida para os trabalhadores via o progresso do capitalismo industrial, não alcançou o esperado. Ao contrário, a insegurança dominava a vida dos trabalhadores, não sabendo o quanto iriam levar para casa; não sabendo quanto tempo iria durar o emprego; e não sabiam que acidentes ou doenças iriam afetá-los (HOBSBAWM, 1997, p.227).

As consequências do progresso produziam sobre a realidade dos homens, mulheres e crianças da Europa ocidental à redução de suas vidas. Um fenômeno percebido pela pauperização da massa que empreendia entre 14 até 16 horas de trabalho por dia. “Recompensados” por salários miseráveis, lançados à arbitrariedade de seus patrões, “reduzidos à condição de máquinas de produzir lucros” (CASTEL, 1998, p. 293) Sobre isso, Lamamoto (2009) afirma que sobre o ponto de vista do trabalhador, esse processo se expressa pela pauperização absoluta, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. Acrescenta que, a exploração está para além da apropriação da mais-valia pelo capitalista, está expressa tanto nas condições de saúde, habitação, degradação moral e intelectual (2009, p. 66).

As condições de trabalho nos séculos XVIII e XIX, inicialmente promoveu a união dos operários a partir da “crescente segregação da sociedade burguesa, cuja riqueza crescia dramaticamente enquanto a situação dos trabalhadores permanecia precária” (HOBSBAWM, 1997, p.231). A “máquina se torna a mais poderosa arma do capitalismo em sua luta contra a classe operária” (ENGLES, 2011). “O resultado foi apenas a pauperização das massas, que quase perderam a sua forma humana no decorrer do processo” (POLANYI, 2000, p. 104:105). Em meio ao caos produzido pelo ideário liberal instituído no livre mercado, a era do capitalismo industrial estável e florescente oferecia à “classe operária” a possibilidade de melhorar sua barganha coletiva através de organização coletiva (HOBSBAWM, 1997, p.231).

Uma pergunta surge no decorrer das consequências produzidas pelo ideal progressista: para os liberais da economia política clássica, qual deveria ser o papel do Estado nessa nova ordem onde a racionalidade, a liberdade do indivíduo e o progresso da indústria capitalista dita à regra do jogo?

O Estado ideal para economia política clássica, segundo Carnoy, (1988) deveria promover a liberdade necessária para o pleno desenvolvimento de um mercado livre. O “papel apropriado para o Estado era aquele que iria fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os benefícios aos os homens” (1988, p. 42). O liberalismo, portanto, concebia o Estado com poderes e funções limitados; contrapondo-se ao Estado absolutista do *Antigo regime* (BOBBIO, 2000). As leis que deveriam reger as relações comerciais produzidas pela revolução capitalista, eram as leis naturais da autorregulação do mercado. “A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado” (POLANTI, 2012, p. 4).

O liberalismo clássico, no âmbito político e econômico, aprovavam intervenções limitadas do Estado na economia e nos direitos individuais, promovendo desse modo a livre concorrência e os fundamentos da ordem capitalista expressas na ideia de progresso. O Estado estaria, portanto, assegurando o bem-estar, uma vez que, no curto prazo se admitiria a existência das desigualdades sociais, mas, no longo prazo, a mão invisível do mercado geraria melhorias da qualidade de vida a partir dos interesses individuais

A ideia de progresso presente no liberalismo clássico, entendida como novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação, traz em uma nova semântica expressa no conceito de *desenvolvimento*¹¹, dois sentidos muito utilizados na histórica contemporânea. O primeiro se refere à evolução de um sistema social de produção, cuja evolução depende da acumulação e do progresso das técnicas, ou seja, aquela que assimila desenvolvimento a crescimento econômico, portanto, um desenvolvimento econômico. A segunda busca associar desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida das pessoas; o que pode ser entendido com um processo gradual de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 2000, SOUZA, 2012, VEIGA, 2010).

Sobre essas duas perspectivas, desenvolvem-se diferentes interpretações e estudos que ao longo dos anos buscaram dá conta dos problemas sociais a partir de formulações de

¹¹ atualmente, o conceito de desenvolvimento agrega qualificativos com intenção de reforço de discurso, essa expressão já teve significados compreensivos desde sua origem, sugerindo o emprego de estratégias para produzir mudança. Até o século XVIII, metaforicamente transferido da Biologia, o termo esteve associado ao movimento de um ser vivo do estágio inicial até aquele da forma acabada. Com Charles Darwin, a partir do século XIX, o desenvolvimento passa a ser o movimento em direção a uma forma sempre mais perfeita de um determinado ser. Desenvolvimento e evolução passam a ser sinônimos. A transferência para a área social ocorre no final do século XVIII. A palavra passa a ser empregada para designar um processo gradual de mudança social (FISCHER, 2002).

políticas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a expressão ganha diferentes qualidades que buscaram objetivar dadas dimensões da realidade social; há exemplo de: desenvolvimento econômico, social, ambiental, humano, regional, local e, até mesmo aquele que irá tratá-lo uma via para *liberdade*. Tais variações semânticas surgem do esforço de desassociar a interpretação dicotômica entre desenvolvimento e crescimento.

Ocorre que, até o final do século XX, a ciência econômica tratava o desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimo (VEIGA, 2010). O esperado era que a riqueza produzida pelo crescimento econômico, distribuída entre os proprietários dos fatores de produção, produzisse um efeito multiplicador capaz de melhorar os padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Entretanto, as evidências sinalizam que tal perspectiva nem sempre beneficia a economia como um todo e o conjunto da população (SOUZA 2012, p. 5). Nesse sentido, há exemplo disso, “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneidade, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agrava-se” (FURTADO, 1974, p. 68). Ademais, “mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo de produção” (SOUZA, 2012, p. 5).

Em resumo, uma falsa ideia, um “mito”, que mostra uma visão simplificadora da realidade onde se acredita ser possível promover o bem-estar social através da renda *per capita* ou à renda por trabalhador. A crítica sobre tal abordagem já tinha em Schumpeter [1883-1950], a primeira observação onde o desenvolvimento econômico não poderia ser visto como um simples crescimento da economia demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Até 1970 o desenvolvimento econômico é sinônimo de progresso material. Tal ideia, onde o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais, encontra seu contra ponto na necessidade de romper com o parâmetro da dinâmica econômica como fator de desenvolvimento. Enquadram-se nesse contexto, economistas críticos; tais como Prebisch (1949), Furtados (1961), Singer (1977), e demais autores da corrente cepalina, marxista, e os chamados economistas do desenvolvimento (SOUZA, 2012). Para esses teóricos, de corrente estruturalista, desenvolvimento econômico resultam em mudanças de estruturas sociais, econômica, política, institucional e melhorias de indicadores, onde haja crescimento econômico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico.

Ainda no sentido de fortalecer o contra ponto - que busca diferencia-se da mitigatória ideia de desenvolvimento como um simples crescimento do PIB, aumento da renda pessoal, industrialização, avanço tecnológico, ou modernização social – Armatya Sen (2010) procura

demonstrar o “desenvolvimento como expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN 2010, p. 16). Sobre a perspectiva de Sen, Veiga (2010), irá afirmar que, essa definição, “está à mudança fundamental no modo de se entender o desenvolvimento” (p.32). Nesse sentido, caberia ao desenvolvimento a promoção das liberdades humanas, ou seja, o acesso ao amplo leque de oportunidades sociais, econômicas, culturais, política, dentre outras. Para isso o desenvolvimento “removeria as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN 2010, p. 16:17).

A proposta de Sen evidencia a necessidade de repensar com a centralidade econômica e colocar o “gênero humano” e sua liberdade individual, como centro de qualquer ação de promoção ao desenvolvimento. O protagonismo da liberdade individual “é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (VEIGA, 2010, p. 34). Não que o autor descarte a importância do crescimento econômico – a perspectiva da matriz capitalista como atual forma de produção econômica não foi perdida de vista, porém o deslocamento do eixo via conquista, ampliação e manutenção das liberdades humanas dá a Sen lugar de referência – pois é fundamental para expandir as liberdades.

É nesse sentido que a liberdade depende de outros fatores além do econômico para a promoção do desenvolvimento. A perspectiva *seniana* para o alcance do desenvolvimento requer a construção de instituições necessárias para remover as principais fontes de privação de liberdade. Nesse sentido, o acesso à educação, saúde, habitação, assistência, direitos civis, dentre outros, colocam as políticas sociais em lugar de destaque, haja vista ser um importante instrumento de ampliação das liberdades humanas.

Qualquer esforço na tentativa de definir a expressão políticas sociais, e sua emergência, terá que ser submetido às diferentes concepções sobre o tema Políticas públicas¹²; haja vista ser a política social uma espécie do gênero política pública (PEREIRA, 2009, p. 94). Ademais, será necessário fazer uma retomada histórica sobre ações de iniciativas sociais que se assemelham a dupla definição sobre as políticas sociais. Nesse sentido, as perspectivas em torno do tema ganham diferentes análises que vão desde ações que pertencem à esfera estatal, até interpretações que colocam a sociedade como protagonistas dessas políticas (VIEIRA, 2004). Ademais, entende-se que, para melhor elucidar a questão, é necessário retomar aspectos etimológicos e terminológicos da palavra “política” (PEREIRA, 2009).

A gênese dos estudos sobre a expressão política começa, “naturalmente, com os gregos antigos” (FIELD, 1959); tendo nas Pólis (cidades-estados) o centro da esfera social,

¹² O uso das aspas nas expressões “políticas sociais” e “políticas públicas” será necessário até definimos o uso adequado para nosso trabalho.

pública e cidadã. Os interesses do cidadão grego reduziam-se aos interesses da Pólis. “Por Pólis se entende uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos (*politai*)”. Era a Pólis, o espaço das atividades da cidadania do grego; esfera da politização, do pensar e fazer política. Notadamente, “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. Nesse sentido, a política não se restringia a esfera estatal, ao contrário, representava os desejos do cidadão grego junto ao coletivo, à esfera pública. No entanto, parece ser na obra de Aristóteles intitulada *Política*, que seu significado acaba considerado como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo (BOBBIO, 1994: 960).

Ao longo dos anos a palavra política sofreu alterações, perdendo seu sentido original. Entretanto, conseguiu manter como centro da atividade política, o Estado. Nesse momento, o tema ganha um corpo teórico próprio, cujo estudo de suas atividades foi denominado como ciência do Estado, ciência política, dentre outros. Os novos contornos, dados a política possibilitaram entendê-la como uma ferramenta mediadora de relações diferentes ou desiguais, na busca de consensos entre negociações conflitantes; um instrumento de regulação das relações antagônicas entre as partes. Ademais, é possível ainda, relacioná-la a eleições, voto, partido, parlamento, governo etc. Atualmente, outro significado vem lhe sendo dado; uma configuração recente e restrita, a saber, “Política pública” (PEREIRA, 2009, p. 87:92).

A gênese das Políticas públicas é creditada aos Estados Unidos como área de conhecimento da *policy science* e disciplina acadêmica. Diferentemente do caminho trilhado pela Europa, onde as análises e estudos sobre o tema estão relacionados ao papel do Estado (produtor por excelência de políticas públicas), os Estados Unidos buscou a partir da expressão “ação de governo”, entender e analisar tais ações a partir da categoria Políticas públicas. Tal concepção analítica só foi possível no pressuposto de que “o governo faz ou deixa de fazer e, nesse sentido, passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2007, p. 66:67).

Notadamente, a expressão Políticas públicas traz sobre sua adjetivação incoerência e restrições sobre os sujeitos da ação pública na tentativa de restringir as ações apenas à esfera estatal. Os possíveis perigos presentes sobre a definição podem contribuir para a construção de fronteiras sobre o espaço público, limitando-o à primazia estatal. A interpretação

ideológica e, nesse sentido, “equivocada¹³”, restringe a “Política pública” ao papel do governo e/ou ação do governo.

Pereira (2009) destaca as diferentes interpretações teóricas sobre quem parece ser de direito as políticas públicas; basicamente duas correntes: (i) a que privilegia o Estado como o produtor exclusivo de Políticas públicas; o que Vieira (2004) irá chamar de autores “estatistas”. E aqueles que (ii) privilegiam a sociedade como agente ativo das decisões públicas, ou segundo Vieira, autores “não estatistas”. As diferentes interpretações sobre a expressão residem sobre o adjetivo “público”, que não tem identificação com o Estado, e sim, com que em latim se denomina *res publica*, isto é, *res* (coisa), *público* (de todos). “Com efeito, *res publica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum” (BOBBIO, 1107). É com base nessa última interpretação, onde as políticas públicas são de todos e não apenas do Estado, que buscaremos evidências, que demonstrem que as políticas sociais, como uma espécie do gênero política pública, não se restringe a espaço de atuação estatal.

Nessa perspectiva, será possível afirmarmos que há uma ação deliberada sobre a interpretação míope em que as Políticas públicas restringissem apenas a ação estatal? Ou estaríamos sendo levianos ao cogitarmos tal possibilidade? Na tentativa de elucidar tais indagações, será necessário fazer um breve resgate histórico de práticas que acreditamos serem embriões do que logo será comumente chamado de políticas sociais.

Robert Castel (1998), ao evidenciar práticas assistenciais presentes em comunidades pré-capitalistas, lança luz sobre a primazia da solução dos problemas sociais. A partir da expressão *sociabilidade social* entendida como “sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, e do trabalho” (1998, p. 48); Castel sinaliza que nesse tipo de sociedade existe uma rede de obrigações que um indivíduo tem para com os outros por meio das injunções da tradição e dos costumes; “permitindo a transmissão das aprendizagens e a reprodução da existência social” (CASTEL, 1998, p. 49).

A perspectiva proposta por Castel possibilita identificar estruturas semelhantes em outras comunidades, tais como as sociedades camponesas. Há exemplo, o Ocidente cristão que era caracterizado por parte dessa modalidade de estrutura: a preponderância da linhagem e dos laços de sangue, o apego às relações permanentes de dependência e de interdependência enraizada em comunidades territoriais restritas. Nesse contexto, os problemas gerados na

¹³ Até que ponto é possível afirmarmos a tese do uso proposital da definição de políticas públicas com esfera restrita do poder do Estado? Nessa perspectiva, o uso das aspas tem a intenção provocativa e, desta forma, intencional. Se fizermos uso das contribuições de Marx quando afirma que o Estado representa as aspirações ideológicas da classe dominante, poderíamos então afirmar que, há

ruptura da interdependência tradicional, tais como a situação do órfão, enfermidades, acidentes dentre outros, podem ser remediados através de ações de proteção desenvolvidas pela própria comunidade a partir das relações de proximidade.

Sendo assim, as sociedades asseguradas, sociedades providas, e/ou sociedades comunitárias, assistem seus membros por meio da solidariedade primitiva, tradicional, costumeira. “A assistência aos carentes não é uma opção a cargo da iniciativa pessoal, mas a consequência obrigatória do lugar ocupado num sistema de interdependências” (CASTEL, 1998, p, 53). “Na ausência de uma administração estruturada e de serviços especializados, a solidificação da relação pessoal sobre o juramento de fidelidade representa um primeiro tipo de proteção eficaz contra os riscos sociais” (CASTEL, 1998, p. 54).

Uma breve apreensão sobre a categoria *sociabilidade social*, característica das relações sociais e de como os riscos sociais eram tratados no período feudal, possibilita a constatações de elementos empíricos que destacam a participação da sociedade junto aos acontecimentos que poderiam comprometer a coesão da comunidade e conseguinte dissolução da sociabilidade primária. Ainda nesse sentido, em busca de evidências embrionárias das políticas sociais, destacamos as ações *sócio-assistências* característico de práticas especializadas da *sociedade secundária*. Pelo que nos parece nesse momento de dissolução da sociabilidade social é que a especialização começa a dar os primeiros passos no sentido de instrumentalizar as ações assistenciais. Sendo assim o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições sociais, que tratavam de problemas sociais dando origem ao campo do *social-assistencial* (CASTEL, 1998, p. 60).

Entendemos nesse sentido que, as Políticas públicas, e suas variações, não se restringem apenas a esfera estatal. O fato de serem públicas, isto é, de todos, e não apenas do Estado, ou da sociedade civil, possibilitam a ampliação da arena do espaço de atuação de todos sobre o público. Uma ação formulada e executada a fim de atender as demandas sociais, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenhando papéis ativos. Tendo como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e aparados pela lei (PAREIRA, 2009, p. 95:102).

As Políticas públicas (assim como as políticas sociais) estão diretamente relacionadas com a emergência dos direitos, sobretudo os sociais. Essa relação coloca em destaque as especificidades das políticas sociais que, buscam garantir os direitos sociais a educação, habitação, trabalho, saúde, assistência social, lazer e previdência social. Na tentativa de garantir tais direitos e, nesse sentido, aprofundar as instituições que garantem a cidadania e o desenvolvimento, as Políticas Sociais de educação cumprem um papel fundamental na

dinâmica da vida social. Sobre o assunto, Marshall afirma que, a educação constitui o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos da cidadania no século XX. Ademais, “o direito à educação é um direito social de cidadania genuína (...)” (MARSHAL, 1987, p. 73:74). E é sobre, a possível capacidade de garantir o desenvolvimento que, as Políticas sociais (de educação), ganham relevância nas próximas linhas.

2.3 ENFOQUE SOBRE A ANÁLISE INTEGRADA ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO

Sônia M. Draibe (2007), ao falar sobre a relação entre Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento e Cidadania¹⁴, coloca em destaque a importância da análise integrada entre políticas sociais e desenvolvimento econômico. Evidenciando que à análise põe as políticas sociais em lugar de centralidade, no que tange as relações entre Estado, crescimento econômico e sistemas de proteção ‘social’. Ainda segundo a autora, é sob essa perspectiva que atualmente são retomadas os estudos sobre a relação entre economia e políticas sociais a partir do ressurgimento dos estudos sobre o tema desenvolvimento econômico (2007, p. 29). Nesse sentido, as políticas sociais (de educação) ganham em nossa análise, destaque, uma vez que, tais políticas podem ser pensadas na perspectiva de contribuir na dinâmica do desenvolvimento socioeconômico.

Coube aos sistemas das Nações Unidas e suas agências, a ideia em que, a política social constitui condições para o desenvolvimento. No entanto, observamos que tal concepção ideológica, formulada sob a reconceituação da expressão “desenvolvimento social” e disseminada pela ONU, busca esconder as verdadeiras intenções neoliberais sobre a relação entre políticas sociais e crescimento econômico que são a preservação e manutenção do *status quo* via inserção produtiva e, conseqüentemente, aumento do consumo. Tal concepção é fortalecida por temas como: “desenvolvimento humano”, “investimento nas pessoas”, “indução social” e, de modo mais amplo, “coesão social” (DRAIBE, 2007, p. 29-30).

Nessa perspectiva, o “desenvolvimentismo” e a “inclusão produtiva”, conceitos que nascem do bojo da estratégia neoliberal, parecem constituir dois enfoques que buscam um diálogo em torno de um “suposto” bem comum; porém com matrizes analíticas distintas: o desenvolvimentismo, como atributo de certos tipos de Estado de bem-estar, e a inclusão produtiva, como alternativa ótima de desenho dos programas sociais. No entanto, ressalta Draibe que, caberá ao enfoque dado às análises desenvolvimentistas – qualidade do Estado de

¹⁴ Hochman, Gilberta (mg.) Políticas públicas no Brasil. / organizado por Gilberta Hochman, Marta Arcetche e Eduardo Marques. - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

bem-estar social - os estudos que tentam dá conta das análises, “sempre e quando se trata de pensar articuladamente o desenvolvimento econômico e a política social” (DRAIBE, 2007, p. 32).

Sobre a perspectiva do desenvolvimento, inserimos a dimensão social, pois acreditamos que apenas a esfera econômica não contempla as mudanças necessárias para uma apreensão desenvolvimentista proposta pelas políticas sociais. Ao mesmo tempo, quando assumimos o eixo analítico entre as políticas sociais e desenvolvimento, acreditamos que a expressão compreende uma dupla investigação: (i) um possível desenvolvimento econômico, representado pelo potencial monetário-distributivo das políticas sociais e, concomitantemente, (ii) um desenvolvimento social, inerente ao papel empenhado pela política social; em particular as políticas sociais de educação. Desta forma, entendemos que as políticas sociais, podem possibilitar uma ampla melhoria na realidade social, há vista sua capacidade de promover uma dupla contribuição, percebidas nas dimensões sociais e econômicas de sua política, o que desperta o interesse da análise integrada entre tais políticas sociais e desenvolvimento.

Sobre essa perspectiva, no que é concernente a política social de educação – variante da política pública, e o termo que pretendemos utilizar a partir de agora -, seus Planos e Programas, finalidades e objetivos, buscam, em certa medida, contribuir para inserir do tema desenvolvimento em suas ações. Notadamente, observa-se que, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o tema desenvolvimento, aparece quando afirma em seu Art. 2º que, “a educação tem por finalidade a promoção do preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172/2001), contempla em seus objetivos e prioridades: “a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública (...)”. Já, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007), afirma que sua razão de ser está na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais.

Para que as políticas sociais de educação possam alcançar tais objetivos, finalidade e prioridades são necessários instrumentos que constituem colunas para a sustentação e preservação de tais políticas. Para isso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), e mais recentemente o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), cada uma com suas especificidades, constituem bases fundamentais na promoção e

manutenção das Políticas de Educação. Segundo PDE (2007), o Fundef pôde financiar todo o sistema da educação básica; constituindo uma expressão de ordenamento de territórios e de desenvolvimento social e econômico (PDE, 2007, p. 32). Por sua vez, o Reuni, constitui uma das ações integrantes do (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social (REUNI, 2008).

Isso posto, percebe-se que os Planos, Programas, Leis e os recursos empreendidos para a efetivação das políticas podem, a princípio no campo teórico, cooperar para uma investigação integrada entre políticas sociais de educação e o desenvolvimento socioeconômicos, considerando que tal política, contempla em seus bojo ingredientes sociais e econômicos necessários ao desenvolvimento, que nos leva, a partir de um recorte institucional, a pensar sobre o papel da universidade nesse processo, dado que, sob sua estrutura, repousa aspectos socioeconômicos que constituem bases para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.3.1 A DIMENSÃO ECONÔMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A partir desse recorte institucional, tomando como referência as universidades públicas, acreditamos que essas constituem parte de um elenco de atores envolvidos na disseminação e implantação das políticas sociais. No que se refere ao seu potencial econômico Rolim & Kureski (2006), afirmam que há um crescente interesse em estudos que avaliam o impacto das instituições de ensino superior e sua contribuição para o desenvolvimento das regiões. Ademais, embora o impacto econômico das universidades tenha uma longa tradição na literatura sobre desenvolvimento regional, o tema é muito pouco estudado no Brasil. (ROLIM & KURESKI, 2006).

Sobre a apreensão do impacto econômico das universidades no local, destacam-se algumas pesquisas no Brasil com uso de diferentes métodos e técnicas de análise. Em particular, o trabalho de Roberto Paulo Machado Lopes (2012), sobre as dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior, que buscou entender a hipótese em que: as externalidades geradas pela expansão do ensino superior formam economias de aglomeração que contribuem para o crescimento econômico regional. Para o autor, as universidades públicas geram externalidades que desencadeiam em economias de aglomeração, por sua vez, ganhos produtivos e, finalmente, desenvolvimento regional/local (LOPES, 2012, p 31:32).

O tema ganha destaque em Rolim & Serra (2010), que buscou analisar o impacto do conjunto de universidades na economia brasileira. Para isso, os autores utilizaram da metodologia da matriz insumo-produto, na tentativa de construir os multiplicadores de renda e

emprego considerando o impacto das universidades na economia brasileira, para, em um segundo momento, construir uma metodologia que daria conta de uma análise mais restrita, ou seja, uma matriz regional.

Os estudos sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional vêm ganhando visibilidade nos últimos anos, uma vez que os recentes estudos mostram sua participação no processo de desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Tal perspectiva vem sendo analisada por duas correntes de análise: (i) o conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI) e aqueles que consideram o âmbito mais restrito do impacto sobre os fluxos de renda locais, conhecidos como impacto sobre a (ii) demanda agregada regional (ROLIM & SERRA, 2010).

O Sistema Regional de Inovação tem sua origem em duas vertentes teóricas. Uma delas está diretamente relacionada ao conceito de inovação, em particular, aquela relacionada aos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI). Essa perspectiva entende que as inovações possuem um importante papel no processo de desenvolvimento econômico. Do outro lado, a segunda vertente, concebe o desenvolvimento regional a partir da congregação de diferentes atores, proporcionando a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região; regionalismo. O encontro dessas duas vertentes dá origem ao conceito de Sistemas regionais de Inovação – SRI (ROLIM & SERRA, 2010).

Pode ser entendido com SRI, o conjunto ideal de organizações – universidades, laboratórios de pesquisas básicas, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologias, bancos, organizações regionais de governança; pública e privada, (associações comerciais, câmeras de comércio) dentre outras – que devem demonstrar vínculos sistêmicos, combinando aprendizagem com capacidade de inovação Rolim e Serra (2010, *apud* COOKE; MORGAN, 1998, p.1).

Ainda sobre o SRI, observam-se em seu conceito três subsistemas: um subsistema financeiro, um de aprendizagem e o de cultura produtiva. O subsistema de aprendizagem e/ou sistema regional de aprendizagem, ganha lugar de destaque no SRI, pois se constitui ponto de partida para inovação. Tomando o aprendizado com uma mudança na capacidade de uma pessoa, ou organização. O processo de formação dessa aprendizagem e/ou conhecimento, pode ser distinguido em dois níveis: (i) o que fornece competência¹⁵, e o que traz capacidade¹⁶. A interação, formal ou informal, entre o sistema regional de aprendizagem as universidades, instituições de pesquisa, agências de treinamento, transferências de tecnologias, e empresas em geral, tende a constituir um SRI, Rolim e Serra (2010, *apud* COOKE; MORGAN, 1998, p.1).

¹⁵ Habilidade para realizar uma tarefa específica (ROLIM e SERRA, 2010).

¹⁶ Compreensão dos mecanismos subjetivos à solução do problema envolvendo na tarefa (ROLIM E SERRA, 2010)

Desta forma, as universidades constituem o hiato entre os subsistemas de aprendizado e o subsistema de inovação. A partir da partição no Sistema Regional de Inovação é que o papel das universidades ganha notoriedade, desempenhando nesse processo atribuições fundamentais para o desenvolvimento regional (ROLIM & SERRA, 2010).

Além da abordagem do papel das universidades via o conceito de Sistema Regional de Inovação, desponta outra perspectiva que busca analisar o impacto dessas instituições sobre o contexto onde estão inseridas. Essa vertente busca apreender as contribuições da universidade sobre o fluxo de renda local. Uma interpretação mais restrita do impacto que considera a demanda agregada da região, ou seja, uma perspectiva mais restrita no que se refere à amplitude e ao tempo; o *efeito para trás* (ROLIM & KURESKI, 2006; ROLIM & SERRA, 2010; ALVES, 2010; LOPES 2012).

O impacto sobre a demanda agregada, leva em consideração os gastos realizados pelas universidades com pagamentos de professores e funcionários, compras de materiais e demais pagamentos efetuados por elas sobre a economia da região em que estão instadas (ROLIM & SERRA, 2010, p. 31). Como consequência, tal efeito multiplicador produzido pelos gastos, podem ser percebidos sobre as (i) famílias, como crescimento de renda, nos (ii) governos com o aumento da arrecadação e investimentos em infraestrutura e (iii) sobre as empresas locais, com o aumento da demanda e concorrentes (ROLIM & SERRA, 2010, p. 31).

O cálculo do efeito multiplicador dos gastos de uma universidade sobre a economia regional pode ser apreendido de diferentes formas; cada uma com seu grau de aproximação da realidade. Nesse sentido, (ROLIM & SERRA, 2010; ALVES, 2010; LOPES, 2012) destacam entre outros, o modelo multiplicador Keynesiano, Matriz insumo-produto e o modelo Computáveis de Equilíbrio Geral.

Para fins dessa pesquisa adotaremos as contribuições teóricas e metodológicas sobre a análise do impacto sobre a demanda agregada, ou seja, aquela sobre o fluxo de renda local quanto a sua amplitude e tempo; também denominado de impacto econômico de curto-prazo. Sobre essa perspectiva de análise, verificam-se alguns procedimentos metodológicos como se seguem: (i) *Delimitação da região*; (ii) *Determinação do impacto direto* e (iii) *Determinação do impacto indireto*. (ROLIN & KURESKI, 2010).

Tomando como referência as orientações do procedimento de *Delimitação da região*, nossos esforços contemplarão apenas o município da Cachoeira; local onde estar instalado o Centro de Artes, humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo. Sobre esse procedimento, Rolim & Serra (2010) afirmam que o recorte geográfico contribui para percepção dos possíveis vazamentos de renda produzidos pelo efeito multiplicador dos gastos realizados na região (nosso caso, as parcelas dos gastos feitos fora da Cachoeira). Tal

compreensão parte da hipótese onde regiões de grandes economias possuem maior capacidade de aglutinar o fluxo dos gastos sobre si, limitando a importação de bens e serviços de outras regiões.

Sobre a *determinação dos impactos diretos*, é possível medir o volume dos gastos, de quatro grupos de atores vinculados à universidade: (i) os bens de consumo corrente e de investimentos realizados pela instituição; (ii) os gastos em consumo dos membros (professores e funcionários); (iii) os gastos dos alunos de fora da região¹⁷ e (iv) os gastos dos visitantes de fora da região (ROLIM & KURESKI, 2010, p. 42).

É sobre as orientações teóricas e metodológicas dos *impactos diretos* que repousam as bases de sustentação desse projeto, assim como seus limites e desafios. No entanto, nos distanciaremos quanto aos modelos usados para coleta e tratamento dos dados, ou seja, as metodologias usadas para calcular o volume dos gastos, e a forma de obtenção dos dados. Desta forma, buscaremos adaptar nossos métodos ao que é proposto pelos autores, com base em uma abordagem que se diferencia da tradicional escola da econometria.

Os limites para uma apreensão mais próxima da realidade sobre o impacto das universidades sobre a economia local encontram-se nos dados que determinam o *impacto direto*. Os autores citados até agora, revelam que a grande dificuldade para a realização desses estudos está na disponibilidade desses dados. “Assim sendo, a maioria desses estudos tem que usar metodologias adaptadas às bases de dados disponíveis” (ROMLIM e SERRA 2010, p. 33:32). Desta forma, como nossa intenção é aproximarmos da medida que se dá na relação econômica entre o CHAL e o local, através de uma abordagem não econométrica, descartamos a ocorrência da identificação dos *impactos indiretos*, visto que sua intenção é calcular o efeito multiplicador dos gastos gerados pelo impacto direto na economia local, por meio de cálculos da econometria.

No entanto, para a apreensão do *impacto direto*, não faremos uso dos gastos diretamente realizados pela universidade, ou seja, gastos com salários de professores, funcionários, compras de material e toda a sorte de pagamentos. Trataremos de identificar os gastos realizados diretamente pela o que aqui chamamos de “*comunidade acadêmica*”: os gastos de consumo realizados efetivamente pelos professores, servidores-técnico e terceirizados e alunos de outras localidades na economia local.

¹⁷ Como o objetivo é comparar a atividade econômica atual com a que existiria se a universidade não estivesse presente, os alunos locais não são levados em conta na suposição de que eles não representam uma demanda extra para a região. Já os professores e funcionários são considerados rendas extras na medida em que forem pagos com renda vinda de fora da região. Tal procedimento, além destas hipóteses implícitas, também considera a existência de um mercado de trabalho regional para os membros da universidade de tal sorte que se ela não estivesse na região os seus membros estariam trabalhando em outras regiões.

Nossa intenção em identificar os gastos realizados pela comunidade acadêmica no local justifica-se pela ausência de dados disponíveis pelo CAHL no que tange as demandas inerentes ao desenvolvimento de suas atividades, portanto, não é possível identificar gastos realizados pelo Centro na economia local; cabendo apenas ao esforço metodológico de buscar junto à *comunidade acadêmica* os gastos realizados com: aluguel, alimentação, saúde, lazer, investimentos, dentre outros. Desta forma, entendemos que nossa metodologia é uma adaptação as contingências da realidade, sem entretanto, ferir a legitimidade e o rigor técnico-metodológico da pesquisa. Ademais, é possível mostrar que, para além das ferramentas da econometria, aproximações da realidade podem ser contempladas sem o uso das ferramentas econômicas quantitativas já citadas.

2.3.2 A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

São inegáveis as contribuições da universidade escrita sobre o tripé do ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento da sociedade contemporânea. Dentre elas, destacam-se: (i) a formação do indivíduo para a cidadania, (ii) qualificação para o trabalho, o (iii) desenvolvimento econômico nacional, a (iv) integração nacional, e sua (v) segurança. É a partir dessas qualidades, que pretendemos entender como essas se manifestam sobre uma realidade geograficamente mais restrita, ou seja, o âmbito local.

Desde a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1961, passando pela Constituição de 1988, e a nova LDB de 1996, o sistema nacional de educação sofreu profundas transformações, carregada de críticas e elogios. Apesar das controvérsias, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, veio nortear o novo projeto de educação para o país. Sobre essa perspectiva, o ensino superior, tradicionalmente concebido, estar fundado em três das principais funções da universidade, quais sejam: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sobre o papel de ensino da universidade, percebe-se que esta qualidade está diretamente relacionado à sua responsabilidade para com a sociedade, no sentido em que lhe cabe o dever de promover democratização do saber e do conhecimento. Tal característica coloca o ensino universitário, no centro das ações necessárias a consolidação da cidadania e, desta forma, a promoção do desenvolvimento social. É essa característica que evidencia a responsabilidade do ensino universitário, tão importante para a construção de uma nação forte e, sobretudo, consciente e participante das coisas públicas.

Sobre as atribuições do ensino, Severino (1992) observa que a universidade tem o objetivo de aperfeiçoar a formação do homem para a atividade cultural. Ademais, observando as condições materiais e sociais inerentes a sua existência, ainda lhe cabe o compromisso do

preparo para a profissão, reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber (SEVERINO, 1992, p. 34). Apesar dos esforços para alcançar esse modelo ideal de ensino, as universidades parecem sofrer com as investidas do capital, fragilizando sua suposta autonomia, e comprometendo a falta os investimentos públicos em sua manutenção e ampliação. Esses aspectos atuam como forças sobre as universidades distorcendo sua finalidade e, desta forma, submetendo-a as exigências da modernidade.

Chauí (2001) observa os desafios do ensino universitário quando submetidos a uma falsa visão da realidade. Para Chauí, o processo no qual desvincula educação do saber, revela que a tarefa da universidade contemporânea não é de transmitir e traduzir a cultura, mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for de interesse. Finaliza: “a universidade adentra mão de obra e fornece força de trabalho” (CHAUÍ, 2001, p. 52). Nesse sentido, complementa Santos (1989): “uma educação para o trabalho; o ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas, capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço de produção”.

É nessa perspectiva que Boaventura de Souza Santos (2008), ao discutir a importância da Reforma universitária no século XXI, destaca o papel da extensão universitária e sua relação com capitalismo. O autor afirma que, a universidade deve contrapor-se as determinações do modelo de produção vigente. Buscando a ruptura, visto que as extensões universitárias apresentam-se como agências de prestação de serviços dos interesses da iniciativa privada.

Tendo em vista que as extensões envolvem uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público e o setor privado, cabe às universidades agir no sentido de se contrapor a uma tendência de privatização da universidade e sua extensão. Para isso, a extensão precisa romper com a orientação para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extras orçamentários (SANTOS, 2008, p. 66:67).

Apesar da inegável contribuição da extensão, para além de uma prestação de serviço intervencionista de cunho assistencial, a responsabilidade da universidade via extensão deve, em sua Reforma, cumprir com o papel prioritário, “sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados” (SANTOS, 2008, p.67).

No que tange a pesquisa, fechando o tripé tradicional da função universitária, para buscar o conhecimento e a descrição dos fenômenos do mundo real. Esses fenômenos são de

diferentes naturezas e abrangências, dentre eles, os econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais, dentre outros. Cabe à pesquisa desvendar os acontecimentos que sistematicamente resultaram nas transformações dessa realidade e suas consequências no tecido social.

Severino (1998) destaca o papel da pesquisa de caráter universitário, observando a finalidade de avanço do conhecimento teórico e prático, devendo contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, em nível nacional e regional (p.34).

Chauí observa que, reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos “financiadores”. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática.

O que fica claro, é que, os desafios do ensino universitário colocam diante dessa instituição social, uma necessária reforma que permitam sua liberdade e autonomia. Mas como alcançar “autonomia”, em uma matriz capitalista que submete sua funcionalidade as determinações ideológicas político-econômicas? É possível pensar em um ensino universitário livre dos interesses políticos, uma vez que tais instituições são subsidiadas pelo poder público-partidário e, desta forma, gerido pelas deliberações do Estado? Não nos cabe aqui dá conta dessas questões, nem tão pouco são objetos desse trabalho. Sobre o assunto, os estudiosos referenciados até agora, buscam no tema Reforma universitária, lançar luz sobre essas questões.

Nessa perspectiva, tomando como referência os possíveis efeitos sociais produzidos pelo ensino ofertado pelo CHAL no município da Cachoeira, buscaremos perceber como a oferta e inserção na educação superior pública pode está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos Cachoeiranos. Nesse sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 2º, “evidencia o potencial da educação com aquela que tem por finalidade a promoção do preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”.

Ainda sobre a educação, Emediato (1978) destaca que ela sempre foi vista como um importante instrumento de transformação social. Uma via para a mobilidade social e a chave para o “progresso” individual e social (1978, p. 207). Paulo Freire (1979) retrata a educação como aspecto necessário ao processo de mudança (aperfeiçoamento) do homem, entendendo que este, é um ser inacabado, e, por sua vez, se educa.

Segundo PNE, 2000:

“a educação é elemento constitutivo da pessoa e (...) deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (Plano Nacional de Educação, 2000).

Ainda sobre o papel da educação, Marshall (1964), destaca dois aspectos sobre seu valor social: habilidades e conhecimentos adquiridos, e o valor simbólico das instituições onde se adquiriu a educação. Nesse sentido, a universidade pública como instituição que promove e disseminação a educação, ocupa um lugar simbólico na estrutura social, responsável por contribuir com a mobilidade social, e, dessa forma, reduzindo as desigualdades. Aperfeiçoando a formação do homem para a atividade cultural, capacitando para o exercício de uma profissão, preparando para o exercício da reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber (Severino, 1992, p.34).

Sob uma perspectiva econômica, a educação, como processo de ensino e aprendizagem para o exercício da profissão, é discutida entorno do conceito "capital humano". Tal concepção resulta da compreensão onde o investimento em educação, além de contribuir para o bem-estar do indivíduo, favorece o desenvolvimento local e regional. Logo, a diversidade de conhecimentos, as habilidades, e qualidades da educação promovem melhoria da qualidade de vida de todo um tecido social.

No século XVII, o capital humano parece contemplar as necessidades da época, surgindo na literatura como forma de fator de produção. Tal constatação sobre o capital humano, como motor propulsor das forças produtivas, pode ser observada nas obras de Adam Smith, Alfred Marshall e nos estudos de Irving Fisher (SAUL, 2004).

Diferentemente dos autores citados acima, para Marx a educação deve cumprir um papel emancipatório da classe operária. Entende que é necessário o investimento em educação para se alterarem as relações sociais. Os trabalhadores devem investir em educação para adquirir capacidade de serem os formadores do estado.

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. (MARX, 1867, p. 289)

Segundo Saul (2004), Nerdrum e Erikson sustentam que a noção de capital de Fisher é a fonte primária da teoria moderna do capital humano, na forma em que ela surgiu no fim da década de 1950. Trabalhando separadamente e a partir de perspectivas diferentes Jacob Mincer e Theodore Schultz seriam os autores que, partindo de Fisher, entenderiam o capital humano como um capital independente do capital convencional em relação às características econômicas e produtivas de um país (SAUL, 2004, p. 231).

A concepção de Fisher sobre as qualidades do homem como elemento constitutivo de um conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo coloca o capital humano como

elemento chave para o desenvolvimento local. Nesse sentido, o conhecimento constitui um dos pilares para o início de um processo de transformação social mediante a sua acumulação na forma de capital humano. Quando esse é ofertado gratuitamente, as fronteiras para seu acesso se tornam mais ilimitadas, aumentando as chances de propagação desse capital. Nesse contexto, as universidades públicas constituem partes importantes no processo de acúmulo e disseminação do conhecimento.

Investimentos em capital humano são, portanto, os gastos que provocam um aumento da capacidade produtiva das pessoas. Conseqüentemente, estoque de capital humano seria a acumulação desses gastos feitos no passado. Um gasto em educação, por exemplo, é um investimento na medida em que foi feito com finalidade de gerar benefícios futuros, e as habilidades adquiridas durante o processo de aprendizagem podem se acumular no tempo gerando um estoque de capital humano (AZEVEDO, 1992).

O sentido dado à educação pelo conceito de capital humano coloca as pessoas como peças-chaves de uma engrenagem fomentadora do modelo de produção vigente. Os indivíduos passam a ser elementos constitutivos de um mecanismo necessário ao crescimento econômico. Nesse sentido a educação e as características inerentes ao seu processo, são submetidas às determinações da lógica capitalista. Sobre esse tema, Meszáros (2008), sinaliza que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 7).

Apesar das observações feitas sobre os limites da educação e as necessidades de superar as investidas da “modernidade”, não se nega sua importância qualitativa no processo de transformação dos indivíduos e da sociedade. Uma noção de educação concebida, como desenvolvimento humano, define o objetivo maior da educação como aquela responsável em contribuir com as pessoas, a partir de competências e habilidades que lhes permitam alcançar seu desenvolvimento pleno e integral. Em um processo de construção; assim como, na realização completa do homem em todos os seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos (SILVA, 2011).

Entendemos que a educação é processual, contínua e inacabada. Tal constatação justifica os limites da educação superior, sinalizando que ela não será capaz de superar todos os problemas individuais e sociais. No entanto, percebe-se que a educação é fundamental para o desenvolvimento das diferentes dimensões da realidade social. São essas observações que colocam as instituições de ensino superior, sobretudo as universidades públicas, no eixo das discussões sobre desenvolvimento humano e local.

Nessa perspectiva entender a oferta e inserção de Cachoeiranos no ensino superior público via UFRB/CAHL, possibilita a discussão sobre os efeitos produzidos pelo Centro na dinâmica da social da Cachoeira. A chegada da universidade pública em região historicamente esquecida pelo poder público, reacende o debate das diferentes formas de governo, das contribuições do ensino superior público no desenvolvimento de localidades, e o papel da educação nesse processo continuado.

3. AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

3.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A trajetória do processo de expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) e, nesse sentido, das universidades como centros de ensino, pesquisa e extensão, está diretamente relacionada às especificidades de cada época. Sobre essa trajetória, Olive (2002) destaca que, a institucionalização das universidades no Brasil, aconteceu tardiamente se comparada às demais colônias latino-americanas. Desde o século XVI, as colônias espanholas na América já desfrutavam de instituições de ensino superior. No entanto, no Brasil Colônia a educação superior só pôde ser possível no século XIX.

Portugal não tinha interesse na formação de uma elite intelectual natural da colônia, ao contrário, os filhos de portugueses que constituíam uma classe dominante dos meios de produção na época, eram educados pelos jesuítas a fim de ingressarem na Universidade de Coimbra em Portugal (OLIVE, 2002). Percebe-se que, além do aparato militar da coroa, e o domínio dos meios de produção, Portugal soube minar a educação para fortalecer e manter seu domínio sobre a colônia, a partir da constituição de uma classe portuguesa educada para consolidar o regime português no Brasil¹⁸.

¹⁸ Preocupada com a ideia de que algum instituto brasileiro pudesse rivalizar com os portugueses, a Coroa impediu que os jesuítas instalassem na colônia a universidade que desejavam, assim como impediu a criação de qualquer tipo de imprensa que pudesse contribuir para a disseminação de novas ideias. SCHWARTZMAN, Simon, 2001. P. 65)

Essa estratégia irá durar quase três séculos, até que, em 1808, inicia-se o que podemos chamar de um processo tardio de expansão do ensino superior, materializado na implantação da primeira instituição de ensino no Brasil. A Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar na Bahia, é fundada em circunstâncias nada convencional pelo então monarca D. Pedro VI que fogia das ações militares empreendidas pelas guerras napoleônicas (ALMEIDA FILHO, 2008; OLIVE, 2002; SCHWARTZMAN, 2001). Ainda segundo os autores, nesse mesmo ano, com a mudança da corte para o Rio de Janeiro, foi fundada algumas instituições, a saber: Academia de Guardas-Marinha, Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Escola Central, e a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, semelhante a que foi implantada em Salvador.

Os ventos que sopraram a favor das caravelas portuguesas, pareciam está se inclinando em favor do Brasil Colônia que, após quase três séculos de exploração, teria a priori nas Escolas de Cirurgia (Bahia e Rio de Janeiro), as condições necessárias para a constituição de um futuro cenário emancipatório e desenvolvimento do território hora explorado. Assim como a educação foi um instrumento de preservação e manutenção do *status quo* português no Brasil, agora, com a implantação de instituições de ensino superior, parece iniciar um processo de ruptura do que poderíamos chamar de embrião de um sistema de educação brasileiro.

Com a proclamação da independência em 1822, a partir da Regência de D. Pedro II, outras instituições de ensino superior foram criadas: Medicina, Leis, Engenharia, e Belas Artes. Em 1827, a cidade de Olinda e São Paulo, foram contemplados com cursos de Direito, cada uma. Entretanto, apesar das ofertas de instituições de ensino superior, não houve uma unificação dessas instituições em centros de educação, universidades. Isso se dá, pelo modelo português de universidade escolástica adotado, que irá moldar a cena ideológica pós-colonial brasileira (ALMEIDA FILHO, 2008; OLIVE, 2002). A expansão da oferta de cursos superiores iniciada no século XIX no Brasil, ainda que tímida, não se dá apenas pela emergência de uma demanda interna. Teixeira (1953) observa que, pela influência das revoluções industriais e políticas, iniciadas desde o século XVIII, a educação passa a ser forçada a expandir quantitativamente e qualitativamente, na perspectiva de dá conta da estabilidade e continuidade de uma sociedade em transformação social e econômica.

O final do século XIX inaugura uma nova fase para a ex-colônia. Com a proclamação da república em 1889, no Brasil passa a habitar uma nova conjuntura política formada por um Governo Provisório e um Congresso. Porém, o Governo Provisório era formado por um grupo

de oficiais¹⁹ carregados de um ideal positivista, que impossibilitou a criação de universidades no Brasil (Olive, 2002). Segundo Anísio Teixeira (2005, *apud* OLIVE, 2002) havia 24 projetos de universidade apresentados, durante o período que vai de 1808 a 1889, e chama a atenção para o fato de que em quase meio século de reinado do segundo imperador, não foram criadas novas faculdades, além daquelas criadas pelos soberanos nas primeiras décadas do século XVIII, e uma em 1839 (OLIVE, 2002, p. 26).

Tabela 1: Evolução da oferta de ensino superior no Brasil (1808-1960)

Ano	Criadas	Acumulado
1808 a 1890	14	14
1890 a 1930	72	86
1930 a 1945	95	181
1945 a 1960	223	404

Fonte: elaboração própria a partir de TEIXEIRA (1961)²⁰

Sobre a criação da primeira universidade no Brasil existe certa polêmica sobre quem levará a primazia histórica. Arabela Campos Oliver ao contribuir com o informe sobre a *Educação Superior no Brasil*²¹, afirma que em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade brasileira resultado do decreto nº 14.343. A autora acrescenta que, contudo, a universidade não ofertava uma alternativa diversa do sistema; era voltada ao ensino, elitista, conservadora, orientada a profissionalização e carregada de certa autonomia. Sobre esse impasse, Naomar de Almeida Filho em *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*²², irá problematizar a anedota histórica sobre a primeira universidade no Brasil que, até então, parecia ser a Universidade do Brasil fundada em 1921. No entanto, segundo o autor, a sua “provisória” formação logo se dissolve após o cumprimento de sua função “diplomata”. Na tentativa de polemizar o título de primazia, Almeida Filho insere a Universidade Federal da Bahia na disputa, com base em dois argumentos: (i) a antiga Faculdade de Medicina da Bahia, fundada em 1808 logo após a chegada da família real, revelou-se, desde cedo, uma verdadeira universidade decorrente a oferta de cursos superiores;

¹⁹ Cabe observar que, anos mais tarde, em 1964, militares irão empreender uma operação limpeza, haja vista que, as universidades nessa época de ditadura militar, são consideradas ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas (MOTTA, 2014), mais sobre esse assunto faremos mais adiante as devidas considerações.

²⁰ TEIXEIRA, Anísio. A expansão do ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.36, n.83, jul./set. 1961. p.3-4.

²¹ OLIVE, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana (Org.). Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES/Unesco, 2002, p. 31-42.

²² ALMEIDA FILHO, Naomar. Reformas da universidade: breve histórico. In SANTOS, Boaven tura de Sousa, ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade no século XXI : para uma universidade nova. Coimbra: Almedina/CES, 2008.

Cirurgia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, posteriormente desdobrando-se em Psicologia, Enfermagem e Nutrição. Caracterizando-a por já realizava efetiva integração de ensino, pesquisa e compromisso social (ALMEIDA FILHO, 2008). Ademais, devemos acrescentar na corrida ao título de primogênita a Universidade do Paraná²³ (ALMEIDA FILHO, 2008; SCHWARTZMAN, 2001).

Fundada em 19 de dezembro de 1912, mediante a união de faculdades isoladas, mas substituída em 1915 pela Reforma Maximiano, a Universidade do Paraná se apresenta como a primeira universidade do Brasil. Para finalizarmos essa anedota, ainda é locada Universidade do Amazonas, fundada em 1909²⁴. Apesar do empenho das instituições de ensino superior na busca pelo coroamento de primeira universidade do Brasil, segundo Almeida Filho (2008) e Schwartzman (2001), essas instituições não estavam inseridas em um sistema amplo de educação nacional. Passava apenas de um ajuntamento e/ou aglomerado de faculdades pré-existentes com poucas atribuições, sem articulação ampla que contemplasse as atribuições de uma universidade no seu sentido pleno. Nesse sentido, podemos traçar o seguinte panorama representativo na tabela abaixo.

A década de 30 do século XX irá inaugurar outro momento para a educação superior e, sobretudo, para as universidades e seu processo de expansão. Em abril de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, irá criar a legislação federal delineando as características próprias de uma universidade, através do Estatuto das Universidades Brasileiras. Essa reforma também ficará conhecida mais tarde por reforma Francisco Campos.

²³ (...) desde a conclusão e aprovação de seus Estatutos e de sua instalação solene, em 19 de dezembro de 1912, em sessão realizada no edifício do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, sob a presidência honorária do Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente do Estado); com sua restauração efetiva, ocorrida em 06 de junho de 1946, pelo Decreto-Lei nº 9323 da União que reconhecia a Universidade do Paraná, num momento de incentivo à expansão de instituições de ensino superior no país e finalmente; com sua federalização, obtida em 04 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254 do Governo Federal, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem o orgulho de poder dizer que é a universidade mais antiga do País. Certificado comprova a inclusão de seu recorde na edição brasileira do Guinness Book – O livro dos recordes de 1995, como primeira universidade brasileira – Inaugurada em 1913. (A Universidade do Paraná foi fundada oficialmente em 19 de dezembro de 1912 e iniciou suas atividades de ensino na segunda quinzena de março de 1913, portanto, antes da fundação da Universidade de Manaus, que data de 13 de julho de 1913) (UFPR, 2014)

²⁴ Escola Universitária Livre de Manaus, em 11 de janeiro de 1909, de existência efêmera, mercê da decadência da economia da borracha. Essa escola, criada pela Lei 601 de 08 de outubro de 1909, teve sua origem na Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas e passou a chamar-se Universidade de Manaus em 13 de julho de 1913 por deliberação de sua Congregação. Segundo um histórico da Universidade de Manaus, que abre edição fac-similar da revista “Archivos da Universidade de Manaus” (1914), publicada pela Universidade do Amazonas em 1989, “a crise que se abateu sobre a Amazônia, após o encerramento do ciclo da borracha, afetou profundamente a Universidade de Manaus, que viu seus cursos serem gradativamente desativados, à exceção do curso de Direito (...)”

Olive (2002) irá colocar algumas das características desse Estatuto: (i) a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, (ii) também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras; (iii) essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica. Mas, apesar do avanço que se tem com a Reforma Francisco Campos, o seu ministério estava, em certa medida, limitado ao contexto sociopolítico da gestão de Getúlio Vargas e que impossibilitou alguns avanços estruturais almejados pela Associação Brasileira de Educadores. Schwartzman (2001) observa que, Francisco Campos foi “orientada claramente para paralisar o movimento favorável a um sistema universitário baseado em comunidades científicas organizadas de forma autônoma”.

Sob essa década, declara Almeida Filho (2008), emergia dois modelos de universidades que contemplavam características institucionais em pleno acordo com uma proposta de projeto acadêmico. Estamos falando da Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal.

Schwartzman (2001) irá afirmar que a criação das universidades de São Paulo e Brasília na década de 30, está diretamente relacionada ao Governo de Vargas, não por ter partido do governo a iniciativa de criação, pelo contrário, a Universidades de São Paulo e a Universidade do Distrito no Rio de Janeiro foram criadas por iniciativa regional em posição contrária ao governo autoritário e centralizador de Vargas e as políticas do Ministério da Educação. Nesse mesmo período, o então ex-ministro da educação, Francisco Campos, passa a chefiar o Ministério da Justiça do Estado Novo e Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação em 1934 coroando o governo autoritário de Getúlio.

Em 1934 é criada a Universidade de São Paulo, que deve significativa contribuição de jovens acadêmicos franceses. Entre eles podemos citar Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide. “O acontecimento mais importante na história da ciência e da educação no Brasil” (Schwartzman, 2001). Entretanto, Almeida Filho (2002), afirma que, apesar de ter sido criada a partir de experiência internacional, ou seja, “um modelo exógeno transplantado”, a USP foi um divisor de águas no que tange ao “modelo de instituição universidade mais completa e precisa”. Uma universidade de referência, com alto padrão *acadêmico-científico*, liderado por Fernando de Azevedo que recebeu do governo do estado de São Paulo apoio, sendo, desde aquela época, o estado mais rico do país (Oliver, 2002, p. x). Apesar dos elogios feitos a USP, a sua primazia é questionada ao ser comparada ao projeto da Universidade do Distrito Federal. Almeida Filho (2002) coloca a inquietação por parte de alguns autores ao afirma que, “ao contrário da USP, cuja única novidade era a Faculdade de Filosofia, Ciências

e Letras, a primeira universidade realmente brasileira foi a Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira, notável pedagogo e filósofo baiano” (ALMEIDA FILHO, 2002, p. 132:134).

A proposta oposicionista e revolucionária da Universidade do Distrito Federal criada por Anísio Teixeira em 1935²⁵ - intelectual de pensamento de esquerda contrário à proposta de Educação superior que ali está sendo colocada pelo Ministério da Educação - logo incomodou e, em 1939, não completando nem quatro anos de criação, foi extinta por decreto presidencial. O descontentamento a com a Universidade do Distrito Federal é evidenciado em Schwartzman (2001), reafirmando o conflito ideológico institucionalizado na Universidade com os planos do novo Ministro da Educação Gustavo Capanema²⁶ que buscou empreender os planos de Francisco Campos em criar uma universidade nacional que se ajustasse ao regime de Getúlio Vargas e da igreja católica. A igreja conservadora temia a influência do liberalismo norte-americano, julgando ser subversivo aos princípios católicos. Para a igreja, a proposta estava carregada de ideias materialistas, individuais de cunho protestante, conflitando com os valores católicos, humanistas e personalistas²⁷. É sob esse contexto que Gustavo Capanema faz uso de suas prerrogativas de ministro e implanta a Universidade do Brasil. Ao fazer uso da lei, criada durante a gestão de Francisco Campos, como Ministro da Educação, em 5 de julho de 1937, Capanema irá substituir a extinta Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, pela Universidade do Brasil, coroando seu projeto político de direita onde a nova universidade “iria estabelecer o modelo padrão de educação superior no país” (SCHWARTZMAN 2001, p. 102)

A era Vargas (1930 a 1945) foi marcada por transformações de ordem social e econômica. Apesar desse período, ter sido caracterizado por um regime centralizador, com indiscutível participação militar, Olive (2002), observa que foram criadas 22 universidades, além de nove universidades religiosas, oito católicas e uma presbiteriana (2002, p. 31). Apesar

²⁵ Em 1935, Anísio Teixeira, então Diretor de Instrução do Distrito Federal, criou, através de um Decreto Municipal, a Universidade do Distrito Federal voltada, especialmente, à renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados. Mesmo enfrentando escassez de recursos econômicos, as atividades de pesquisa foram estimuladas com o aproveitamento de laboratórios já existentes e o apoio de professores simpáticos à iniciativa. Essa foi uma vitória do grupo de educadores liberais, liderados por Anísio Teixeira, discípulo de Dewey e grande defensor da escola pública, leiga, gratuita e para todos. Em função de seu posicionamento apaixonadamente liberal, Anísio não contou com apoios que dessem sustentabilidade a seu projeto universitário (OLIVE 2002, p. 28).

²⁶ Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação em 1934, muito provavelmente por influência da Igreja, e seu arquivo pessoal contém uma ampla correspondência com Alceu Amoroso Lima, através da qual o líder intelectual católico estendia sua influência. Em uma dessas cartas Alceu mostra o desagrado com a criação da Universidade do Distrito Federal, e pede que Anísio Teixeira seja demitido.³³ Em 1937, afastado Anísio Teixeira, Capanema nomeou Amoroso Lima reitor da Universidade do Distrito Federal, aparentemente para preparar a sua liquidação (SCHWARTZMAN 2001, p.101).

²⁷ Vele ressaltar que Anísio Teixeira teve uma curta estadia na Columbia University, trazendo consigo influências do pragmatismo norte-americano e do liberalismo ideológico, colocando-o com alvo de duas críticas e repensarias por parte da igreja e dos conservadores católicos (SCHWARTZMAN, 2001, p. 98).

desse período, ter sido caracterizado por um regime centralizador com indiscutível participação militar, Olive (2002), observa que foram criadas 22 universidades, além de 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana (Olive 2002, p. 31). Sobre o processo de expansão do ensino superior no Brasil, durante o período de 1808 a 1890, Teixeira (1961), contabiliza cerca de 14 instituições de ensino superior criadas nesse intervalo. Entre 1890 a 1930, foram criadas 72, totalizando um acumulado de 86 instituições. 1930 a 1945, durante regime ditatorial de Gestão de Vargas, Teixeira, aponta a criação de 95 instituições, fechando um montante de 181. (TEIXEIRA 1961, p. 3:4).

O avanço no processo de aprofundamento da democratização do Brasil mais uma vez é interrompido. A década de 60 será marcada por mais uma intervenção militar em marco de 1964. A sociedade e seus campos de produção do saber irão sofrer intensa represália na perspectiva de inibir aqueles contrários ao regime. As universidades, para os vitoriosos de 64, tornaram-se quartel-general para recrutamento daqueles contrários a nova ordem e, nesse sentido, ninho de proselitismo das propostas revolucionárias (Motta, 2014, p. 23). No início dessa década, em 1961, foi institucionalizada a Lei nº 4.024, a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que, apesar de conter certos avanços, a sua estrutura ainda contemplava aspectos conservadores herdados da reforma de 1931, reforçando o modelo tradicional de ensino superior no Brasil (OLIVE, 2002; MOTTA, 2014).

Na perspectiva de romper com a conservadora tradição universitária no Brasil, a Universidade de Brasília, fundada em 1962, irá constituir um divisor de águas para a tradicional educação superior, inaugurando um novo modelo de universidade de pesquisa científica. Uma universidade criada para se tornar um centro de pesquisa, diferenciando-se das demais universidades existentes. “A UnB, será a primeira universidade que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes” (OLIVE, 2002, p. 32:33). Para isso, foi necessária a participação de educadores que tinham inclinação com o modelo de gestão do governo vigente, a saber, a gestão de João Goulart (MOTTA, 2014). No entanto, a UnB já fazia parte do projeto de gestão do governo de Juscelino Kubitschek, que convidara a Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para empreender a construção de um modelo de educação superior na faculdade de Brasília. Durante a gestão de Goulart, em 15 de dezembro de 1961, foi sancionada a Lei 3.998, que autorizou a criação da universidade. Em 1962, dois anos após a fundação de Brasília, “as regras, a estrutura e concepção da UnB foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962, e ainda hoje em vigor”. (UnB, 2014).

A UnB, símbolo de um pensamento desenvolvimentista, cujas cadeiras foram constituídas por maioria de professores de esquerda; logo sofreria o impacto da ofensiva militar em 1964. A recém-formada universidade, além de ter no corpo de sua estrutura a presença dos discentes e docentes, passara a receber a “ilustre” vista do braço armado do Estado. A Polícia Militar e o Exército passaram a ocupar o campus da faculdade; não para guardar aqueles que disseminavam o saber e contribuía para o desenvolvimento do pensamento intelectual brasileiro, mas, para lançar as cabeças pensantes e suas ideias subversivas no cárcere do regime militar. As excessivas violências sofridas por universitários e professores refletem o imaginário o do regime militar que via na a UnB, um antro comunista reunido pelo marxismo (MOTTA, 2014).

A participação norte-americana na educação do Brasil é evidenciada no pacto entre o MEC-Usaid firmado em 1967. Entretanto, observa que, a relação entre Brasil e Estados Unidos, vista com muita desconfiança, parece anteceder a ascensão dos militares ao poder em 1964. A *United States Agency for International Development* (Usaid), ou também conhecida AID, é introduzida no Brasil, substituindo a *International Cooperation Administration* (ICA) – agência americana que atuava no Brasil desde 1954 no gerenciamento de projetos financiados pelos americanos –. A Usaid, que passaria a desempenhar o papel da ICA, diferenciava-se por ter que gerenciar projetos e objetivos (mais ambiciosos), cujos valores investidos seriam maiores que os administrados pela agência anterior (MOTTA, 2014). A influência do imperialismo americano é refletida na reprodução do sistema de educação universitária americano no Brasil. O pacto estabelecido entre a Usaid e o MEC, visava à introdução de uma reforma universitária no sistema brasileiro de educação superior, onde o financiamento da “reforma” implica em empréstimos do FMI e do BID (ALMEIDA FILHO, 2008).

Em 1968, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária nº 5540, pondo em destaque a (i) criação dos departamentos, (ii) o sistema de créditos, (iii) o vestibular classificatório, (iv) os cursos de curta duração, (v) o ciclo básico dentre outras inovações (OLIVE, 2002, MOTTA, 2014). Apesar das mudanças pontuais, a Reforma ainda estava incompleta. A iniciativa originária dos militares, obviamente não permitiria mudanças estruturais no modo de pensar a universidade. Almeida Filho (2008) aponta que a Reforma preservou o velho regime e trouxe o que menos interessava do modelo estadunidense. O que se ver consiste na influência Americana na educação brasileira somatizado as estratégias ideologia, e, porém, conservadoras do regime militar. “O fato de ter sido um movimento gerado pela ditadura

militar, imposto de cima, provavelmente fez com que os pontos positivos da proposta de reforma se perdessem no volume da reação” (ALMEIRA FILHO, 2008, p. 137).

A oferta de ensino superior no Brasil foi gradativa. Com participação das instituições privadas apoiadas pelo regime, a oferta de cursos superiores pôde crescer; demandado ligeiramente pelas transformações que ocorriam no país após 1968. Em 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos (OLIVE, 2002, p. 33:34)

Durante o governo Sarney foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. Infelizmente, mais uma vez, as esperadas transformações da Educação superior não aconteceram como sonhadas. Não houve avanços na elaboração de projetos de lei. O único avanço a ser observado foi a “modificação substancial da composição do Conselho Federal de Educação, posteriormente realizada no Governo Itamar Franco” (ALMEIDA FILHO, 2008).

Com a Constituição Federal de 1988 foi estabelecido 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; assegurou, também, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral para funcionários federais. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades (OLIVER, 2008).

3.2 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

As universidades públicas (federais) parecem cumprir importante papel no desenvolvimento socioeconômico nos espaços nacionais, regionais e locais de atuação. Suas ações de ensino, pesquisa e extensão, a colocam no centro de articulações de diferentes atores públicos e sociais, cumprindo o papel de mediador, em alguns momentos, dos problemas e demandas sociais, dando sua parcela de contribuição o desenvolvimento. Apesar das dificuldades encontradas no processo de busca pela autonomia e sustentabilidade de suas ações, a universidade representa importante pilar de sustentação para a democracia moderna.

Os papéis desempenhados pelas universidades ao longo da história, mostra como essa instituição parece refletir as especificidades de seus contextos. Como aponta Chauí (2001), ao afirmar que a universidade é uma *instituição social*, e, portanto, “que realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte” (p. 35). Complementa Almeida Filho (2008), “A universidade foi inventada, não nasceu pronta: foi sendo, historicamente, construída”. É por esse motivo que a universidade imprimiu diferentes atribuições para além

daquilo que parece ser seu cerne inicial, a produção e disseminação do conhecimento, *a priori*, científico, e depois, popular.

Sua origem está intimamente relacionada ao papel das igrejas e sua missão messiânica. Sua emergência em tempos medievais (século XI) destacava seu caráter escolástico, em observância ao papel social das instituições religiosas de sua época. Desta forma, Schwartzman (2001) e Almeida Filho (2008), assinala que, inicialmente as universidades ofertavam apenas a formação teológica, cumprindo o papel de geradora e guardiã da doutrina. Mais tarde, ainda conservando os velhos costumes, as universidades se tornaram centros tradicionais de estudos clássicos, oferecendo uma educação em direito, medicina e teologia.

A partir da chamada modernidade, que emergiu com a ruptura do modelo de produção feudal e os avanços técnico-científicos, a Europa renascentista inaugurou um novo modelo de universidade que vai desempenhar um papel logo diferente ao proposto inicialmente, reafirmando a característica de exprimir o modelo determinante na sociedade que faz parte. Nesse sentido, as determinações do capital submetem a universidade as suas exigências (Schwartzman, 2001), visando claramente desenvolver o conhecimento prático e aplicado, a serviço das elites. Ao mesmo tempo, esse período fez com que a universidade incorporasse outras áreas do conhecimento diversificando sua universalidade e limitando cada vez mais as influências escolásticas no mundo do ensino superior (ALMEIDA FILHO, 2001). Como consequências dessas mudanças, que se aprofundam com a Revolução industrial e o avanço das ciências naturais e sociais, a educação clássica já não era suficiente para dá conta das novas demandas, e aqueles que desenvolviam seu aprendizado a partir das experiências da educação não tradicional, tinham mais êxito no mercado.

Percebe-se que até o século XVIII, a universidade desconhece qualquer atribuição que lhe dê autonomia como instituição, que precisa no exercício de suas atividades, ser imparcialidade com mundo exterior. Na verdade, o Estado politizado, o clero, e as exigências da Revolução Industrial, submetiam a universidade a diferentes papéis, mas que, ao mesmo tempo, pareceriam ser anseios comuns à época.

No início do século XIX, em 1810, a Reforma Humboldt estabelecia a “pesquisa” como fonte da verdade para o ensino. Além desse avanço, essa reforma protagonizou a instituição da cátedra, “instância de superposição orgânica da governança institucional com a repartição dos campos de conhecimento” (ALMEIDA FILHO, 2001, p. 120). Ainda nesse século, observa-se a forte inclinação das universidades na oferta de um ensino voltado para demandas que ali se constituíam. Uma educação mais técnica e especializada, diferente dos ensinamentos tradicionais. Essa proposta decorria da necessidade de (i) “incorporar novos conhecimentos produzidos pela ciência experimental”, “e a necessidade de eliminar os

privilégios especiais das profissões e mais antigos”; fazendo assim surgir novas profissões, escolas, métodos de ensino, e substituindo assim uma elite por outra (SCHWARTZMAN, 2001, p. 7)

Almeida Filho (2001) observa que na Inglaterra, as universidades tiveram a finalidade de: atender as demandas econômicas do país que, no século XIX, era a maior potência industrial, militar e colonial do mundo e centro de uma economia capitalista em rápida expansão e profunda transformação (ALMEIDA FILHO, 2001, p. 121). Entretanto, na França, a “Revolução” aboliu a princípio as velhas universidades, substituindo-as inteiramente por escolas profissionais. Mas a reação a esse modelo, logo se fez presente com a retomada do antigo modelo educacional, como parte da Restauração pós-revolucionária (SCHWARTZMAN, 2001, p. 8).

No século XX no Brasil, a universidade atendeu as exigências do modo determinado da sociedade de que é, e faz parte. As universidades públicas cumpriram o estratégico dever de qualificar para preparar o país às demandas necessárias para a modernização. O destaque dado ao desenvolvimento econômico fez com que os militares brasileiros incentivassem a formação de recursos humanos de alto nível. Nas universidades, principalmente nas maiores e mais tradicionais, foram criados cursos de mestrado e, mais tarde, de doutorado (OLIVEN, 2002, p. 33).

Tomando como referência o conceito de universidade dada por Chauí (2001), como uma *instituição social*, “que realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte”, é possível identificarmos os diferentes papéis desempenhados pelas universidades ao longo da história, dentre eles: uma instituição escolástica, cumprindo o papel de “geradora e guardiã da doutrina”; aquela responsável pela instituição da cultura. Para além, sua função social clássica ainda estava relacionada à formação da elite colonizadora, contribuindo para uma espécie de estratificação da educacional e, conseqüentemente, sociedade. Estrategicamente constituída com a finalidade de preservação e manutenção do *status quo* presente nas relações de domínio entre colonizadores e colonizados. Após, introduziu a função de profissionalização da mão de obra, fomentando o processo de crescimento econômico em curso via qualificada, necessária a sua época. No entanto, esse papel ainda se faz presente na universidade do século XX, que desenvolve pesquisas em áreas estratégicas de crescimento do país. Os financiamentos públicos seletivos contemplam projetos que podem trazer retorno para o que parece ser a única via de “desenvolvimento”, a industrialização. É nessa perspectiva que Chauí (2001) afirma que as universidades sempre tiveram o papel de promover a segurança nacional, contribuir para o desenvolvimento econômico, e a integração nacional.

Atualmente, o tema sobre a contribuição da universidade para o desenvolvimento ainda faz parte do debate que se concentra na autonomia institucional e maior investimento público, dentre outros. As universidades públicas ocupam posição fundamental no cenário acadêmico nacional, detendo papel estratégico no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país. Certamente, existem diferenças quanto ao formato institucional, à vocação acadêmica, às demandas e às expectativas profissionais (NEVES, 2002, p. 45). Além do que é observada por Neves (2002), outra vertente já tratada nesse trabalho, evidencia a importância das universidades como agente econômico e social, destacando a capacidade dinamizadora da universidade na dinâmica da vida social local, e do seu entorno. Tal perspectiva busca entender e avaliar as contribuições via consumo, ensino, pesquisa e extensão produzidas pela universidade, desta forma, como as universidades podem contribuir para o desenvolvimento.

A partir da reformulação da LDBN, Lei n ° 9.394/96, o sistema de ensino superior, sofreu alterações quanto à natureza e dependência administrativa. Tomando como referência as universidades (públicas federais), a LDBN define a atribuição de cada instituição que oferece educação superior, em: (i) universidades, e (ii) universidades especializadas. Por universidades entendem-se instituições pluridisciplinares, que se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão (NEVES, 2002, p. 45). As públicas federais são aquelas que fazem parte do sistema federal de ensino superior e, nesse sentido, mantidas pela União, podendo ser organizadas como autarquias ou fundações públicas (art. 16, Lei 9.394/96).

Tomando como referência a expansão do ensino superior federal no Brasil a partir de 2003 até a atualidade, as universidades federais parecem desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento do país via participação do Estado na realidade social. Todo aporte necessário para sua introdução em regiões historicamente esquecidas (exemplo do nordeste), pode estar sendo importante vetor desenvolvimentista, que fortalece o discurso do “mais Estado” em localidades subdesenvolvidas decorrentes do processo histórico de expansão do capitalismo seletivo. Sobre a perspectiva do “mais Estado” via expansão do ensino superior federal, trataremos nos próximos capítulos retomando o debate direita x esquerda, sobre, e durante, a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

3.2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E FHC

O período que corresponde à década de 90 e os anos 2000, traz sob si, dois modelos distintos de gestão pública, que repercutirá no sistema nacional de educação superior. Desta

forma, durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998 e 1999-2002), a educação superior sofreu fortes mudanças sob as bases lançadas pela Reforma Gerencial do Estado em 1995, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada no final do ano de 1996, e o Plano Nacional da Educação aprovado durante sua gestão em 2001. Sob o governo, do também ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), ambas as políticas de educação contribuíram para o aumento do número de oferta de cursos e instituições de ensino, cada um a seu modo.

Em 1995, durante a gestão FHC, o Brasil adotou um novo modelo de administração pública através da Reforma Gerencial do Estado com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE). O responsável por esse processo é o ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), Luiz Carlos Bresser Pereira, que defende a Reforma Gerencial como a única forma de adequar o Brasil as novas políticas econômicas globais e o equilíbrio financeiro interno. Segundo Bresser Pereira, os problemas que geraram o agravamento da crise no Estado brasileiro estavam em quatro problemas centrais: crise fiscal, crise no modo de intervenção do Estado, crise da administração estatal e crise política.

Sobre as ações contempladas pela Reforma vale destacar: a ação de limitação do Estado apenas às funções que lhe são “próprias”; colocando diante do mercado (iniciativa privada) a oferta e produção de bens e serviços. Ademais, dar continuidade ao processo de privatização através do Conselho de Desestatização (PDRAE, 1995).

Nessa perspectiva, as ações previstas na Reforma, contribuirão para o perfil flexível da LDB; uma vez que, tal lei prevê o aumento da oferta de educação superior até o ano de 2010 em 30%, na faixa etária de 18 a 24 anos. Sob essa estrutura, a pergunta que se coloca é: como alcançar esse número, em um Estado que tem como meta a diminuição dos gastos públicos? Para a *gestão gerencial*, a saída está na iniciativa privada. O Estado neoliberal prevê a educação como um serviço *não-exclusivo*, desta forma, atribuir ao mercado a oferta de serviços, parece uma estratégia razoavelmente “gerencial”.

Os resultados podem ser percebidos nas tabelas logo abaixo. O que se ver é um processo de expansão da educação superior no Brasil via iniciativa privada, fortemente fortalecida pela Reforma do Estado.

Tabela 2: Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2002

Ano	Total	D %	Pública	D %	Privada	D %
1995	894	-	210	-	684	-
1996	922	3,1	211	0,5	711	3,9
1997	900	-2,4	211	0,0	689	-3,1
1998	973	8,1	209	-0,9	764	10,9
1999	1.097	12,7	192	-8,1	905	18,5
2000	1.180	7,6	176	-8,3	1.004	10,9
2001	1.391	17,9	183	4,0	1.208	20,3
2002	1.637	17,7	195	6,6	1.442	19,4

Fonte: MEC/INEP

A tabela 2 evidencia o aumento na oferta de Instituições de Ensino Superior (IES), durante o período de gestão de FHC (1995 e 2002). O crescimento do setor privado na participação de oferta de IES durante o intervalo de tempo de sete anos nos chama atenção. Ao analisarmos esse período (1995 e 2002), observamos um crescimento de 110,82% na oferta de IES via iniciativa privada. A participação das IES privadas no total de instituições em 2002, já chegava a 88,09%. Ao mesmo tempo, o que se vê, é uma gradativa queda da participação pública na educação superior. O número de instituições públicas, ao longo do intervalo de tempo analisado, mostra o efeito do Estado-mínimo no processo de expansão da educação superior que vem acontecendo via privatização da educação. Nesse sentido, o período entre 1995 e 2002, evidencia uma queda de 7,69% das IES públicas; ao mesmo tempo, a participação de IES públicas no total de 1.637 instituições é de apenas 21,81%.

Sob a gestão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi apresentado em 15 de março de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”.

Segundo PDE (2007), o Plano tem como princípios: i) expansão da oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, e o v) desenvolvimento econômico e social. Ademais, para alcançar suas metas, seriam necessários investimentos públicos no sentido de dinamizar a educação pública superior, nesse sentido, para garantir sua viabilidade, foi enviado ao Congresso o projeto de lei da reforma universitária, “o qual prevê patamar mínimo de recursos para garantir o financiamento estável das universidades federais (recuperando dispositivo vetado do PNE)”. Ademais, a retomada de um orçamento para as Políticas de Educação, contribuiu para

sustentar a expansão e a interiorização do ensino superior público, com dez novas universidades públicas federais e 48 novos campi universitários (PDE, 2007, p. 26:27)

Para fortalecer o conjunto de ações, que deverão contribuir para o processo de expansão da Educação superior, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações integrantes do PDE em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social (REUNI, 2008). Desta forma, segundo o Decreto, o REUNI tem por objetivo: criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, através do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O desdobramento das medidas tomadas durante a gestão de Luiz Inácio permite apreendermos dois momentos distintos, porém intimamente relacionados, sobre o processo de expansão da educação superior: as (i) consequências da Reforma Gerencial do Estado, que contribuiu para o processo de expansão da privatização da educação superior, já mencionado anteriormente, e a (ii) retomada da oferta de IES no âmbito público; destacando, sobretudo, as universidades.

Tabela 3: Evolução do número de IES no Brasil, segundo a natureza administrativa (2002 a 2008)

Organização acadêmica	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Universidade	Pública	78	48,1	79	48,5	83	49,1	90	51,1	92	51,7	96	52,5	97	52,5
	Privada	84	51,9	84	51,5	86	50,9	86	48,9	86	48,3	87	47,5	86	47,5
Centro	Pública	3	3,9	3	3,7	3	2,8	3	2,6	4	3,4	4	3,3	5	5,0
	Privada	74	96,1	78	96,3	104	97,2	111	97,4	115	96,6	116	96,7	119	96,7
Faculdade	Pública	114	8,1	125	7,7	138	8,0	138	7,4	152	7,7	149	7,5	134	7,5
	Privada	1.284	91,8	1.490	92,3	1.599	92,0	1.737	92,6	1.821	92,3	1.829	92,5	1.811	92,5

Fonte: MEC/INEP

A tabela 3 permite observarmos a evolução do número de IES no Brasil, segundo a natureza administrativa, durante parte do período que corresponde à gestão do ex-presidente Lula (2003-2010). Conforme a tabela, a análise do intervalo entre o ano 2003 e 2008, evidencia um aumento na participação de universidades públicas de 22,78% no cenário nacional. Ao mesmo tempo, registramos crescimento da participação de universidades públicas anualmente, ultrapassando em 2005, o número de universidades privadas no sistema de educação superior. Dados do INEP/MEC (2011), sobre o número de IES por categoria administrativa, mostram que, em 2011, a oferta de universidades públicas, chegava a 102 unidades, correspondendo a 53,7% do total nesse período que era de 190.

Apesar da retomada da participação pública na oferta de IES no sistema nacional de ensino superior, a participação da iniciativa privada ainda continua sendo massiva. Em 2003, era possível registrar 84 universidades privadas, 78 centros universitários e 1.490 faculdades. Em 2011, a participação privada era de 88 universidades, 124 centros universitários e 1.869 faculdades; representando uma participação de instituições privadas do sistema de educação superior em 2011, de 46,3% do total de universidades, 94,7 de centros universitários e 93,3 de faculdades.

A retomada da oferta do ensino superior no Brasil durante a gestão do ex-presidente Lula, a partir das ações empreendidas pelo seus programas, sociedade civil e o papel desempenhando pelo Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, surge a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E é sob esse contexto, de criação de Políticas de Educação, e efetivação, via implantação de novas Instituições de Ensino Superior (IES), que deteremos nossa análise sobre as possíveis implicações socioeconômicas da UFRB, em particular, o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) na cidade de Cachoeira.

4. O LOCAL E A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

4.1 O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA: CARACTERIZAÇÃO LOCAL E REGIONAL

A UFRB, através do CAHL, lança novas oportunidades para apreensão da análise integrada entre políticas sociais de educação e desenvolvimento no município da Cachoeira. No entanto, para que nos aproximemos de possíveis melhorias produzidas pela universidade na localidade, será necessário contextualizar o Campus em seu espaço e tempo, no sentido de mostrar o cenário no qual a universidade foi inserida e as possíveis transformações que irá produzir nesse local. Para tanto, tal proposta, lança a necessidade da contextualização sociohistórica do município da Cachoeira e sua região.

Nessa perspectiva, Cachoeira encontra-se na região do Recôncavo sul, a 110 Km de Salvador, capital da Bahia. Sua população atual é de 32.026 mil habitantes, com estimativa de crescimento para o ano de 2014 de 34.000 (IBGE, 2015). Atualmente ocupa uma área de 395,20 km², formados por dois distritos (Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape) e diversos povoados (SEI, 2013). O município faz parte de uma das redes urbanas mais antigas do país, e foi um dos principais pontos econômicos da Bahia (SANTOS, 1998). No entanto, antes de

avancarmos com o processo de caracterização do município da Cachoeira, se faz necessário situá-la em seu território, a saber, Recôncavo da Bahia.

Nessa perspectiva, a faixa de terra úmida Recôncavo da Bahia, está intimamente relacionado à sua história, cultura e posição geográfica. Tal território está contido, na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiriçá, formando uma faixa em semicírculo de cerca de 50 a 70 km de largura, em torno da Baía de Todos os Santos²⁸. Vem daí sua designação de Recôncavo da Bahia ou simplesmente Recôncavo, e não Recôncavo Baiano, como o vêm denominando os documentos oficiais (Brandão, 2007).

Sua formação geológica é constituída por uma bacia, mas especificamente uma sub-bacia que faz parte de um conjunto de bacias com orientação geral norte-sul, porém separadas. A bacia do Recôncavo faz limites com as bacias do Tucano, ao norte. O limite sua pela bacia de Camamu; ao leste pela bacia do Jacuípe, e ao oeste, seu limite se dá na falha de Maragogipe (DOMINGUEZ E BITTENCOUR, 2009). Ademais, é uma região em quatro patamares de altura: os manguezais, a planície de Santo Amaro e Cachoeira e a “mata fina”, que são os “tabuleiros” que vão da parte alta dos municípios que estão entre as bacias dos rios Paraguaçu, Subaé e Jacuípe (PEDRÃO, 2007).

Uma região territorialmente pequena, com 11.000km² dos 540.000km² da Bahia, mas estrategicamente fundamental na formação do Estado Baiano (PEDRÃO, 1998). Sua formação geográfica e o clima podem ser associados aos tipos de vegetação dominante e o potencial das terras profundadas e aráveis conhecidas pelo nome de *massapé*. Essa diversidade, segundo Santos (1998), possibilita tipificar o Recôncavo como: canavieiro, fumageiro, mandioqueiro e da cerâmica. Entretanto, nessa porção de terra úmida, não se cultiva apenas cana-de-açúcar; sua variedade de solos possibilitou a introdução de diferentes gêneros agrícolas, contribuindo para o abastecimento de Salvador, principal porto de exportação (FRAGA FILHO, 2006, MARCELIN, 1996).

A penetração do açúcar nas terras do Recôncavo parece ter seu marco temporal no século XVI. A introdução do seu cultivo desdobrou-se em prosperidade e depressão, por razões basicamente externas (BRANDÃO, 1998, p.35). Sobre isso, a cidade de Salvador, irá desempenhar papel fundamental a partir de suas relações com o mercado internacional da cana-de-açúcar, delineando partes dos aspectos constitutivos do Recôncavo (PEDRÃO, 2007). Dentre as províncias portuguesas, a Bahia, em particular, o Recôncavo, destacava-se

²⁸ A Baía de Todos os Santos, conhecida como BTS, é uma grande baía localizada nas bordas da terceira maior cidade brasileira, Salvador, capital da Bahia. Centrada entre a latitude de 12°50' S e a longitude de 38°38' W, a BTS apresenta uma área de 1.233 km², sendo a segunda maior baía do Brasil, atrás apenas da baía de São Marcos, no Maranhão.

pela posição central dentro da economia mundial da época. Era a região economicamente mais importante da província. As freguesias suburbanas de Salvador e os distritos rurais das cidades de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira constituíam os principais centros produtores de cana (FRAGA FILHO, 2006). Apesar do açúcar ser a produção dominante no Recôncavo, o tabaco, o cacau, mandioca, milho e outras agricultura de subsistência modelaram a paisagem colonial dessa faixa de terra (MARCELIN, 1996).

A estrutura social do Recôncavo da Bahia foi constituída através de um processo sociohistórico, que se formou e desenvolveu em torno de atividades ali empreendidas, “produzindo e reproduzindo suas condições matérias de sua existência” (COSTA PINTO, 1999, p. 106). Há exemplo, dessas atividades, as já citadas cidades de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira, concentravam 90% dos engenhos da época. A produção do açúcar e do fumo irá formar um espaço demográfico onde, segundo o censo de 1872, a região já concentrava 35,7% da população da província (FRAGA FILHO, p. 31:34). Além das relações constituídas pelo arranjo produtivo do açúcar e do fumo, as atividades desenvolvidas na orla, no mar e nas ilhas, contribuíram com a formação da cultura da pesca artesanal. A vida e o trabalho das populações praianas e ribeirinhas será a fonte de ganha-pão daqueles que vivem das águas, “fazendo do saveiro sua montaria, do mar sua oficina e da bravura uma rotina” (COSTA PINTO, 1999, p. 109).

Os engenhos, que ali desenvolveram suas atividades desde o primeiro século da colonização; foram subsidiados pelo fértil massapé e a mão de obra servil (escrava). Até os três séculos, que decorreram o início da colonização até a abolição do regime escravo, o complexo formado pelos engenhos e as plantações, contribuíram para a formação das relações sociais e um tipo de vida caracteristicamente senhorial. Nesse sentido, a esfera social ali constituída, foi moldada pelas autarquias dos latifúndios e das fazendas, que viviam isoladas. Tal isolamento foi contribuir para a formação de um núcleo social centrada na família, e a famulagem, comandadas pelo chefe patriarca (COSTA PINTO)

O Recôncavo vai se modelando conforme as transformações das forças produtivas e, desta forma, ganhando novos contornos. No entanto, não é mais capaz de manter sua representatividade econômica como centro de produção; inicia seu processo de decadência. Nas palavras de (Brandão 1998, p. 29), “o Recôncavo; passou de senhora, a escrava de uma civilização matriz (...)”. O final do século XIX e o início do século XX irá marcar o Recôncavo através de um processo de transição onde aspectos tais como o trabalho assalariado substitui a mão-de-obra escrava – efeito resultante da abolição da escravatura na produção açucareira - e os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a produção fumageira. (BRANDÃO, 1998, PEDRÃO, 2007, COSTA PINTO, 1998).

No fim da primeira metade do século XX, assim como o açúcar, o fumo no Recôncavo da Bahia, também já vinha perdendo a importância comercial que outrora desfrutava no mercado internacional (BRITO, 2008). A relação da capital com o Recôncavo se estendeu por quatro séculos. Entre o período abolicionista e década de 1950, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política; desorganizados os arranjos de produção e reduzidos os circuitos de tráfego intra-regional por mar e terra (BRANDÃO, p. 53, 2007).

O século XX para o Recôncavo foi marcado pela exploração do petróleo no território. As estruturas lançadas sobre as terras, matas, rios e povoados produziu profundas mudanças no âmbito econômico (uma nova massa monetária circulando), social (reorganização urbano e rural), cultural (novos elementos culturais sendo jogados sobre tradições seculares) e ambiental (devastação do ecossistema natural). Sobre as conclusões que podem ser tiradas a partir da exploração do petróleo no Recôncavo, Costa Pinto (1998), destaca alguns aspectos, tais como: (i) desenvolvimento de uma crise econômica introduzida pelo novo arranjo produtivo, a indústria; (ii) intensificação do êxodo rural-urbano; (iii) novos estratos sociais; (iv) novas relações de trabalho; (v) elevação dos padrões de vida; (vi) crescente divisão da divisão do trabalho social e (vii) tensão social e psicológica (COSTA PINTO, 1998, p. 213).

Atualmente, o capitalismo do século XXI vem buscando dar novos contornos econômicos, culturais e sociais ao Recôncavo, submetendo à cultura, pelo que parece ao um processo de mercantilização e, nesse sentido, ressignificação dos saberes e fazeres tradicionais. A cultura parece se tornar um produto viável e rentável aos novos arranjos; fundados na exploração do turismo; colocando sob o jugo, elementos remanescentes dos costumes e tradições seculares.

A cultura do Recôncavo deixa de ser apenas um tema para artistas e literatos de fora da região, para ser um canal de expressão reconhecido no contexto do Estado e perante a exposição do Estado a outros, dada pelo turismo. Tal significado traz novos riscos ao território que vem sendo roteiro turístico sem que ajam as devidas providências para assegurar a manutenção e preservação da região. Como destino turístico, é possível conjeturarmos todas as implicações sobre a cultura, a realidade social e o mercado; (ver exemplos da Petrobrás). Ademais, o advento da era do biodiesel, e um possível impacto sobre o uso da força de trabalho, a distribuição da renda e o tecido urbano; e finalmente, mais uma vez, a presença da Petrobrás, cujo impacto positivo ou negativo é geralmente reconhecido em termos econômicos e ecológicos, porém jamais em suas consequências sobre as relações sociais e a cultura (BRANDÃO, 2007, PEDRÃO, 2007, BRITO, 2008).

Recentemente, o Recôncavo foi palco de mais uma política, que parece agora, contemplar suas especificidades, a saber, as Políticas Sociais de educação, tendo na UFRB, sua representação. Com a chegada da universidade, a região recebe mais uma injeção de modernização e, desta forma, parece sofrer mais um ciclo de mudanças na dinâmica territorial. Desta forma, algumas questões sobre a participação da universidade na vida social do Recôncavo e, em particular, nas cidades que foram contempladas com os centros, desperta a atenção sobre aqueles que vêm ao longo dos anos, chamando a atenção para a necessidade de políticas que busquem conservar os saberes e fazeres da região e, ao mesmo tempo, contribua para o desenvolvimento de um território marginalizado pelas autoridades públicas, talvez, por não ter herdado em sua totalidade uma estrutura social branca.

Nessa perspectiva, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2009), as primeiras manifestações populares em defesa da implantação de uma universidade no Recôncavo da Bahia, datam de 14 de junho de 1822. Quase dois séculos depois, em 2002, inicia-se um processo de mobilização, com participação do então reitor da UFBA, o professor Naomar Monteiro de Almeida Filho e a sociedade civil, resultando em 2003, na reunião que discutiria o desmembramento da Escola de Agronomia, em Cruz das Almas, e, a partir dessa iniciativa, a proposta de criação do que viária a ser a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PDI, 2009, p. 11).

Tais mobilizações resultaram na Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, que instituiu a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com sede no município de Cruz das Almas, com o objetivo de “*explorar o potencial sócio ambiental do Recôncavo da Bahia, acelerando o desenvolvimento de uma região cuja base da economia é a agricultura de subsistência e a exploração do petróleo*”. Todavia, sua implantação implica na criação de cinco centros: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) em Cruz das Almas; O Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa; e o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira.

Tomando como referência a participação do município de Cachoeira na formação social, econômica, cultural da histórica do Recôncavo da Bahia, destacando, ao mesmo tempo, as perdas que esse município teve com enfraquecimento desse território, quando deixa de participar ativamente da economia da Bahia na produção de açúcar e fumo, é que buscamos entender, a partir desse recorte, quais são externalidades socioeconômicas produzidas pela UFRB/CAHL no município da Cachoeira entre o período 2006-2015? Até que ponto, ou em que medida, a implantação e posterior funcionamento da UFRB/CAHL,

contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico das cidades da Cachoeira e São Félix? A experiência UFRB/CAHL oferece evidência para a apreensão da análise integrada entre políticas sociais e desenvolvimento? É sobre esse tema, que iremos nos dedicar agora, inicialmente caracterizando o município da Cachoeira e, logo depois evidenciando sua relação com a Universidade.

Desenhar a atual face do município da Cachoeira é relatar as linhas que a história desse município tem com o Brasil colônia e, sobretudo, com o território do Recôncavo da Bahia. É evidenciar a estrutura senhorial desenvolvida a partir da produção fumageiro e açucareira; cuja mão-de-obra escravagista sustentou durante anos o enriquecimento dos senhores (brancos) dos engenhos. Concomitantemente, a *força de trabalho* do negro escravizado, não enriqueceu apenas seu senhor, mas, também, resecreve uma rica história que ali é forjada; em uma nova perspectiva onde as culturas negras, indígenas e portuguesas se cruzam em uma dialética que resultará, em partes, na atual conjuntura cachoeirana.

As “novas linhas históricas”²⁹ do município da Cachoeira, começam a ser escritas a partir do século XVI, paralela aos acontecimentos históricos da Bahia e do Recôncavo. A nova história tem início em 1531, quando Martim Afonso de Souza empreende na Bahia o cultivo da cana-de-açúcar. Juntamente com a expedição estava Paulo Dias Adorno; responsável pelo povoamento que se deu às margens do rio Paraguaçu. Ali o fidalgo fixou moradia, entre os riachos Pitanga e Caquende. Em sua fazenda homenageou Nossa Senhora do Rosário e, a partir das atividades ali desenvolvidas, surge, em seu entorno, um povoação. No final do século XVII, em 1698, o povoado que se desenvolveu através da economia do açúcar, torna-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Sua história está intimamente relacionada à sua vizinha (irmão) São Félix; separadas apenas pelo Paraguaçu, porém unidas pela ponte D. Pedro II. “Cidades gêmeas, elas conheceram, essencialmente, a mesma posição na constelação do Recôncavo” (MARCELIN, 1996, p. 31).

A paisagem da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, foi forjada a partir dos interesses do capital mercantil internacional. O fértil solo massapê, o clima úmido e subsumido, e a navegabilidade do Paraguaçu, contribuíram para o cultivo, primeiramente, da cana-de-açúcar e, logo em seguida do tabaco, tendo coo principal via de escoamento da

²⁹ Ao usamos a expressão “novas linhas históricas”, queremos aqui destacar que a história desse município inicia com os povos indígenas que ali já se encontravam; cuja estrutura social e cultural foi, primeiramente, colonizada, em seguida, estuprada, massacrada e extinta; restando apenas alguns resquícios de sua existência. Com a chegada dos portugueses, uma nova força social, cultural e econômica, foi lançada sobre o Recôncavo e, em particular, sobre Cachoeira, capaz de mudar a dinâmica local. Segundo Nascimento (2015), o primeiro núcleo de povoamento de Cachoeira é oriundo de uma redução indígena criada com os sobreviventes ao etnocídio empreendido por Men de Sá, 3º governador-geral da Bahia, na noite de São Miguel (29 de setembro) de 1557, considerado pelo referido governador-geral como o seu mais importante feito.

produção o rio. Tais características sustentaram a base da economia de Cachoeira. Há exemplo do potencial agrícola de município, um de seus distritos, o Iguape, concentrava 80% das terras cultiváveis no século XIX (FRAGA FILHO, 2006, p. 31). Nesse mesmo contexto, sobre as antigas *plantations*, emergiram fortes estruturas constituídas em fazendas e engenhos que exploraram a terra durante todo o período em que o açúcar e o fumo eram as principais *commodities* da época (MARCELIN, 1999). Cachoeira passa a ser um dos mais importantes entrepostos da província; além de se constituir um dos principais centros de produtores de cana. (FRAGA FILHO, 2006).

Além do cultivo do fumo e da cana, a pesca também fazia parte das atividades produtivas locais; sustentando os ribeirinhos e complementando da renda familiar que era à base de uma economia de subsistência. A pesca era, e é possível em Cachoeira, devido a sua localização geográfica que fica à borda da Baía de Todos os Santos, e as margens das águas do rio Paraguaçu. Notadamente, é possível observar atualmente, a presença de famílias que vivem da pesca e atividades correlatas fazendo do rio, não apenas local de moradia e refúgio, mas também, de sustento³⁰.

No tocante a mão de obra, necessárias para manter as demandas das relações comerciais do Brasil colônia e da cidade de Salvador, Cachoeira teve nos negros escravos vindos da África, as forças produtivas necessárias para a produção açucareira e fumageira. O fértil solo massapê, as condições climáticas favoráveis aos *plantations*, à presença do rio e riachos, (o Paraguaçu era o maior meio de comunicação quase que obrigatório entre esses territórios), e a mão de obra escrava, faz com que Cachoeira, fosse um dos maiores centros econômicos da Bahia. Rocha (2015) destaca a participação dos engenhos no vale do Paraguaçu e do Iguape pertencentes ao município de Cachoeira, no processo de crescimento econômico do cultivo da cana-de-açúcar. Ademais, o autor enfatiza a participação do negro escravo não apenas nos engenhos, mas também, na arquitetura, nas ruas, nas igrejas e casarões.

Com a construção de novas estradas, ferrovias (iniciada na segunda metade do século XIX), crise do açúcar (que se estendeu até o final do século XIX), e do fumo, e leis abolicionistas, concorrência do açúcar de beterraba e as guerras internacionais, Cachoeira, pouco a pouco, vai deixando de ser um dos principais entrepostos comerciais que abasteciam a capital, deixando para trás o “vapor de Cachoeira” (FRAGA FILHO, 2006, SANTOS,

³⁰ Do ponto de vista histórico, durante a construção do convento da Ordem dos Carmelitas, no final do século XVII, uma comunidade indígena, possivelmente do grupo Maracá (que acredita-se ter sido este o grupo que habitava Cachoeira antes do seu povoamento) e/ou aquelas comunidades indígenas reduzidas ao núcleo criado em 1557 pelo Pe. Manoel Nóbrega, viviam sob a tutela dessa Ordem, possivelmente executando tarefas, como pescadores, canoeiros e artesãos para a mesma. Uma dessas atividades econômicas persistiu até 1980; a travessia para São Felix através de canoas que já não era explorada economicamente pelos carmelitas, e sim pelos canoeiros moradores do Caquende, exclusivamente (Nascimento, 2015)

1998). “A princesinha do Recôncavo, parece torna-se a gata borralheira”; nem mesmo, seu título de cidade heroica, merecida por sua contribuição no processo que resultou nas lutas pela independência baiana, pode impedir sua decadência econômica³¹.

O declínio da economia de Cachoeira está intimamente relacionado aos novos fenômenos que ocorreram durante o período entre os séculos XIX e XX no Brasil colônia. Cachoeira, sendo uma das maiores produtoras do açúcar, chegando a ter 14 grandes plantations, comercializando o açúcar de melhor qualidade do Recôncavo da Bahia, via o declínio da economia do açúcar após a primeira metade do século XIX, em decorrência ao advento do açúcar de beterraba. Concomitantemente, ao processo da cultura açucareira, foi sendo introduzido o cultivo do tabaco, relativamente mais viável do ponto de vista econômico em relação ao *plantation* da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, o aumento do preço do tabaco no mercado internacional, contribuiu para a proliferação da cultura do tabaco em Cachoeira, São Félix e outras cidades do Recôncavo (MARCELIN, 1998, p. 40:42)

O fumo e o açúcar não conseguiram manter a representação estratégica, do ponto de vista logístico, comercial e agrícola da Cachoeira. Com as mudanças que ocorriam naquela época, racharam as estruturas da indústria açucareira e fumageiro do município. Ainda no final do século XIX, a Lei Áurea de 1888 havia sancionado o fim oficial da escravidão; a mão de obra necessária para o cultivo dos plantations ficara comprometida e pouco competitiva haja vista também aos avanços tecnológicos do capital internacional. A produção artesanal no Recôncavo baseada no negro escravo e em particular em Cachoeira, não conseguir manter-se diante da ofensiva estrangeira.

“A indústria do açúcar não havia, no entanto, perdido sua importância nos arredores de Cachoeira, Santiago do Iguape etc” (MARCELIN, 1996, p. 43). O tabaco manteve-se firme até o início do século XX, representando importante fonte de economia cachoeirana (MARCELIN, 1996)

O reconhecimento de suas ações garantiu o título de capital do Estado da Bahia em data comemorativa no dia 25 de Junho. Sua importância histórica, cheia de sincretismo religioso que liga o catolicismo ao candomblé, favoreceu um processo natural de conservação de seu patrimônio, formado por casarios seculares. Nessa perspectiva, em 1971, a cidade de Cachoeira foi tombada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN). Segundo a SECULT (2015), sua cultura centenária pode ser contemplada pelas áreas identificadas como de quilombos na região, identificadas pela Fundação Palmares, desde 2004. Ao todo são, 15 agrupamentos quilombolas. A herança

³¹ Cachoeira liderou as tropas que se formaram no Recôncavo baiano para combater tropas portuguesas que sediaram a cidade de Salvador, recuperada em 2 de julho de 1823 (Nascimento, 2015).

remanescente se apresenta em cores fortes. Seja através das Casas de Culto Afro Religioso, seja por intermédio dos grupos e manifestações culturais.

4.2 UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO DA EXPERIÊNCIA UFRB/CAHL NA DINÂMICA DA REALIDADE CACHOEIRANA

O CAHL, em particular, inicia suas atividades no município de Cachoeira em Outubro de 2006, com os cursos de (i) História, (ii) Museologia e (iii) Comunicação, tendo até fevereiro de 2007: (i) 120 alunos, (ii) 23 docentes, (iii) 5 técnicos administrativos e (iv) 3 prestadores de serviços. Inicialmente foi alocado nos prédios do Colégio Estadual da Cachoeira, onde deu início as suas atividades, logo depois, deslocado para sua atual sede no Quarteirão Leite Alves. Foi necessário, segundo a PROPLAN/Coordenadoria de Orçamento, um investimento inicial de 1.100.000,00 na implantação da infraestrutura do Centro. Atualmente o *campus* oferece dez cursos de diferentes áreas do conhecimento: (i) Artes Visuais, (ii) Ciências Sociais, (iii) Cinema e Audiovisual, (iv) Comunicação Social, (v) Licenciatura em História, (vi) Museologia, (vii) Serviço Social e (viii) Tecnologia em Gestão Pública, além dos cursos de pós-graduação em (ix) Ciências Sociais e (x) História da África (CHAL, 2015).

A chegada do CAHL em 2006, lança sobre a estrutura socioeconômica de Cachoeira, novos elementos que irão interagir, direta e indiretamente, com o local. Tais, aspectos inerentes ao funcionamento do campus, constituem a necessária estrutura para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão. O desdobramento dessas atividades parece produzir novos elementos que iram incorporar a realidade local e, nesse sentido, mexer com sua dinâmica. As externalidades produzidas com a chegada da universidade trazem mudanças que podem, em certa medida, favorecendo o desenvolvimento local.

Desta forma, as tabelas, gráfico, descrições e quadro, que seguem abaixo, destacam parte desses aspectos necessários ao funcionamento da universidade, que, gradativamente, vem sendo lançado e ampliado sobre a realidade social de Cachoeira. A universidade, e o arranjo necessário para o desenvolvimento de suas atividades, podem estar reconfigurando a pequena e antiga “província portuguesa”, constituindo novas relações, dinamizando o local, e produzindo externalidades.

Quadro 1: Infraestrutura patrimonial do Centro de Artes, Humanidades e Letras

Campus de Cachoeira	Área (m²)
Quarteirão Leite Aves (23 salas de aula, 5 laboratórios, sala de vídeo, auditório para 250 pessoas, biblioteca, praça de alimentação e	7.099,80

gabinetes.	
Fundação Hansen Bahia (locação provisória)	2.072,00
Prédio administrativo – Antiga Casa da Moeda	-----
Prédio do Núcleo de Memória e documentação	-----

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do PDI (2009)

Durante o período de desenvolvimento dessa pesquisa, foram identificados quatro prédios ocupados pela universidade em Cachoeira, conforme o quadro acima. Em particular, o prédio do antigo Quarteirão Leite Aves, foi adquirido pela Prefeitura municipal de Cachoeira e doado a universidade como contrapartida.

Segundo o Relatório de Gestão (2007), A implantação do CHAL em Cachoeira dispunha de uma dotação orçamentária inicial de R\$2.600.000,00, recursos do orçamento 2007, que estavam planejados para a compra de equipamentos e mobiliários, para aparelhar a instalação de laboratórios didáticos, administração e biblioteca, contudo, a paralisação das obras, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura, no Quarteirão Leite Alves inviabilizou momentaneamente a compra de equipamentos e mobiliários, pois não há espaço físico disponível para abrigá-los e conservá-los. Nesse sentido, apenas as despesas realizadas com a ação, para viabilizar a implantação da UFRB no campus da Cachoeira, envolveram recursos totais de R\$518.899,80. (Relatório de Gestão, 2007, p. 52:53).

Vale ressaltar que o processo de expansão do Centro de Artes, Humanidades e Letras não chegou ao fim. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda encontra-se em fase de desenvolvimento.

Tabela 4: Evolução do número de docentes do Centro de Artes, Humanidade e Letras de acordo com a titulação no período entre 2006-2015.

Centro	Ano	Título			Total de docentes
		Graduado	Mestre	Doutor	
	2006	0	14	9	23
CAHL	2009	1	45	41	87
	2015	0	46	69	115 ³²

Fonte: elaboração própria a partir dos relatórios de gestão da UFRB e site do CAHL

No que tange ao corpo docente, o quadro acima apresenta a evolução da oferta de professores do CAHL ao longo de nove anos. É possível perceber o crescimento em 400% no quadro de docentes entre o período de 2006 e 2015. Tal aumento sinaliza o crescente processo de expansão do Centro e, nesse sentido, seu comprometimento com os atuais programas de

³² durante a pesquisa o site disponibiliza o nome de 115 professores, porém 8 deles foram transferidos

fomento às Universidades Federais³³. Além do expressivo aumento do corpo docente, vale destacar, o progressivo ingresso de profissionais com título de doutor ao longo dos anos analisados. Tal constatação evidencia uma possível melhoria na qualidade do ensino superior oferecida pela CAHL e, concomitante, novas demandas local.

Tabela 5: Evolução do quadro de servidores e terceirizados do CAHL durante o período entre 2006 e 2015

Centro	Ano	Quadro de servidores e terceirizados			Total de recursos humanos
		Professores	Servidores técnicos	Terceirizados	
CAHL	2006	23	5	3	31
	2009	87	9	4	100
	2015	107*	28	21	156

Fonte: elaboração própria a partir dos relatórios de gestão e site da UFRB

* segundo o site da UFRB/CAHL, existem hoje 115 professores, no entanto 8 deles foram transferidos

A tabela 05 nos oferece um panorama geral dos recursos humanos – professores, técnicos e terceirizados - envolvidos na estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades do Centro. Notadamente, assim como houve aumento no quadro de professores para atender as novas demandas do CAHL, é possível observar o crescimento da participação de servidores técnicos e a contratação de terceirizadas na prestação de serviços.

Tabela 6: Gastos realizados pela CAHL com folha de pagamento de servidores entre o período de 2006 a 2015

Centro	Ano	Nº de Servidores	Folha de pgto dos servidores/anual*
CAHL	2006	28	1.362.038,28 **
	2009	96	6.198.285,12 (***)
	2015	135	9.235.129,68 (****)

Fonte: elaboração própria a partir dos Relatórios de Gestão/UFRB

As tabelas que demonstram a evolução dos números de docentes e servidores técnicos, possibilitam a construção aproximada dos gastos realizados pelo CAHL com folhas de pagamento entre os anos de 2006, 2009 e 2015³⁴, observados na tabela 06 acima. Os gastos realizados pela universidade com servidores (professores, servidores técnicos e terceirizados), revelam valores que podem estar sendo lançados sobre a economia local. Entre o ano de 2006 e 2015, observamos um crescimento na folha 578,03%.

³³ Ver a adesão da UFRB ao Reuni

³⁴ Em resposta ao ofício 01 enviado a pró-reitoria de gestão de pessoas, a UFRB não disponibiliza de um sistema de gestão que ofereça a folha de pagamento dos servidores de cada Centro.

Na tentativa de fazer uma primeira aproximação das possíveis externalidades que surgem a partir da chegada do conjunto constitutivo da UFRB/CAHL no município de Cachoeira, propomos nas próximas linhas identificar, através da aplicação dos cálculos de variações temporais e os cálculos das taxas de crescimento³⁵, possíveis evidências quantitativas nos macros indicadores do município, observando se esses, por sua vez, tem sofrido alguma variação ascendente a partir do ano de 2006 (ano de implantação da UFRB/CAHL). Tal metodologia justifica-se nas contribuições de Rolim (2010), onde afirma a necessidade de comparar as atividades “economias” atuais com a que existiria se a universidade não estivesse presente, supondo dessa forma que, a universidade é responsável pelo surgimento de novas demandas para o local. No entanto, destacamos aqui que, não apenas os dados econômicos serão submetidos à análise proposta. Como nossa intenção é perceber variações nas dimensões socioeconômicas, avaliaremos, também, os indicadores sociais disponíveis por diferentes fontes.

Para isso, tomaremos como referência: (i) o PIB, (ii) Estatística do Cadastro Central de Empresas, (iii) Produção do setor de serviço, indústria e agropecuária na economia da Cachoeira (2001 a 2010), (iv) Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, e as (v) Instituições de educação superior, segundo a dependência administrativa, no município de Cachoeira, no estado da Bahia – 2007-2010.

Tabela 7: Evolução do PIB do município de Cachoeira entre 2001 e 2012

ANO	PIB (mil)	Δ (%)	Renda per capita
2001	75.557	-	2.471,54
2002	96.798	28,11	3.136,48
2003	114.422	18,20	3.682,60
2004	122.449	7,01	3.914,62
2005	141.310	15,40	4.451,14
2006	156.016	10,40	4.877,34
2007	161.695	3,64	5.018,79
2008	181.165	12,04	5.408,72
2009	200.042	10,42	5.921,74
2010	218.593	9,27	6.825,48
2011	249.629	14,19	7.764,51
2012	265.347	6,29	8.222,73

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2014)

Em observação as pesquisas feitas por Lopes (2012), Rolim (2010), Alvez (2010) e Santos (2007), sobre as contribuições das universidades na economia, a partir dos recursos

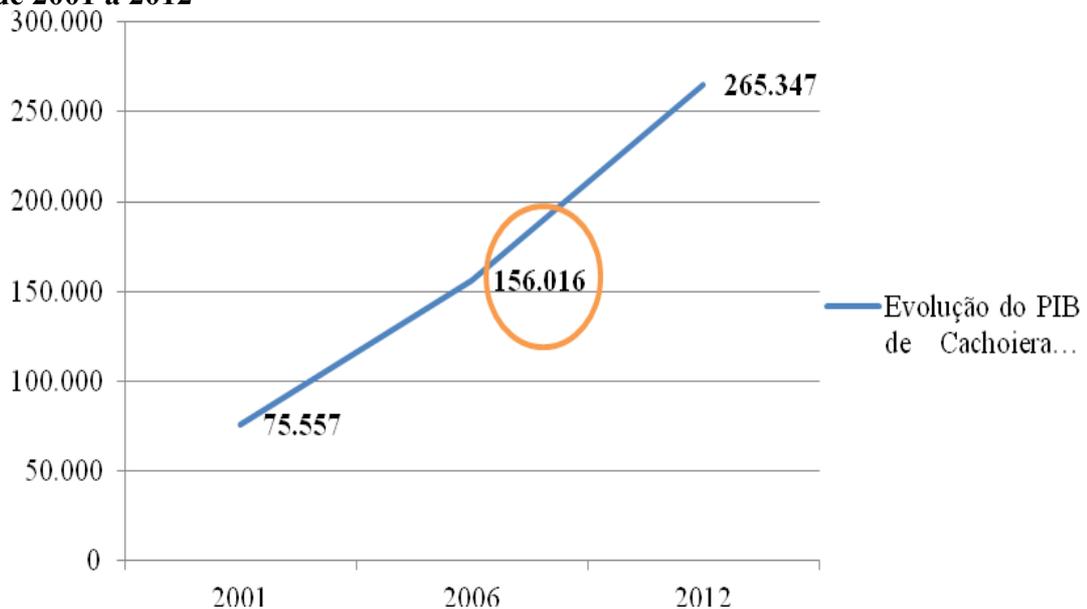
³⁵

$$\text{Taxa média de crescimento em intervalos tempo} = \left(\left(\frac{f}{i} \right)^{\frac{1}{a}} - 1 \right) * 100, \text{ taxa básica de crescimento em intervalos de tempo} =$$

financeiros movimentados por alunos de outros municípios, funcionários e pela instituição, buscaremos na análise comparativa, identificar a partir do PIB (ver tabela 4), se houve variações que sinalizassem uma possível participação da universidade no crescimento econômico local.

Nesse sentido, observamos que, entre o ano de 2001 e 2012, houve uma variação ascendente na taxa básica de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 251%. Ademais, tomando como referência, os intervalos regulares de tempo, sua taxa média de crescimento anual foi de 11%, sinalizando um processo de expansão da economia de Cachoeira. Nesse sentido, a tabela 04 possibilita a visualização e constatação de uma taxa básica e média de crescimento do PIB, servindo como ponto de partida para avaliarmos, a partir do gráfico 01 e tomando 2006 como ano base, as mudanças no intervalo de tempo entre os anos de 2001 a 2005 e, 2007 a 2011. Essa avaliação permitirá às comparações entre as taxas economias atuais do PIB, com as anteriores a chegada da universidade.

Gráfico 1: Evolução do Produto Interno Bruto do município de Cachoeira entre o ano de 2001 a 2012



Fonte: elaboração própria (2015)

Nessa perspectiva, a avaliação que corresponde ao período entre 2001 a 2005, revela uma taxa de crescimento de 87%, e uma média anual de 13%. Todavia, o intervalo de tempo entre 2007 e 2012, evidencia um crescimento sobre a taxa básica de 54%, e uma média anual de 9,07%, revelando que durante o quadriênio (2001 a 2005), que antecede a implantação do CAHL, a taxa básica de crescimento e a média anual, foram maiores que as taxas do quadriênio posterior ao início das atividades do Centro.

Apesar das evidências empíricas de um possível aumento da demanda, através do consumo dos professores, alunos, servidores, e universidade no município da Cachoeira, percebe-se que, os dados do PIB, não são conclusivos para indicar até que ponto, ou em que medida, o CAHL contribuiu para o crescimento da economia da Cachoeira; uma vez que, a evolução das taxas no segundo quadriênio, não mostrou um esperado aumento superior ao primeiro. Desta forma, o dado macroeconômico analisado, em um primeiro momento, ainda não é capaz de apreender o potencial multiplicando do *campus*. No entanto, não se pode descartada a participação da influência do CAHL no crescimento da economia do município.

Essa constatação nos coloca diante de algumas questões: (i) até que ponto a análise temporal de um quadriênio, posterior à implantação do Centro, pode revelar possíveis contribuições *macroeconômicas* do CAHL? (ii) Ainda que a taxa de crescimento no segundo quadriênio seja inferior ao primeiro, qual seria a medida de participação do *campus* nessa taxa?

Tabela 8: Estatística do Cadastro Central de Empresas (2006 – 2012)

Ano	Nº de Uni. Locais	Δ%	Nº de Uni. Atuantes	Δ%
2006	420	-	-	-
2007	464	10,48	-	-
2008	476	2,58	459	-
2009	519	9,03	500	8,9
2010	669	28,9	647	29,4
2011	518	-22,6	503	-28,6
2012	609	17,57	584	16,1

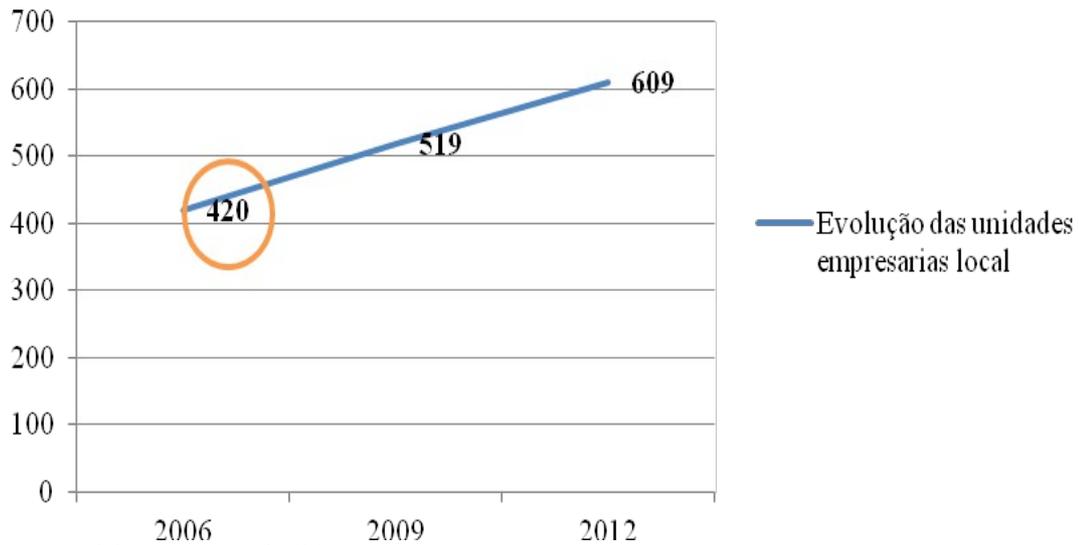
Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados no IBGE

A observação do crescimento do PIB de Cachoeira direciona nossa análise para diferentes segmentos da economia, no sentido de tentar responder o que pode estar contribuindo para seu aumento, e até que ponto a universidade faz parte desse processo. Pretendemos com essa análise, fazer aproximações que possibilite em um segundo momento, observar a efetiva participação da universidade. Para isso, analisaremos, a seguir, os dados do Cadastro Central de Empresas.

Tendo em vista, a capacidade de aglomerar ao seu redor novas demandas, Lopes afirma que as universidade públicas são determinantes para o desenvolvimento de municípios de pequeno porte. Dentre os possíveis benefícios é possível citar o surgimento de novos empreendimentos capaz de gerar emprego e renda para economia local. Nesse sentido, segundo os dados estatísticos do Cadastro Central de Empresas (CCE, tabela 5), o número de unidades empresariais no município da Cachoeira, vem demonstrando aumento, passando de

420 empreendimentos em 2006, para 609 em 2012; representando um crescimento no número de empreendimentos locais de 45%.

Gráfico 2: Evolução das empresas no município de Cachoeira entre os anos de 2006 e 2012



Levando em consideração o período posterior à chegada do CAHL (2006), a taxa de crescimento no intervalo entre 2007 a 2012, revelou um aumento de 31% no número de empresas locais. No entanto, apesar da observação de crescimento das empresas locais (ver gráfico 02), a ausência de dados anteriores ao ano de 2006, não possibilita uma análise comparativa na tentativa de evidenciar a participação do Centro no processo de expansão empresarial. Diante desta constatação, os dados macroeconômicos do CCE, impossibilita uma apreensão mais efetiva da possível participação do CAHL na criação de novos empreendimentos. Todavia, vale ressaltar a possibilidade da influência do Centro no aumento de 31% de empresas abertas após sua implantação.

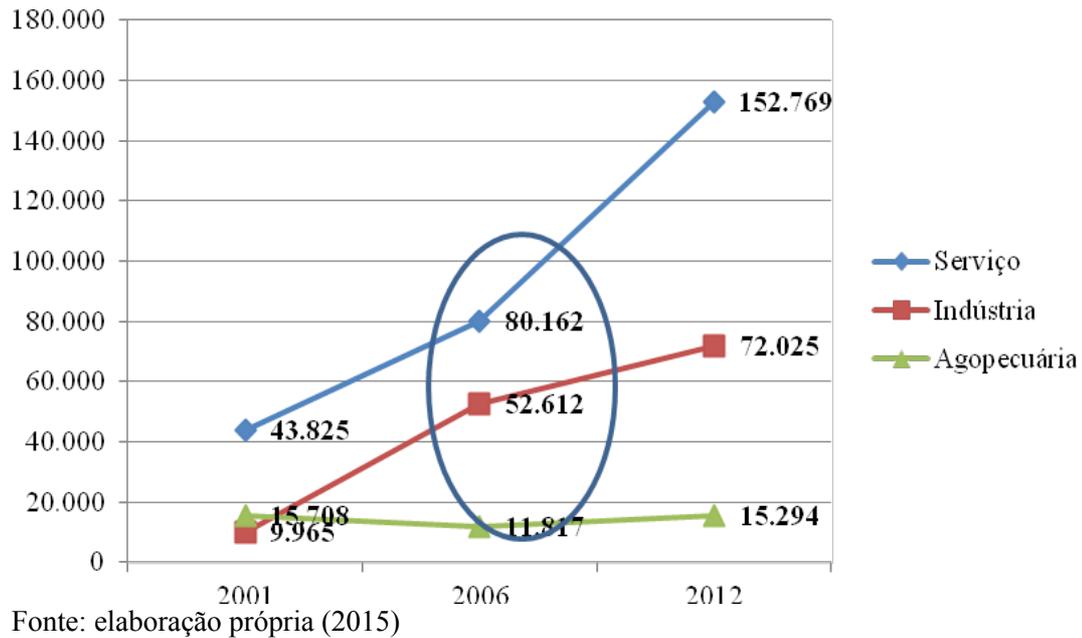
Tabela 9: Produção do setor de serviço, indústria e agropecuária na economia de Cachoeira (2001 a 2010)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Ano	Serviços (mil)	Δ%	Indústria (mil)	Δ%	Agropecuário (mil)	Δ%	PIB (mil)
2001	43.825	-	9.965	-	15.708	-	75.557
2002	50.089	14,29	25.916	160,07	13.183	-16,1	96.798
2003	57.043	13,88	32.195	24,23	13.974	6,00	114.422
2004	60.350	5,80	36.360	12,94	13.174	-5,72	122.449
2005	70.077	16,12	50.092	37,77	10.973	-16,7	141.310
2006	80.162	14,39	52.612	5,03	11.817	7,69	156.016
2007	88.923	10,93	49.273	-6,35	12.310	4,17	161.695
2008	103.076	15,92	50.843	3,19	14.234	15,63	181.165
2009	113.433	10,05	58.664	15,38	14.597	2,55	200.042
2010	124.600	9,84	62.273	6,15	15.683	7,44	218.593
2011	142.907	14,69	72.170	15,89	15.187	-3,16	249.629
2012	152.769	6,90	72.025	-0,20	15.294	0,70	265.347

Por sua vez, a tabela 6, possibilita a visualização da produção de cada setor na economia local, ao longo do período que corresponde ao ano de 2001 e 2010. Quando observarmos a tabela acima, podemos perceber que, entre o ano de 2001 e 2012, o setor de serviços cresceu 248%. Nesse sentido, tomando como referência o mesmo período, constatamos que no setor industrial, o aumento percentual de crescimento foi de 623%. Todavia, a agropecuária vem mantendo um comportamento diferenciado dos demais setores, oscilando para mais, e para menos, ao longo dos doze anos analisados, representando uma taxa negativa no intervalo (2001 a 2012) de -2,63.

Gráfico 3: Crescimento dos setores do serviço, indústria e agropecuária no município de Cachoeira entre os anos de 2001 a 2012.



Analisando o comportamento dos setores de serviço, indústria e agropecuária, a partir do gráfico 03, nos chama a atenção à curva do setor de serviços, por apresentar acentuado crescimento entre o ano de 2006 e 2012. Submetendo o gráfico a análise temporal comparativa, tendo o ano de 2006 como referência, é possível constatar que: entre o ano de 2001 e 2005, a taxa básica de crescimento foi de 60% e um crescimento médio de 10%. Já entre os anos de 2007 e 2012, os valores para as taxas básica e média, respectivamente foram, 72% e 11%.

A análise comparativa das taxas básicas e médias de crescimento entre os intervalos de tempo permitiu observarmos que, o crescimento do setor de serviços após a chegada da universidade (2007 a 2012), é relativamente maior que os anos anteriores a sua implantação (2005 a 2001). Essa constatação pode caracterizar fortes indícios da presença do CAHL no município, considerando que a participação da comunidade acadêmica no local, gera novas demandas para diferentes áreas da economia, a exemplos: hotéis, pousadas, apart hotéis, restaurantes, bares, academias, dentre outros.

Apesar dos indícios, não é possível afirmarmos uma efetiva participação da universidade no aumento econômico do setor de serviços. Nesse sentido, algumas questões podem ser suscitadas no sentido de orientar os próximos passos na busca de apreender a participação da faculdade na economia local:

Seguindo os caminhos trilhados na análise da dimensão macroeconômica do município da Cachoeira, que buscou encontrar evidências da participação da universidade na economia

local, buscaremos, a partir da mesma metodologia utilizada, identificar indícios de uma possível participação do Centro na realidade social cachoeirana. Para isso, faremos uso de alguns indicadores sociais que estão diretamente relacionados ao papel da universidade através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, tomamos como ponto de partida a oferta de ensino superior por dependência administrativa em Cachoeira.

Tabela 10: Instituições de educação superior, segundo a dependência administrativa, no município de Cachoeira-Bahia (2007-2010)

Ano	Total	Instituições			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado
2007	2	1	-	-	1
2008	2	1	-	-	1
2009	3	1	-	-	2
2010	7	1	-	-	6

Fonte: MEC/INEP

A tabela 10 mostra o quadro da oferta de instituições de ensino superior (IES) em Cachoeira, e a evolução dessa oferta entre os anos de 2007 e 2010. Percebe-se um crescimento por maior participação de instituições privadas no sistema de educação superior do município. Sobre a participação de IES públicas, em particular, universidades, a tabela mostra a presença de apenas uma universidade federal (UFRB)³⁶.

No sentido de ampliarmos nossa percepção sobre a participação do CAHL na oferta de ensino público superior na dinâmica da vida social do município, a tabela 11 abaixo, mostra o número de matrículas realizadas nas IES (públicas e privadas) entre o período de 2007 a 2010.

Tabela 11: Matrícula na educação superior, segundo a dependência administrativa, no município de Cachoeira, no estado da Bahia – 2007-2010

Ano	Total	Instituições			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado

³⁶ Destacamos que Cachoeira está próximos a outros campus universitários públicos, a saber, a UEFS (universidade estadual de feira de Santana), a UNEB (universidade do Estado da Bahia) e outros campus da UNEB, a exemplo a unidade de Valença.

2007	1.665	217	-	-	1.448
2008	1.694	300	-	-	1.394
2009	2.271	733	-	-	1.538
2010	2.770	1.100	-	-	1.670

Fonte: MEC/Inep (ANO)

A tabela possibilita à apreensão do crescimento no número de matrículas efetivadas nas IES (públicas e privadas), durante o período de três anos e, concomitantemente, a comparação da participação de cada dependência administrativa nesse processo.

Analisando a participação da UFRB/CAHL, durante o período entre os anos de 2007 e 2010, percebe-se um aumento nas matrículas em números absolutos de 883, representando um percentual de crescimento em 406,91%, e uma taxa média anual de 50%. Ao compararmos as taxas médias de crescimento anual, entre as IES pública (50%) e privada (4%), constatamos que a média de crescimento anual da instituição Federal é superior à privada em 46%. No entanto, vale ressaltar que, apesar da imensa distorção no número de ofertas entre ambas às instituições, até o ano de 2010, as privadas ainda possuem uma maior participação na matrícula IES no município.

Visto que existe uma maior participação de matriculados no ensino superior privado em Cachoeira, e, no entanto, uma taxa média de crescimento ao longo dos anos maior no ensino público, tomando como base os dados gerados pela Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) da UFRB/CAHL, para analisarmos a evolução da oferta de matriculados, no sentido de tentarmos perceber como vem sendo a partição do Centro na oferta de ensino superior em Cachoeira.

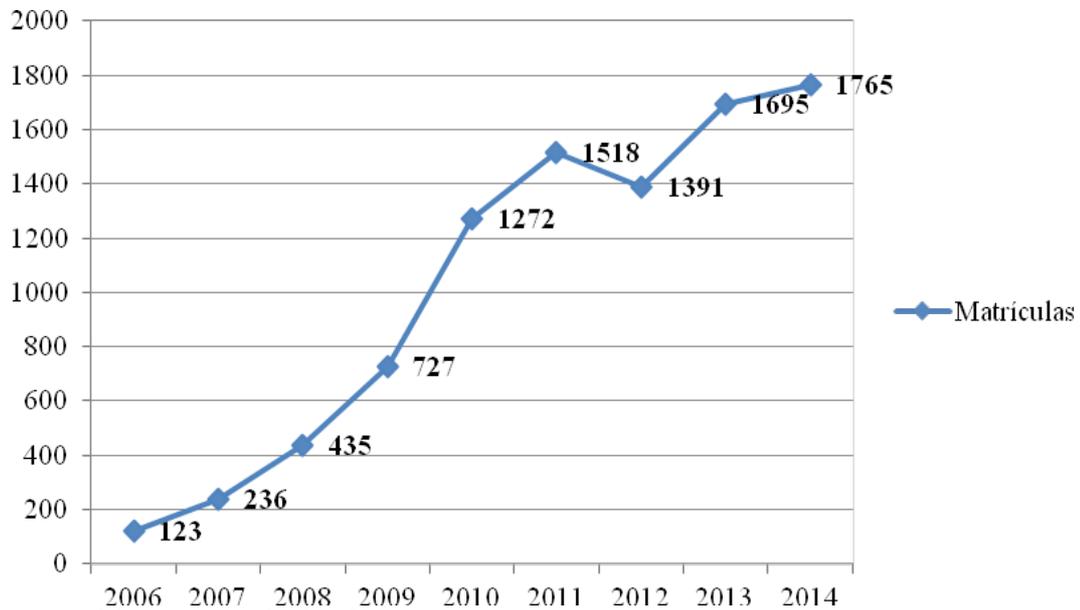
Tabela 12: Número de Matrículas realizadas no CAHL entre o ano de 2006 a 2014

Centro	Números de matriculados na graduação									Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
CAHL	123	236	435	727	1272	1518	1391	1695	1765	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da SURRAC (2015)

A tabela 12 mostra a evolução no número de matriculados no CAHL durante os anos de 2006 a 2014. Quando analisado a taxa básica e média de crescimento entre 2006 e 2014, observamos um aumento de significativos 1334,95% na taxa básica, e na média de 34%. Ademais, segundo a SURRAC, entre os anos de 2006 e 2015, já estiveram matriculados no CHAL, entre estudantes de graduação e especialização, aproximadamente, 4.200 alunos.

Gráfico 4: Evolução do número de matriculados no CAHL entre os anos de 2006 e 2014



Fonte: elaboração própria (2016)

Percebe-se a partir do gráfico 04, a tendência de crescimento no número de matrículas realizadas no Centro. Nesse sentido, é possível questionarmos qual tem sido a participação de cachoeiranos no crescente número de matriculados no CHAL? Além da oferta de educação superior, quais têm sido as contribuições da universidade para com o município a partir de suas pesquisas? Como as ações de extensão podem estar ajudando a sociedade cachoeirana? A resposta para tais indagações podem ajudar na investigação das possíveis contribuições que a universidade pode está dando para o desenvolvimento social local.

O Atlas do Desenvolvimento Municipal (2013) registrava em 1991 no município de Cachoeira, apenas 1,09% da população com nível superior. Em 2000, o índice era de 2,24%; chegando em 2010 a taxa de 4,40%. Nota-se que, apesar do baixo percentual de pessoas com nível superior, os dados do Atlas evidencia aumento a cada decênio no número de formados. Nesse sentido, apesar dos indicadores não afirmarem o quanto a universidade contribui com a formação superior dos cachoeiranos, a questão sobre a participação do CAHL nesse processo, torna-se mais relevante diante dos dados apresentados.

Segundo o PDE (2007), a educação tem como “objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (2007, p. 5). Nesse sentido, as universidades cumprem importante papel na formação de cidadãos e, desta forma, contribui para a promoção do desenvolvimento social. Nessa perspectiva, identificar, quantas e quais são as IES que vem contribuindo com as melhorias

dos indicadores sociais do município de Cachoeira, parece ser de fundamental importância na busca da possível participação do CAHL no tecido social cachoeirano.

Tabela 13: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

Ano	IDHM	Variação (%)	Classificação
1991	0,399	-	Muito baixo
2000	0,516	29,32	Baixo
2010	0,647	25,30	Médio

Fonte: elaboração própria a partir de dados gerados pelo IGBE

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), leva em consideração, a média geométrica dos índices de Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais (ATLAS, 2013). Desta forma, conforme a tabela 13, a avaliação entre os anos 1991 e 2010, mostra que o IDHM cresceu 62,15% durante quase duas décadas. Em termos gerais, o quadro mostra melhorias no indicador de desenvolvimento municipal. Apesar das melhorias, a classificação do atual IDHM (0,647), revela a necessidade de maiores investimentos e melhorias nos três indicadores que compõe o Índice; uma vez que deve ser levado em consideração sua classificação média no ano de 2010. Todavia, se analisarmos o decênio 2000-2010, período que contempla minimamente quatro anos do CHAL, observa-se que sua variação de crescimento (25,30%) foi inferior ao decênio anterior (29,32%).

Notadamente, assim como os indicadores econômicos, que vem apresentando bons desempenhos, o Índice de Desenvolvimento Humano também vem crescendo. Todavia, em decorrência de sua avaliação ocorrer a cada dez anos, fica inviável a apreensão da participação do CAHL na sua formação, tendo em vista a necessidade de apreender significativas variações de melhoras após sua implantação. No entanto, o que se observa, são melhorias no índice, mas com variações de crescimento inferiores no decênio que abrange a atividades do Centro.

Assim como o IDHM, o índice de GINI e a Proporção de pobres são indicadores avaliados a cada decênio. Esse recorte temporal, não dá conta do nosso objetivo, entretanto permite a construção de um cenário que perpassa as atividades da universidade. Segundo o ATLAS (2013), o índice GINI revela o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*; ou seja, quanto mais próximo de 0, menor é será a desigualdade, ao contrário, quanto mais próximo de 1, maior o índice de desigualdade. Desta forma, o índice vem mostrando pequenas melhorias nos indicadores a cada decênio analisado. Em 1991, o GINI indicava 0,64; em 2000, 0,59 e, na última década analisada, 2010, o GINI foi de 0,56. Como observado, apesar dos pequenos avanços o indicador vem se

aproximando do ideal, 0; sinalizando que a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos vem, gradativamente, se aproximando do mesmo valor (ATLAS, 2013).

A proporção de pobres vem caminhando em uma trajetória semelhante aos demais indicadores. Tendo em vista que, a proporção dos pobres é constituída por indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (ATLAS 2013); os dados evidenciam queda dessa porcentagem. Em 1991, era registrada a proporção de 75,63%; no entanto, em 2000, esse número já mostrava melhoras, registrando uma porcentagem de 51,52%. Dez anos depois, em 2010, os números registravam 33,83%.

Os dados do IDHM, GINI e Proporção dos pobres, nos ajuda a entender o processo temporal do atual contexto socioeconômico da Cachoeira, entretanto, o recorte temporal que foi utilizado pelos órgãos de análise, não possibilitam uma apreensão mais detalhadas que lance sobre o CAHL parcela da responsabilidade nas melhorias dos indicadores.

5. EFEITOS SOCIOECONÔMICAS PRODUZIDAS PELA UFRB/CAHL EM CACHOEIRA

5.1 A DIMENSÃO ECONÔMICO DA RELAÇÃO ENTRE UFRB/CAHL E O MUNICÍPIO DA CACHOEIRA

O que será proposto nesse capítulo, consiste em uma tentativa de aproximação da relação que vem se estabelecendo no âmbito econômico entre a universidade e o local. Tendo em vista as limitações de tempo e método, nossa intenção não é de apreender a totalidade dessa dinâmica, mas parte dela. Nesse sentido, o que nos importa é destacar as evidências de um provável grau de contribuição da universidade na dinâmica econômica Cachoeirana.

As literaturas nacionais sobre análise dos impactos econômicos das universidades buscam calcular o efeito multiplicador dos gastos de uma universidade sobre a economia regional. Para isso, levam em consideração os gastos realizados pelas universidades com pagamento de professores, funcionários, as compras de material e toda sorte de pagamentos realizados na economia da região em que estão inseridas. Ademais, observa-se a necessidade de apreender os gastos dos alunos de fora da região, visto que esses são geradores de demanda (ROLIM & SERRA, 2010, ALVES, 2010, LOPES, 2012).

Concentraremos nossos esforços na tentativa de apreensão dos impactos diretos, ou seja, a quantificação do volume de gastos realizados por grupos vinculados a universidade na economia local (ROLIM & SERRA, 2010). Para além, buscar uma correlação entre o volume

de recursos injetados na economia e suas possíveis contribuições, ou não, para o desenvolvimento do município.

Nessa perspectiva, submetemos à aplicação de questionários a amostra aleatória simples e estratificada³⁷ da comunidade acadêmica, formada por: (i) 14 professores, (ii) 98 alunos de fora da região, e (iii) 10 servidores (técnicos e terceirizados); totalizando 122 pesquisados. Tal amostra representa uma população-alvo de (i) 107 professores, (ii) 1.765³⁸ alunos e (iii) 49 servidores (técnicos e terceirizados); um contingente de aproximadamente 1.921 membros da comunidade acadêmica que se formam a partir da chegada da UFRB/CAHL em Cachoeira.

Além de apreender uma estimativa da renda, a pesquisa buscou identificar a média de gastos dos membros da comunidade acadêmica, a partir de diferentes categorias de consumo: (i) gastos com moradia (aluguel e hospedagem), (ii) refeições, (iii) cesta básica, (iv) bares, dentre outros gastos que representam o consumo do dia a dia desses atores.

Tomando como base as orientações citadas acima, a partir de uma amostra representativa, pretendemos identificar os seguintes indicadores: (i) renda média da amostra por categoria; (ii) renda total proporcional da população-alvo; (iii) consumo médio da amostra (iv); o consumo médio total proporcional da população-alvo; e (v) os valores inflacionados das rendas e consumo médios da amostra para os anos de 2006 e 2009, como se ver na tabela abaixo³⁹.

Tabela 14: Distribuição das rendas médias da comunidade acadêmica por categorias: professor, aluno e servidor.

Fonte: elaboração própria (2016)

³⁷ A amostra aleatória simples é aquela que todos os elementos da população têm igual probabilidade de ser selecionados para compor a amostra. Já a estratificação consiste basicamente em segmentar a população em estratos. Os estratos são partes da população que se caracteriza por possuir características homogêneas. A população é segmentada, por exemplo, em sexo masculino e feminino, níveis de renda, faixa etária, nível de escolaridade (MEGLIORINI 2004, p. 25;36)

³⁸ Será deduzida sobre a população-alvo de estudante uma taxa de 9,5% que corresponde ao valor estimado de estudante cachoeiranos sobre esse universo. Haja vista, os estudantes locais não gerarem uma demanda extra, no que tange a dimensão econômica, eles não poderão fazer parte dessa análise. No entanto, essa amostra participará da análise social.

³⁹ Importante destacar que, a pesquisa não contemplou os gastos realizados pela universidade com bens de consumo e de investimentos, haja vista as condições de escassa informação existente. Nota-se que, a pesquisa estudou a participação do CHAL na dinâmica socioeconômica da localidade, ou seja, uma parte da totalidade da UFRB. Nesse sentido, observando que a instituição não tem um Centro de custos, não poderíamos saber a fração de gastos realizados pelo CAHL na localidade e, até mesmo, na região.

Ano	Renda Média						Total
	Prof. ^a		Aluno		Serv.		
	Qt	R.M	Qt	R.M	Qt	R.M	Renda/mensal
2006	23	4.313	111	587	7	2.031	178.573
2009	87	4.921	658	670	13	2.318	898.863
2016	107	7.643	1.576	1.040	49	3.600	2.633.241

A tabela 14 mostra a projeção da renda média mensal da comunidade acadêmica por categoria entre os anos de 2006 a 2016. Nesse sentido, a renda média da amostra da categoria professor para o ano de 2016, foi de aproximadamente R\$ 7.643. Para os alunos de fora da região, a renda média no ano de 2016 ficou em R\$ 1.040, e o cálculo para a renda média dos servidores nesse mesmo período foi de R\$ 3.600. Observa-se que, os valores para as rendas médias nos anos de 2006 e 2009 foram submetidos à inflação retroativa tendo como ano base, 2016⁴⁰.

A partir do valor estimado da renda média total mensal no ano de 2016, foi possível acharmos o valor total da renda média proporcional da população-alvo para os anos anteriores. Para o ano de 2006, a renda total média mensal inflacionada era de aproximadamente R\$ 178.573. Em 2009, essa renda total foi projetada em aproximadamente R\$ 898.863.

Tabela 15: Distribuição dos consumos médios da comunidade acadêmica por categoria: professor, aluno e servidores.

Fonte: elaboração própria (2016)

Ano	Consumo Médio						Total
	Professor		Aluno		Serv.		
	Qt	C.M	Qt.	C.M	Qt.	C.M	Consumo/mensal
2006	23	638	111	264	7	644	48.486
2009	87	728	658	301	13	735	270.949
2016	107	1.131	1.576	468	49	1.141	914.494

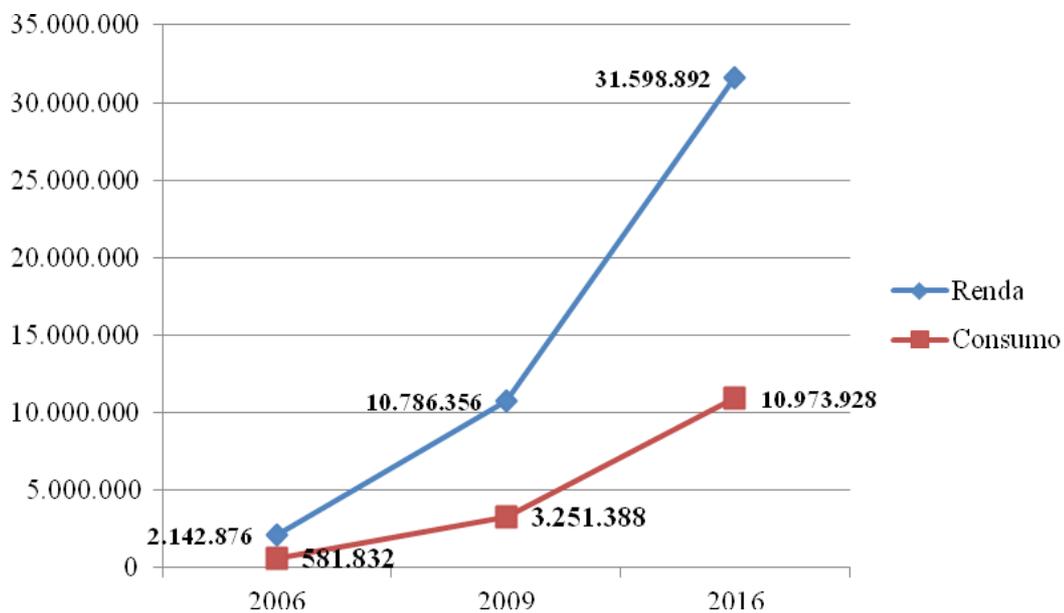
Seguindo a mesma metodologia aplicada para o cálculo da renda média, observa-se para o ano de 2016, o consumo médio mensal para a amostra de professores, em R\$ 1.131. Nesse

⁴⁰ Buscamos projetar as rendas médias para os anos de 2006 e 2009, no sentido de entender o progresso histórico desses valores, e correlacioná-los com os indicadores econômicos do município. Para isso, foi necessário inflacionar a renda média mensal encontrada no ano de 2016, mês de aplicação da pesquisa.

mesmo período, o consumo médio mensal para a amostra dos alunos, ficou em R\$ 468, nos servidores, observamos a média de R\$ 1.141. Nesse sentido, nota-se que, o consumo médio mensal total proporcional, foi observado para cada ano: 2006, R\$ 48.486; 2009, R\$ 270.949; e 2016, R\$ 914.494.

A partir das projeções estimadas, e supondo uma possível linearidade da renda e consumo ao longo dos anos, teríamos, portanto, uma renda média anual total aproximada para o ano de 2006, em R\$ 2.142.876. Em 2009, uma renda aproximada de R\$ 10.786.356, e em 2016, temos uma renda média anual projetada entorno de R\$ 31.598.892. Nesse mesmo sentido, um consumo de R\$ 581.832, em 2006. No ano de 2009, R\$ 3.251.388, e em 2016, um consumo médio anual para a comunidade acadêmica de, R\$ 10.973.928. Os dados apresentados até agora, assim como sua curva ao longo dos anos, podem ser melhor visualizados no gráfico 05 abaixo

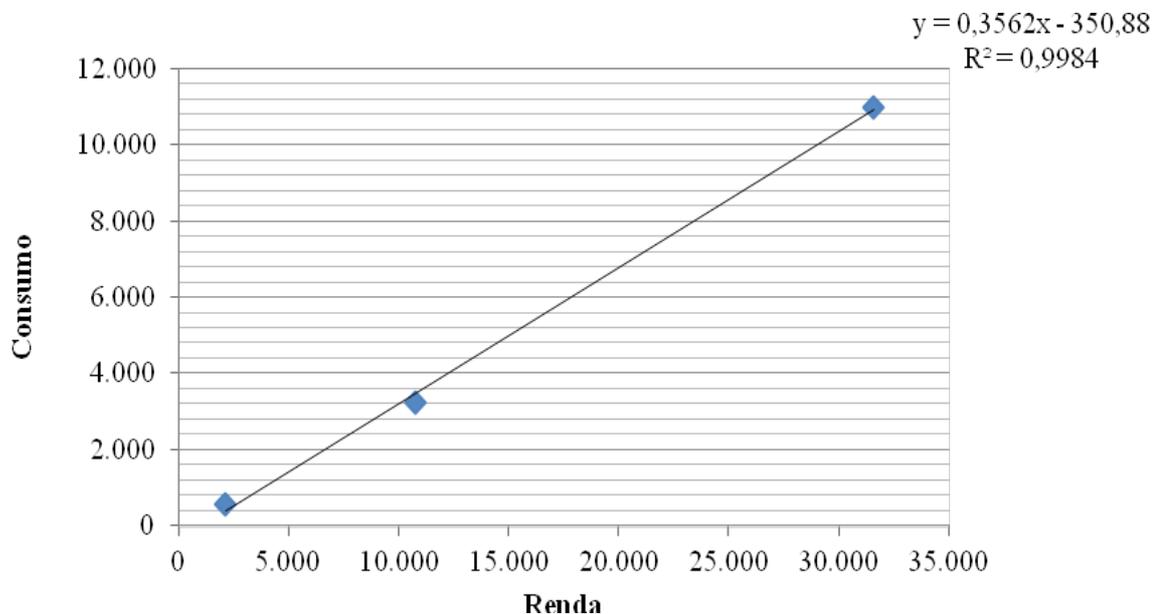
Gráfico 5: Distribuição da Renda e Consumo médio anual da comunidade acadêmica (2006 e 2016)



Além de permitir observar o comportamento da curva da variável renda e consumo, o gráfico 05, possibilita entender a relação entre renda e consumo entre o período 2006 a 2016. Estima-se que, em 2006, houve um possível consumo médio anual da comunidade acadêmica no município da Cachoeira, no valor de R\$ 581.832; representando 27% da renda média anual dos membros da universidade. Em 2009, é possível inferir um consumo médio anual entorno

de R\$ 3.251.388; que representava 30% da renda da comunidade acadêmica naquele ano. Atualmente, com uma renda média anual estimada em R\$ 31.598.892, e um consumo médio anual de R\$ 10.973.928, os gastos da comunidade acadêmica no município da Cachoeira já representam 35% da parcela dessa renda.

Gráfico 6: Grau de correlação e regressão entre Renda e Consumo da comunidade acadêmica ao longo dos anos entre 2006 e 2016



Fonte: elaboração própria (2016)

A relação entre as variáveis renda e consumo podem ser melhor entendida a partir do coeficiente de determinação (R^2)⁴¹. O valor encontrado para R^2 foi 0,9984, indicando que existe forte relação linear entre as variáveis, pois, 99,84% da variação do consumo podem ser explicadas pela variação da variável renda. Desta forma, 0,16% do comportamento do consumo decorre de outras causas, que não seja a renda.

Nossos esforços até aqui, possibilitaram a quantificação do impacto direto produzido pela universidade sobre a economia local. Representando um consumo médio anual de, aproximadamente, R\$ 10.973.928, através da medida do volume dos gastos médios pela comunidade acadêmica. Ademais, foi possível estimar, a partir da renda média mensal dos

⁴¹ O coeficiente de determinação mede o grau de ajustamento da reta de regressão aos dados observados. Indica a proporção da variação total da variável dependente que é explicada pela variação da variável independente.

pesquisados, um valor médio anual proporcional para a população-alvo, em R\$ 31.598.892. Para além, percebemos que parte do consumo médio anual da comunidade acadêmica, representa 35% de sua renda anual.

Os gastos da comunidade acadêmica (professores, servidores e alunos de fora da região) evidenciam a potencialidade econômica da universidade no local. Logo, a universidade é a responsável pelo novo fluxo de renda gerada na localidade, proveniente dos gastos de seus membros. A constatação desse valor irá produzir um impacto indireto na economia, ocasionando um efeito multiplicador dos gastos iniciais refletidos no acréscimo de renda das famílias, do governo, com aumento da arrecadação, e das empresas, com aumento da demanda por novos produtos e serviços (ROLIM E SERRA, 2010, ALVES, 2010, LOPES, 2012).

Nota-se que parte dessa renda parece não ser injetada na economia local. Alves (2010), nos estudos sobre o impacto econômico da UnC/Cni no município de Canoinhas, ressalta, entretanto, que parte dos recursos decorrentes do consumo realizados pela UnC/Cni não são interiorizados pela economia do município, em função dos “vazamentos” que ocorrem devido a produtos provenientes da não produção local, bem como, derivados de importações (ALVES, 2010, p. 116).

Sobre os possíveis vazamentos de renda, Rolim e Kureski (2010), afirmam que tal perspectiva, diminui o efeito multiplicador dos gastos em uma região. As parcelas dos gastos feitos fora da região podem ocorrer em decorrência ao tamanho da região, ou seja, quanto menor uma região, menor será a parcela dos gastos realizados fora e, inversamente, quanto maior, maior a probabilidade dos gastos serem realizados na região.

De posse dessas informações, tentaremos aprofundar a compreensão de parte da relação entre renda e consumo da comunidade acadêmica com a economia local, destacando sua participação em diferentes setores do segmento de serviços. Nesse sentido, propomos: (i) estabelecer uma relação entre o consumo médio anual da comunidade acadêmica, e o setor de serviços⁴²; (ii) expor dados que evidenciam a participação do consumo da comunidade acadêmica nos diferentes setores do segmento de serviços; (iii) percepção, através dos empresários locais, quais são os possíveis efeitos econômicos produzidos pela universidade no comércio local.

⁴² Vale ressaltar que, no capítulo onde propusermos uma tentativa de aproximação entre a UFRB/CAHL e o local, observamos nas análises de variação temporal e nos cálculos das taxas médias de crescimento que, o setor de serviços vem sofrendo uma variação superior ao período que antecede a chegada da universidade conforme o gráfico 03, o que justifica uma busca pela relação entre consumo da comunidade acadêmica e setor de serviços.

Tabela 16: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com moradias (aluguéis e hospedagem) em 2016.

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Prof.º/Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	90	672	850	386	388.580

Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima, sobre o consumo médio mensal da comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores), retrata a média mensal de gastos com moradia (aluguéis e hospedagem), e o consumo médio mensal total da comunidade acadêmica. Observa-se que, a partir de cada amostra, foi identificado o percentual daqueles que possuem gastos com aluguéis e hospedagens no município, e seus respectivos valores médios. Nesse sentido, 54% dos alunos de fora da região, possuem um gasto médio mensal com aluguéis de, aproximadamente, R\$ 386. Entre professores e servidores essa porcentagem chegou a 58% dos pesquisados, com um valor médio mensal de R\$ 672.

Tendo em vista os valores médios, e a possibilidade de inferências e generalizações a partir da amostra, encontramos a média mensal total de consumo com moradia da comunidade acadêmica, e o valor médio anual para esse gasto. Tal metodologia é possível, pois os valores com aluguéis e hospedagem costumam ser constantes ao longo do ano. Desta forma, temos, respectivamente: R\$ 388.580 por mês, e, aproximadamente, R\$ 4.662.960 por ano. Sobre o consumo com moradia, a participação dos alunos representa 84% desses gastos.

Dando continuidade a análise do consumo da comunidade acadêmica sobre a economia local, destacaremos os gastos referentes ao consumo com: (i) refeições, (ii) cestas básicas, e (iii) bares. No sentido de sintetizarmos a análise dos próximos dados, adotaremos a mesma metodologia de proporcionalidade aplicada na análise dos gastos médios com aluguéis e hospedagem.

Tabela 17: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com refeições em 2016

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Prof.º/Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	123	244	961	140	164.552

Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima mostra os gastos médios mensais com refeições por categoria (professores/servidores e alunos de fora da região), e o consumo médio mensal total da comunidade acadêmica. Tomando como referência a metodologia aplicada no cálculo para consumo com aluguéis, notá-se que, o valor total mensal aproximado dos gastos da comunidade acadêmica com refeições é de R\$ 164.552, e sua estimativa de gastos médio anual pode chegar há R\$ 1.974.624. Nota-se a participação percentual dos alunos nos gastos com refeições em 84% do total.

Além do consumo com aluguéis e refeições, a pesquisa contemplou os gastos com cestas básicas e bares. Sobre o consumo com cesta básica, buscaremos através da tabela abaixo, generalizações e inferências sobre seu resultado na economia local.

Tabela 18: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com cestas básicas

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Prof ^ª ./Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	78	476	741	248	220.896

Fonte: elaboração própria (2016)

A tabela acima permite perceber o consumo médio mensal dos professores/servidores e alunos com cesta básica, respectivamente, R\$ 476,00 e R\$ 248,00 mês, aproximadamente. Já o consumo total médio mensal da comunidade acadêmica com cestas básicas é de R\$ 220.896. A partir desse valor, os gastos médios anuais projetados com cesta básica, podem chegar até R\$ 2.650.752. Logo abaixo, avaliaremos os gastos da comunidade acadêmica com bares de Cachoeira.

Tabela 19: Consumo médio mensal da comunidade acadêmica com bares

Ano	Consumo médio mensal da Comunidade acadêmica por categoria				Total
	Prof ^ª ./Serv.	Consumo médio	Alunos	Consumo médio	Consumo médio
2016	115	158	835	74	79.960

Fonte: elaboração própria (2016)

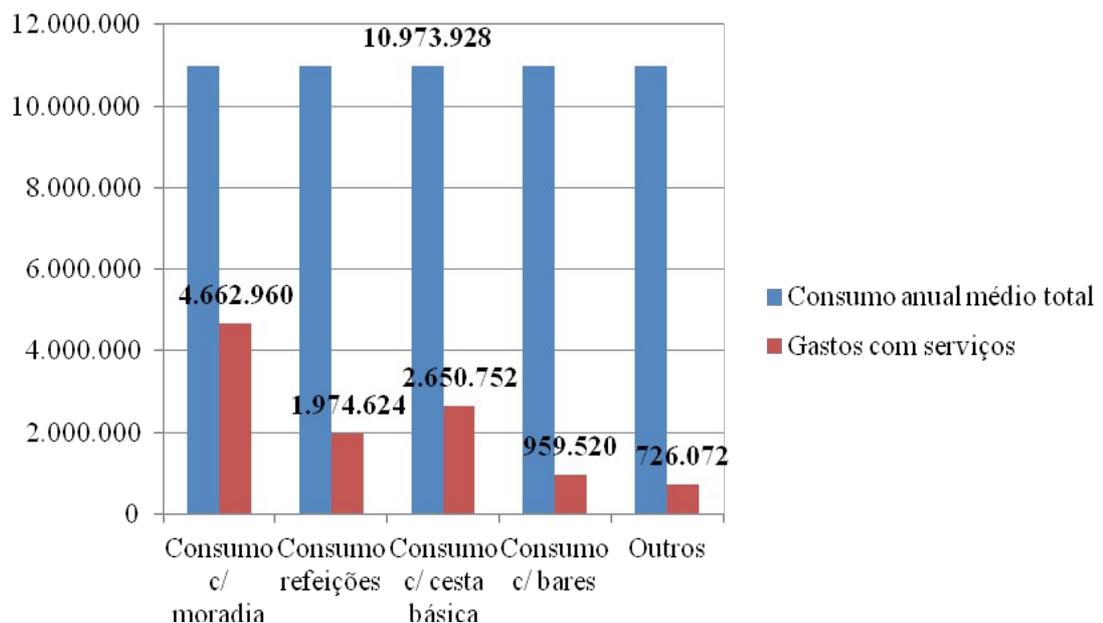
Completando a análise dos gastos médios da comunidade acadêmica na economia de Cachoeira, observa-se que o consumo médio dos professores/servidores com bares na

localidade é de, aproximadamente, R\$ 158,00/mês. Ao passo em que os alunos de fora da região, que afirmaram consumir nos bares do município, gastam por mês em média, R\$ 74,00. Desta forma, os valores proporcionais dos gastos pela comunidade acadêmica podem chegar a R\$ 79.960, e uma estimativa de anual de R\$ 959.520.

Os dados dos consumos médios anuais demonstrados até agora, correspondem ao valor acumulado de, aproximadamente, R\$ 10.247.856, referente a 93% do total já apresentado (R\$ 10.973.928). Além dos principais gastos citados até agora, foi possível apreender na pesquisa, gastos com: (i) serviços privados de saúde; (ii) empregadas domésticas/diaristas; (iii) atividades físicas; (iv) estética; e gastos com (v) dependentes. (ver anexos).

O que vem sendo exposto até aqui pode ser melhor observado no gráfico logo abaixo, onde será apresentado uma comparação entre o consumo médio anual total e os gastos por categorias percebidos no local através da comunidade acadêmica.

Gráfico 7: Comparação entre o consumo médio anual da comunidade acadêmica e seus gastos por categoria



Fonte: elaboração própria (2016)

Os dados apresentados revelam o potencial econômico promovido pela universidade na dinâmica Cachoeirana. Lopes (2012) reafirma a importância da universidade no mundo contemporâneo através de diferentes aspectos inerentes as suas atividades. Dentre elas, a

formação do capital humano, formação de sistemas nacionais de inovação, a interação universidade-empresa, e seus recursos financeiros movimentados pela necessidade de manutenção de suas atividades. Nesse sentido, quando observamos o gráfico acima, fica evidente o potencial econômico que as atividades universitárias possibilitam quando em seu entorno agrega uma comunidade acadêmica.

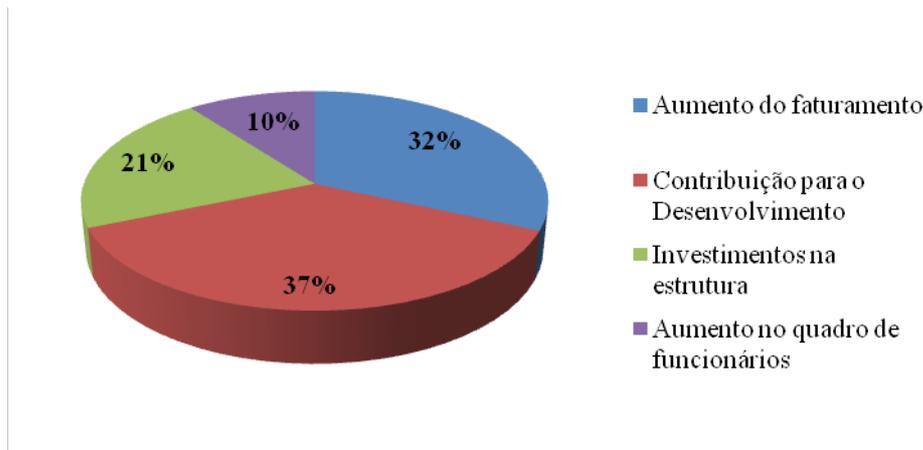
O montante de recursos estimados, projetados na economia de Cachoeira, segundo Lopes (2012) produzem impactos variados nos mais diversos setores da economia local, como pode ser observado com os gastos em moradia, refeições, cesta básica, bares, e outros, totalizando uma média de R\$ 10.973.928. Tal constatação evidencia a importância da universidade no âmbito econômico, através de um potencial efeito multiplicador. Nota-se que o mercado imobiliário (gastos com aluguel para moradia e hospedagens), representa 42% do consumo da comunidade acadêmica na economia local. Em seguida, os gastos com cesta básica consomem 24% do consumo médio total, acompanhados por refeições, com 18% dos gastos, bares, 9%, e outros, com 7%.

Complementando o que até agora vem sendo retratado, ou seja, as evidências produzidas pela universidade na dimensão econômica local, iremos expor a percepção do empresariado Cachoeirano, atuante no setor de serviços, sobre os possíveis efeitos produzidos pela universidade na economia. Para isso, foram pesquisadas 12 empresas de diferentes setores do segmento (hotéis, restaurantes, supermercados, delicatessen, academias, dentre outras).

Sobre o tema, Rolim e Serra (2010), assinalam que, além do impacto sobre a renda das famílias e governo local, é possível perceber o efeito multiplicador dos gastos diretos da universidade sobre as empresas com aumento da demanda e concorrência no mercado de compras de fatores de produção (ROLIM e SERRA, 2010, p. 32).

Os valores apresentados no gráfico 08 correspondem ao percentual das respostas dadas as questões colocadas sobre o provável efeito dinamizador produzido pela universidade na economia Cachoeirana. Nesse sentido, buscamos perceber: (i) se houve aumento no faturamento após a chegada da UFRB/CAHL; (ii) se há queda no faturamento em períodos de recesso (férias, greves, e outras paralisações). Buscamos perceber, também, se houve algum tipo de investimento na estrutura da empresa (modernização ou ampliação) para atender o público universitário; (iv) aumento no quadro de funcionários; e (v) se a universidade tem contribuído para o desenvolvimento da cidade.

Gráfico 8: Percepção econômica dos empresários do segmento de serviços sobre a universidade



Fonte: elaboração própria (2016)

O gráfico 08 abaixo reflete a percepção dos empresários locais sobre os efeitos econômicos produzidos pela universidade em Cachoeira. Entendendo que as rendas e receitas são termômetros para avaliar o desempenho das atividades econômicas, saber se após a chegada da universidade houve aumento no faturamento, pode reafirmar parte da contribuição do CAHL, na economia local. Segundo 80% dos empresários pesquisados, é possível perceber aumento de faturamento após a chegada da universidade.

Quando questionados, se houve aumento no quadro de funcionários para atender as novas demandas do público universitário, nota-se que, 26% dos empresários afirmaram ter contratado novos funcionários. Tal constatação pode sinalizar um possível aumento na oferta de trabalho, ou emprego. Ao mesmo tempo, nota-se que, quando usamos as categorias trabalho ou emprego, nossa intenção é afirmar que não sabemos a qualidade da relação trabalhista que está sendo empregada nesse índice de 26%, ou seja, não é possível afirmar se os direitos do trabalhador estão sendo contemplados nessa relação.

Quando questionados sobre se houve algum tipo de investimento em modernização e ampliação de suas empresas em decorrência a chegada da universidade, 48% dos respondentes afirma que fizeram investimentos em seus negócios. Ademais, no sentido de ter uma percepção mais geral sobre os prováveis impactos causados pela universidade no local, questionamos aos empresários se a universidade contribuiu para o desenvolvimento do município. Sobre esse tema, 93% dos empresários entendem que há por parte da universidade algum tipo de cooperação para o desenvolvimento local.

Os dados apresentados até agora revelam parte do potencial da UFRB/CAHL na dinâmica econômica local. Essas novas demandas de consumo injetam na economia uma carga de recursos financeiros que produzirão um efeito multiplicador percebido em parte da cadeia produtiva local. Nesse sentido, só é possível afirmar que a universidade vem contribuindo para o crescimento econômico de Cachoeira.

5.2 A DINÂMICA SOCIAL PRODUZIDA PELO UFRB/CAHL NO MUNICÍPIO E CACHOEIRA.

No sentido de dar continuidade a análise proposta, tentaremos nas próximas linhas apreender como a universidade vem produzindo mudanças na dinâmica social Cachoeirana. Para isso, apresentaremos dados colhidos em pesquisa realizada, a fim de perceber possíveis contribuições que o Centro vem dando ao local. Desta forma, o estudo feito, limita-se a compreender parte da relação social que se estabelece entre a UFRB/CAHL e o município de Cachoeira, a partir: da (i) oferta e inserção no ensino superior e (i) demais relações sociais estabelecidas entre a universidade e o local.

Nessa perspectiva, entendemos que os dados coletados entre os respondentes representam fragmentos de uma ampla dimensão social, e, desta forma, partes de uma realidade em transformação que não personifica a totalidade desse universo, resultante de um espaço-tempo específico da dinâmica universidade e local.

Tomando como referência os dados relacionados ao ensino, buscaremos (i) entender como a comunidade Cachoeirana vem sendo favorecida com a oferta dos cursos da área de Artes, Humanidades e Letras do Centro. Para além, tentaremos compreender, a partir da percepção dos pesquisados, (ii) como a oferta de ensino superior público, pode estar ajudando a melhoria da qualidade de vida dos Cachoeiranos e do município. Ademais, com a finalidade de (iii) perceber o grau de participação da universidade nos assuntos públicos locais, tentaremos identificar a frequência com que a comunidade acadêmica representa a universidade nos temas de pública relevância. Nesse sentido, tomaremos como ponto de partida a tabela 20, abaixo, que expõe o número de matrículas realizadas no CAHL durante o período 2006 a 2014.2, e número de matrículas ocupados por Cachoeiranos.

Tabela 20: Número de matrículas realizadas no CAHL e número de matrículas ocupados por Cachoeiranos entre 2006 e 2014.2

Cursos	Nº/Curso	Cachoeiranos/Curso	% Cachoeiranos/Cursos
Artes visuais	257	17	0,40
Ciências sociais	387	36	0,86
Cinema e Áudio Visual	334	10	0,24
Comunicação social	440	18	0,43
Comunicação/Publicidade	31	3	0,07
Esp. História da África.	394	33	0,79
Esp. Teoria e Mét. História.	37	8	0,19
Gestão Pública	278	31	0,74

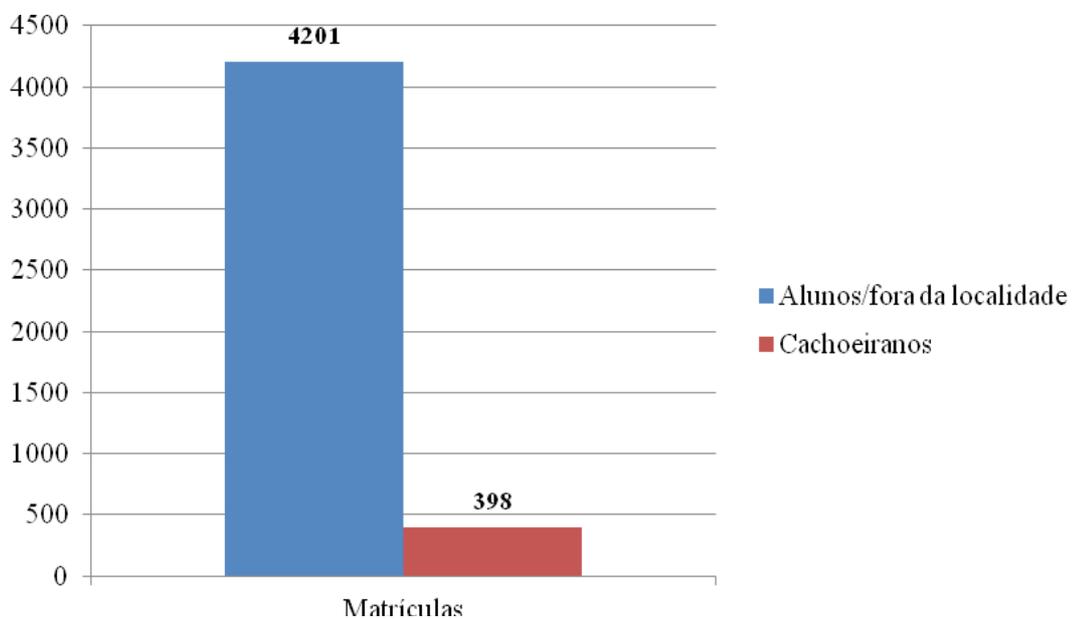
Licenciatura em História	812	88	2,09
Mest. História da África e	15	4	0,10
Mest. Ciências Sociais	75	5	0,12
Museologia	474	81	1,93
Serviço social	667	64	1,52
TOTAL:	4201	398	9,47

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da SURRAC (2016).

Segundo dados oferecidos pela Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) da UFRB, entre o ano de 2006 e 2014.2, houve aproximadamente 4.201 matrículas realizadas no CHAL⁴³, em diferentes cursos conforme tabela acima. Percebe-se que entre as 4.201 matrículas, aproximadamente 398 foram feitas por Cachoeiranos; correspondendo ao percentual de aproximadamente 9,5% do total de matrículas realizadas. Nota-se que o número de nativos (Cachoeiranos) não representa nem 10% do total de matriculados no Centro.

O período apresentado na tabela 20 (2006 a 2014.2) releva o que parece ser uma tendência de maior participação de alunos de fora do município, na ocupação de ofertas de cursos superior público disponível pelo CAHL. Essa preocupante constatação, pode ser melhor observada no gráfico 09, abaixo.

Gráfico 9: Representação da participação do número de Alunos de fora da localidade e Cachoeiranos nas matrículas do CAHL entre o ano de 2006 a 2014.2.



Fonte: elaboração própria (2016)

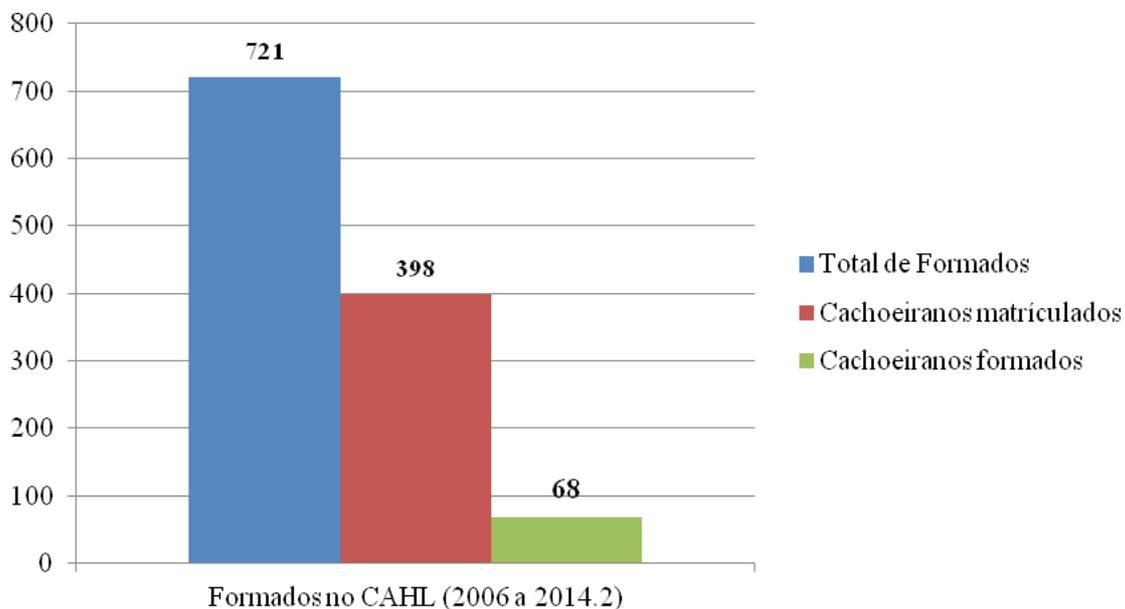
Nessa relação, onde cada 10 vagas ofertadas pelo CHAL, 9 são ocupadas por alunos de fora da localidade, desperta nossa atenção para a seguinte questão: quais são os motivos pelos quais cachoeiranos não possuem uma maior participação nos cursos ofertados pelo Centro?

⁴³ Observa-se que, o número de matrículas não representa um número de formados.

Ao mesmo tempo em que colocamos tal questão, percebe-se que a taxa de 9,5% de participação de Cachoeiranos nos cursos, pode sinalizar, uma baixa contribuição do ensino superior público no processo de desenvolvimento dos nativos, e, conseqüentemente do município.

A fim de aprofundar o tema sobre os dados postos sobre o ensino superior ofertado pelo CAHL, e a sua relação com o local, buscamos entender qual a taxa de participação de Cachoeiranos formados pelo Centro, segundo dados coletados pela SURRAC representados pelo gráfico 10, abaixo.

Gráfico 10: Relação entre número total de formados no CAHL, Cachoeiranos matriculados e o total de Cachoeiranos formados entre o ano de 2006 e 2014.2



Fonte: elaboração própria (2016)

O gráfico 10 evidencia a relação entre o número total de graduados pelo Centro, o total de Cachoeiranos matriculados, e o quantitativo de Cachoeiranos formados. Observa-se que, o percentual de Cachoeiranos graduados pelo CAHL, em relação ao total, é representado pela taxa percentual de apenas 9,4%; reafirmando a relação entre número total de matriculados (ver gráfico 9) e o número de locais matriculados. Nota-se também, que o percentual de Cachoeiranos formados, em comparação ao número de Cachoeiranos matriculados é de 17%; sinalizando uma provável evasão de 83% de Cachoeiranos que se matriculam nos cursos e por diferentes motivos, não finalizam o ensino superior.

As conseqüências para o que vem sendo observado, ou seja, a baixa participação de Cachoeiranos na oferta de ensino superior pelo CAHL evidencia um cenário que pode estar comprometendo o desenvolvimento dos indivíduos locais e do município.

O cenário que descrevemos até o momento pode ser melhor compreendido quando destacamos as contribuições da educação superior para o desenvolvimento de diferentes esferas da realidade social.

A educação é um dos principais mecanismos para tirar permanentemente as pessoas de situação de pobreza e possibilita seu acesso ao mercado de trabalho. Além disso, ao melhorar o nível educação de sua população os países conseguem reduzir sua desigualdade de renda, aumentar a adoção de novas tecnologias e com isto crescer de forma sustentada no longo prazo. Assim, não restam dúvidas de que a educação é uma das variáveis mais importantes, senão a mais importante para aumentar o bem-estar de uma sociedade. (MENEZES FILHO, 2009, p. 201).

Nesse sentido, uma sociedade educada é uma sociedade desalienada. Consciente de seu papel no processo de transformação qualitativa a partir da abertura de novos valores. Nesse sentido, o papel de ensino da universidade pública pode ser percebido a partir da inserção de novos saberes, fazeres, e o fortalecimento da cidadania (Freire, 1979).

Além do papel de educar o indivíduo para uma formação cidadã crítica e reflexiva, a educação superior também pode contribuir para a formação da mão de obra necessária para a localidade. Quando inseridas no contexto local, a fim de atender demandas do mercado, as universidades instrumentalizam os indivíduos de forma a incluir suas novas habilidades e conhecimentos em atividades produtivas. (Rolim, 2012).

Tendo em vista as contribuições da educação para o desenvolvimento a partir da redução das desigualdades sociais, surgem algumas inquietações, tais como: o que estaria limitando uma maior participação de Cachoeiranos nos cursos ofertados pelo Centro? Quais aspectos individuais, sociais, ou estruturais, poderiam estar comprometendo a inserção de nativos na oferta de educação superior?

Não é objeto de estudo nosso, dar conta das questões suscitadas. Entretanto, na tentativa de entender as contribuições dadas pela universidade ao município, esperamos achar indícios que possam ajudar a responder tais indagações.

Avançando na apreensão de partes das possíveis contribuições sociais que a universidade pode estar dando ao local, buscamos perceber e identificar, a partir dos Cachoeiranos graduados, como a universidade pode ter contribuído para o desenvolvimento individual e do município, a partir das seguintes aspectos: (i) perceber se os cursos ofertados pela universidade contemplam as necessidades e características locais, (ii) identificar e os Cachoeiranos formados desenvolvem alguma atividade remunerada em sua área de formação, (iii) perceber como o ensino (graduação e pós-graduação) pode ter contribuído para melhoria

de sua qualidade de vida, (iv) e as limitações encontradas no município para inserção e ascensão no mercado de trabalho..

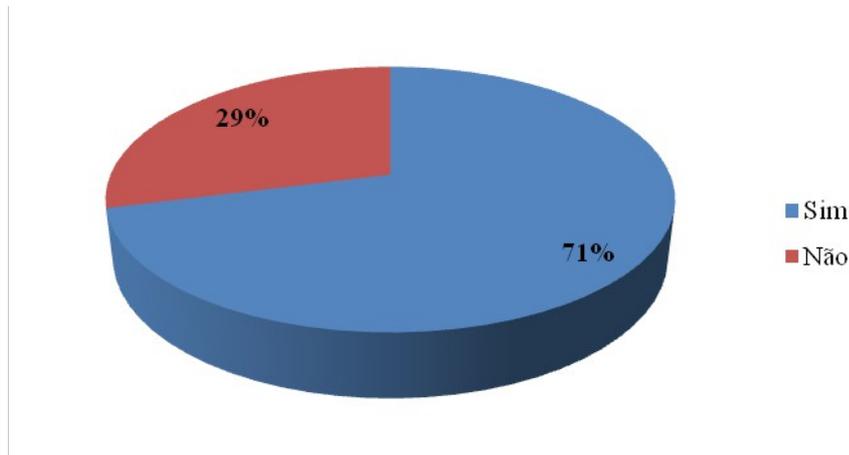
Nessa perspectiva, em um universo de aproximadamente 68 Cachoeiranos formados pelo CAHL, nossa amostra representativa contemplou 14 pesquisados, com idade entre 18 e 45 anos. Dentre esses Cachoeiranos, 71% estão residindo no município; os demais 29%, por motivos diversos, estão residindo em outras localidades. Observa-se ainda que, dos 14 respondentes, sua maioria é do sexo feminino, representando 64% dos pesquisados. Ademais, foi possível identificar suas respectivas formações: Gestão pública (28%), História (21%), Cinema e áudio (7%), Museologia (14%), Serviço Social (7%), Comunicação (14%), e Ciências Sociais (7%). A partir desse perfil foi possível observar aspectos que evidencia parte da dinâmica produzida pela universidade na vida social do Cachoeiranos.

Tem em vista que a inserção da universidade em dada localidade deve contemplar parte das características endôgenas da região, (ROLIM, 2010), entendemos que os cursos ofertados pelo CAHL, devem buscar uma aproximação com os aspectos culturais, econômicas, sociais, ambientais, dentre outras, de Cachoeira. Nesse sentido, a oferta de ensino público no município, deve preparar mão de obra qualificada para suprir as demandas e potencializar as riquezas locais. Tendo em vista essa premissa, primeiramente buscamos apreender (i) a percepção dos Cachoeiranos formados, sobre a relação entre os cursos ofertados pela “universidade e características do município”.

Para isso, será necessário compreender se os Cachoeiranos formados pelo CHAL, percebem as potencialidades sociais, econômicas, culturais, entre outras do município. Esse entendimento, pode ajudá-los no aproveitamento de tais aspectos para promoção de seu desenvolvimento profissional. Desta forma, em resposta ao que foi colocado, 93% dos pesquisados responderam ter conhecimento das riquezas do município, ao contrário dos 7%. Partindo dessa constatação, buscamos entender se os cursos ofertados pelo CAHL contemplam as potencialidades e necessidades de Cachoeira.

Nossa intenção com a questão coloca acima, justifica-se na necessidade de entender se a universidade tem aprofundado suas relações com o local, a partir de oferta de ensino; contemplando as características locais, e contribuindo para os estudantes iniciem suas vidas profissionais não muito distantes de sua cidade. Com isso, além de preparar mão de obra para suprir as demandas locais, a universidade pode estar ajudando na redução do êxodo para outras regiões.

Gráfico 11: Percepção dos Cachoeiranos formados sobre os cursos ofertados pelo CAHL e as necessidades municipais

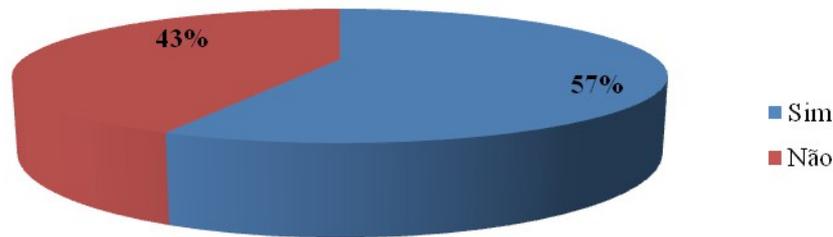


Fonte: elaboração própria (2016)

Quando observamos o gráfico 11 acima, percebe-se que 71% dos Cachoeiranos formados, entendem que a universidade oferta cursos que contemplam as necessidades e características locais. Essa amostra percentual pode representar a fala proporcional de aproximadamente 48 Cachoeiranos formados pelo Centro. Nesse sentido, parece haver por maioria dos pesquisados, um possível alinhamento entre os aspectos endógenas do município, e os cursos ofertados pelo CHAL.

Tendo em vista que a grande maioria dos respondentes (71%) acredita haver um alinhamento entre o local e a oferta de cursos disponíveis pelo CAHL, estaria, portanto: os profissionais Cachoeiranos formados pelo CAHL desenvolvendo alguma atividade remunerada em sua área de formação no município? Tal questão poderia responder as possíveis contribuições dadas pela universidade à localidade, ou nos ajudaria a entender a baixa participação de nativos na oferta de ensino? Tentaremos dar conta dessas questões a partir da análise dos gráficos abaixo.

Gráfico 12: Cachoeiranos formados que desenvolvem alguma atividade remunerada em sua área de formação

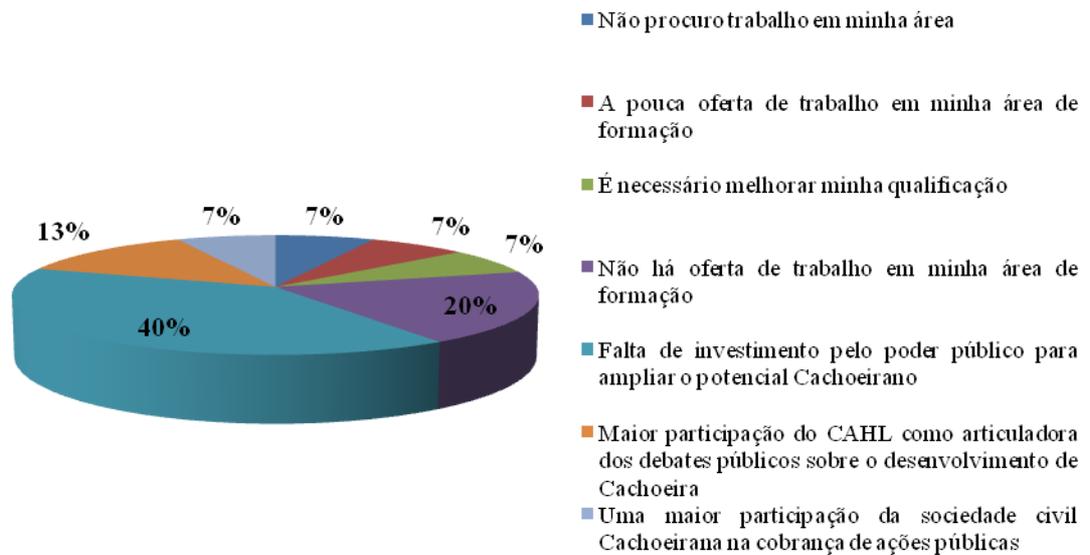


Fonte: elaboração própria (2016)

Em resposta aos questionamentos colocados, observa-se no gráfico 12 que, 57% dos profissionais formados pelo CAHL estão inseridos no mercado de trabalho em atividades relacionadas à sua área; afirmando as contribuições dadas pela universidade no processo de qualificação da mão de obra de Cachoeira. Entretanto, 43% dos pesquisados afirmaram não estar desenvolvendo atividades remuneradas em sua área de formação.

Tendo em vista que 71% dos Cachoeiranos formados entendem que a universidade oferta cursos que contemplam as necessidades e características locais, o que poderia estar havendo para que esse mercado não absorva os 43% (aproximadamente 29 Cachoeiranos) dos profissionais qualificados pelo Centro? Até que ponto, o perfil desses, pode estar comprometendo sua inserção profissional, ou, em que medida, outros aspectos podem ser responsabilizados por esse indicador (43%)?

Gráfico 13: Percepção dos Cachoeiranos formados sobre o que pode estar comprometendo sua inserção na área de formação na localidade



Fonte: elaboração própria (2016)

Segundo a percepção dos Cachoeiranos graduados no CAHL, a falta de investimento pelo poder público no sentido de ampliar o potencial de mercado de Cachoeira, representa 40% dos aspectos limitadores de inserção desses em suas respectivas áreas de formação. Concomitante a essa observação, percebe-se que não há oferta de trabalho nas áreas de formação dos pesquisados, representando 20% das respostas. Também foi relatado que o CAHL deveria ter uma maior participação na articulação dos debates públicos sobre o desenvolvimento do município. Esses aspectos juntos somam um quantitativo de aproximadamente 73% os fatores que podem estar limitando a inserção desses profissionais em suas áreas de formação.

Sobre o potencial de articulação das universidades, Rolim e Serra (2012), afirmam que as regiões com maior potencial de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político congregando os diferentes atores. Ademais, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos sobre a região pode aumentar a sua competitividade. Tais perspectivas convergem no conceito de Sistema Regional de Inovação que por sua vez é composto por um subsistema de aprendizagem, um subsistema de inovação e um financeiro. As universidades encontram-se na interação entre ambos os subsistemas. É nesse sentido, que a contribuição da universidade vem sendo também discutida (ROLIM E SERRA, 2012, p, 30:31).

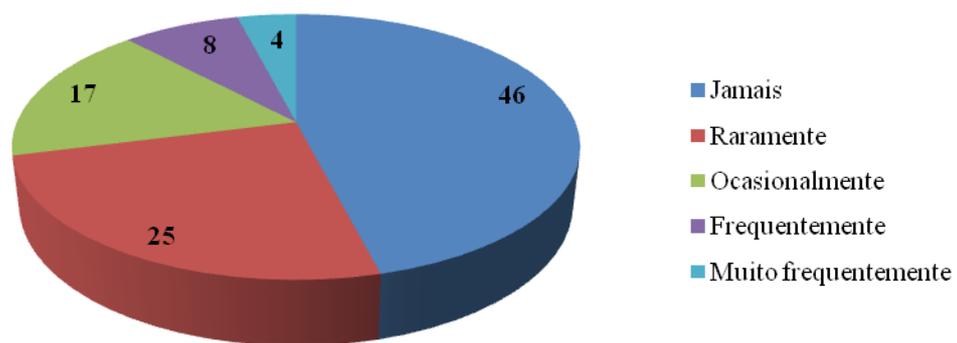
A participação sistêmica entre a universidade, agentes públicos, privados e sociedade civil (organizada), através do ensino, extensão e pesquisas conjuntas e troca de informações,

possibilitam a construção de linhas de ações políticas, no sentido de criar as bases necessárias para um desenvolvimento.

Tendo em vista o potencial da universidade no processo de desenvolvimento local via SRI, e as percepções observadas pelos Cachoeiranos graduandos, sobretudo no que tange a uma necessidade de maior participação do CAHL como articuladora dos debates públicos sobre o desenvolvimento local, buscou identificar, a partir dos professores e servidores, o grau de participação e representatividade da universidade, em encontros e debates públicos, tais como: (i) participação em movimentos sociais locais, (ii) participação em sessões na câmara de vereadores (iii) participação em conselhos municipais (iv) e a participação em audiência pública.

A busca pelo grau de interação formal e informal, entre representantes da universidade em discussões públicas em Cachoeira, pode revelar a medida de contribuição do Centro na realidade social do município. Ademais, pode mostrar se existe uma possível ponte sendo criada no processo de interação entre os subsistemas de aprendizagem e inovação. Para além, acreditamos ser possível a criação de um sistema de participação cívica, elemento constitutivo do Capital social. No entanto, entendemos que apenas perceber a participação de membros da universidade em negócios públicos, sem expor a qualidade dessa participação, não retrata com fidelidade as contribuições dadas pela universidade nas discussões públicas.

Gráfico 14: Grau de participação de professores e servidores em movimentos sociais local.



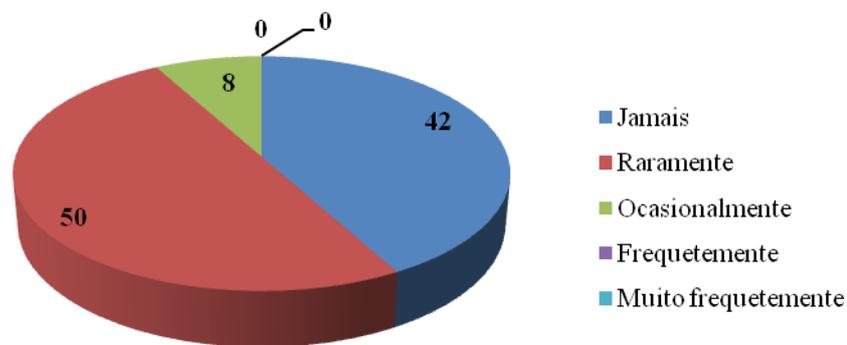
Fonte: elaboração própria (2016)

Quando questionados, professores e servidores, sobre sua participação em movimentos sociais na localidade, 46% afirmaram que jamais participaram de movimentos sociais no município. Se somados aos 25% daqueles que afirmaram que raramente participam, percebemos um baixo grau cooperação da universidade com temas públicos locais, representando 71% dos pesquisados. Nota-se, no entanto, que esses dados, não retratam a

qualidade daqueles que afirmam, em certa medida, participar dessas discussões (12%). Ademais, vale observar que, a ausência de uma análise histórica que permitiria avaliar se há, ou não, uma evolução do grau de participação dos representantes da universidade nas coisas públicas, impossibilita afirmações e inferências sobre o tema.

Ainda com a proposta de compreender a participação da universidade, e suas prováveis contribuições para o âmbito local, mediante participação nos assuntos públicos de Cachoeira, buscamos entender em que medida ocorre a participação de seus representantes, nas sessões públicas da Câmara de Vereadores do município.

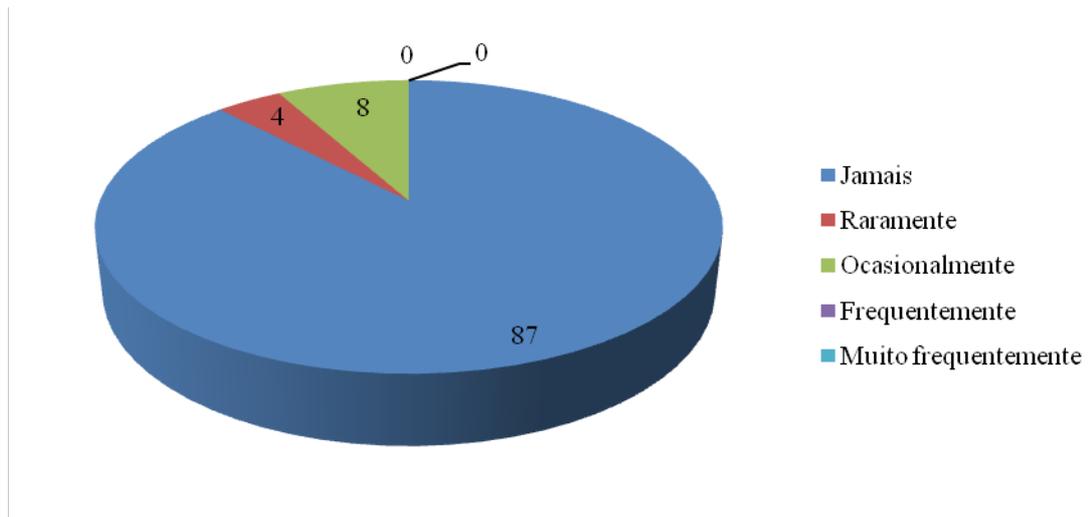
Gráfico 15: Grau de participação em sessões na Câmara de Vereadores de Cachoeira



Fonte: elaboração própria (2016)

O gráfico 15 revelou que 92% dos pesquisados não frequentam com frequência as sessões na Câmara de vereadores em Cachoeira. O índice evidencia o que parece ser uma tendência de baixa participação dos membros da comunidade acadêmica, e, possivelmente de uma representação institucional da universidade, nas temáticas da coisa pública local. Entretanto, como já observado anteriormente, a constatação da baixa participação, não revela a qualidade de uma possível contribuição dos que afirmaram participar ocasionalmente, 8%.

Gráfico 16: Grau de participação em Conselhos Municipais



Fonte: elaboração própria (2016)

Quando questionados se participam de Conselhos Municipais, a grande maioria dos respondentes retrata a tendência do grau de interação entre município e representantes da universidade nas discussões públicas. O gráfico 18 mostra que, 87% dos professores e servidores, jamais participaram de Conselhos Municipais. Tomando como referência aqueles que afirmaram que raramente participam, o total chega a 91%.

O que vem sendo desenhando, quando buscamos compreender o grau de cooperação de parte dos membros da comunidade acadêmica, nos assuntos públicos locais, sinaliza um possível distanciamento das contribuições da universidade nas discussões públicas locais. Apesar dos dados parecerem revelar esse hiato, também observado pelos Cachoeiranos formados, reafirmamos que eles não são conclusivos quando buscamos perceber, a medida de contribuição da universidade para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da inquietação onde se buscou perceber como as políticas sociais de educação, via expansão do ensino superior, podem contribuir para o desenvolvimento local. Tais políticas vêm ganhando notória relevância no âmbito da análise do seu efeito sobre o tecido social, evidenciando a importância do aprofundamento dos direitos sociais, via maior

participação do Estado na garantia e ampliação dessas conquistas. Tal perspectiva pode ser abordada a partir do enfoque sobre a análise integrada entre políticas públicas e desenvolvimento. Além de contribuir com melhorias do bem-estar social, as políticas sociais revelam uma via de desenvolvimento contrária às tradicionalmente usadas, a saber, aquelas que colocam o capital privado como principal, e talvez, única forma substancial de desenvolvimento.

Em particular, nos chamou a atenção à relação entre as políticas sociais de educação e desenvolvimento local. Nesse sentido, as universidades podem representar em larga medida, referência para apreensão da análise integrada entre desenvolvimento e políticas sociais. Seu papel de ensino, pesquisa e extensão, traz sob si, elementos capazes de fornecer dados e informações sobre as possíveis implicações de sua participação na dinâmica da vida social e econômica. Nesse sentido, partimos da hipótese onde: a atividade de ensino, os gastos realizados pela universidade com pagamentos de professores, funcionários, e os gastos em consumo dos alunos de fora da região, podem estar contribuindo para algum tipo de mobilidade socioeconômica ascendente no município de Cachoeira, levando ao desenvolvimento local.

No sentido de testar tal hipótese, entendemos que nosso *objetivo geral* deveria buscar apreender parte dos efeitos socioeconômicos gerados pelo Centro Artes, Humanidades e Letras na cidade de Cachoeira, durante o período 2006 a 2016, na perspectiva de perceber possíveis contribuições para o desenvolvimento local.

Para tentar dar conta do objetivo proposto, tentamos caracterizar o município de Cachoeira levando em consideração seu contexto social e econômico. Nossa intenção com esse objetivo era expor os macros indicadores socioeconômicos do município, a fim de identificar, a partir de uma análise comparativa, evidências de melhorias que pudessem sinalizar uma possível contribuição da UFRB/CAHL. Nesse sentido, no que tange a dimensão econômica da análise, percebemos variações ascendentes quando analisamos o segmento de serviços.

Tomando como base o ano de 2006, foi observado que a taxa média de crescimento posterior ao ano base (72%), foi superior aos anos que antecedes a chegada da UFRB/CAHL (60%). Esse indicador contribui para posteriores análises do potencial de consumo da comunidade acadêmica sobre o setor de serviços.

Sobre a análise da macro dimensão social, destacamos a participação do CAHL, no número de instituições de ensino superior no município. Com a chegada do CAHL, além de haver um aumento na oferta de cursos superiores, nota-se que esses são públicos, e, portanto,

“gratuitos”. Tal constatação resulta na oferta de dez novos cursos de graduação público, além dos cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, com a expectativa de ampliação.

A conclusão que se chega sobre a análise dos macros indicadores socioeconômicos, não revela, em sua totalidade, evidências que sinalizam as contribuições do CHAL no município. No entanto, alguns indicadores justificam sua importância mesmo que ainda relativos. Para entender com mais profundidade essa relação, e suas consequências, foi analisado, a partir das pesquisas, os questões econômicas e sociais inerentes a participação da universidade na dinâmica local.

Sobre a perspectiva econômica, buscou-se perceber até que ponto o CAHL pode estar contribuindo para um possível crescimento da economia local. Para alcançar tal objetivo, submetemos a pesquisa professores, servidores e alunos de fora da região, conforme orientação da literatura especializada. A intenção foi identificar o impacto o volume de gastos realizados pela comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores).

Percebemos a partir da pesquisa que, a comunidade acadêmica do CAHL lança sobre a economia de Cachoeira, um volume médio anual de, aproximadamente, R\$ 10.973.928. Apesar de não ter sido possível uma correlação entre PIB e consumo da comunidade, durante os anos de análise (2006, 2009 e 2016), saber que uma universidade pública lança na economia local milhões por ano, justifica a importância do Estado como fomentador do crescimento econômico local.

No entanto, nossa pesquisa não é conclusiva sobre as contribuições do CAHL para o desenvolvimento econômico. Para isso, seria necessária uma análise comparativa da pirâmide econômica de Cachoeira, antes, e após, a chegada da universidade, no sentido de encontrar indicadores que afirmassem uma maior participação da população no crescimento da economia após a chegada da universidade.

Apesar de não ser possível atestar um o desenvolvimento econômico, foi observado gastos em diferentes setores do segmento de serviços no município; descartando a possibilidade de concentração da renda em setores específicos. Em destaque, houve gastos com moradia (alugueis e hospedagens), refeições, cesta básica, bares, e outros. Nota-se que o mercado imobiliário (gastos com aluguel para moradia e hospedagens), representa 42% do consumo da comunidade acadêmica na economia local. Em seguida, os gastos com cesta básica consomem 24% do consumo médio total, acompanhados por refeições, com 18% dos gastos, bares, 9%, e outros, com 7%.

Além de tentarmos apreender os gastos realizados pela comunidade acadêmica na economia local, foi possível perceber seu impacto sobre a partir das observações feitas pelos empresários locais. Em linhas gerais, sua grande maioria entende que a universidade tem contribuído para o desenvolvimento do município. Dentre as afirmações feitas pelos

empresários, observa-se que 26% desses, afirmaram ter feito novas contratações após a chegada da universidade. A geração de trabalho, ou emprego, reflete a participação da universidade na dimensão econômica local.

É possível, a partir dos dados expostos, afirmar que a universidade parece contribuir com as condições necessárias, porém, não suficientes, para o desenvolvimento econômico.

Tendo em vista que o crescimento econômico é condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento, a UFRB/CAHL, através de parte do conjunto constitutivo de sua estrutura institucional (professores, alunos e servidores), vem lançando sobre a estrutura econômica de Cachoeira, novos recursos financeiros que devem produzir efeito multiplicador, resultando nos impactos sobre a renda de empresas, famílias e governo. Ademais, nossa análise em capítulos anteriores, sinalizou um crescimento do PIB Cachoeirano a uma taxa média anual de 11%; garantindo as bases necessárias para o desenvolvimento econômico.

Sobre as possíveis contribuições sociais produzidas pela universidade, buscamos destacar como o ensino superior público ofertado pelo CAHL pode trazer melhorias na qualidade de vida para o tecido social Cachoeirano. Nesse sentido, os dados sobre essa dimensão social revelaram uma baixa participação de Cachoeiranos na oferta de ensino público superior. Apenas 9,5% do total de matrículas são ocupadas por Cachoeiranos. Entre os formados, esse indicador se repete, apenas 9,4% do total de graduados no Centro durante os anos de 2006 a 2014.2, são Cachoeiranos.

A baixa participação de Cachoeiranos na oferta de ensino superior público, compromete o desenvolvimento do município e dos indivíduos. A pequena participação de locais ingressos e graduados nos cursos ofertados pela UFRB/CAHL reflete os dados da pesquisa desenvolvida pelo Atlas dos Municípios em 2013, que retrata o percentual da população de 25 anos ou mais, com superior completo no município de Cachoeira⁴⁴.

Tabela 21: Evolução de Cachoeiranos com superior completo entre 1991 a 2010

Ano	% de 25 anos ou mais c/superior completo	Δ%
1991	1,09	-
2000	2,24	105
2010	4,40	96

Fonte: elaboração própria a partir do Atlas 2013 (2016).

A pesquisa sobre o percentual de Cachoeiranos com nível superior completo mostra que, apesar do crescimento no número de Cachoeiranos com graduação ao longo dos anos,

⁴⁴ O Atlas dos Municípios 2013 buscou entender a razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100

sua relação com universo ainda é muito pequena, ou seja, se tomarmos como base a taxa do ano de 2010, a relação que se estabelece mostra que a cada 100 Cachoeiranos, apenas 4 possuem nível superior.

Finalizando nossa pesquisa, ainda sobre os efeitos sociais produzidos pela universidade, buscamos perceber o grau de cooperação da universidade com os temas públicos de relevância local. Nota-se na pesquisa, que os membros da universidade, nesse caso, apenas servidores e professores, possuem uma baixa participação nas discussões públicas do município. Quando questionados sobre a participação nos debates públicos (participação em movimentos sociais local, sessões na câmara de vereadores, conselhos municipais, dentre outros), grande parte dos entrevistados afirmaram não participar dessas discussões, chegando a 90% desses.

Essa pesquisa ajudou a entender como as políticas sociais podem atuar em diferentes contextos. Apesar da UFRB/CAHL contribuir com crescimento da economia local, e com a oferta de ensino público superior, não é possível afirmar que, a partir de sua chegada, houve significativas transformações sociais.

A baixa participação de Cachoeiranos na oferta de ensino superior pode refletir a necessidade de entender outros aspectos limitadores de sua participação no processo de ensino. Essa constatação sinaliza que as políticas sociais, em diferentes estruturas, podem, em médio prazo, não refletir aquilo que se é esperado.

No entanto, não descartamos sua contribuição para aqueles Cachoeiranos que tiveram a oportunidade de concluir sua graduação. Como foi observado, mais da metade desses, estão inseridos no mercado de trabalho. Entretanto, entendemos que, para que outros possam fazer parte desse crescimento, é necessário ações por parte do poder público local, no sentido de utilizar o aumento das rendas, provenientes do aquecimento da economia, para prover desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Esforço Tecnológico de Investimentos em Capital Humano nas Empresas do Setor de Bens de Capital Brasileiro. São Paulo, 1992. Dissertação (mestrado em Economia), USP, 1992.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOVO, J. M ; SILVA, R. T. da; GUZZI, V. de S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços á comunidade. Perspectivas-Revista de Ciências Sociais UNESP.São Paulo, n.19, p. 7185, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. [pp. 19-62]

CASTELO, Rodrigo. O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COSTA PINTO, L. A. Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910) /Walter Fraga Filho. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural. 3.ed. Paz e Terra, 2000

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

HOBBSBAWM, Eric J. A Era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOCHMAN, Gilberta (mg.) Políticas públicas no Brasil. / organizado por Gilberta Hochman, Marta Arcetche e Eduardo Marques. - Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007

LOPES, Roberto Paulo Machado. Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista. 2012. Tese (Doutorado em Geografia, Planificação Territorial e Gestão Ambiental). Universidade de Barcelona, 1998.

MARX, K.; O CAPITAL, VOLUME I e II Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultural Ltda.; 1996, Círculo do Livro Ltda. Títulos originais: Value, Price and Profit; Das Kapital - Kritik der Politischen konomie. Apresentação de autoria de Winston Fritsch.

MARCELIN , Louis H. 1996. A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre Os Negros do Recôncavo da Bahia. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

MENEZES-FILHO, Naércio; MARCONDES, Renato L.; PAZELLO, Elaine T.; SCORZAFAVE, Luiz G. Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006. Salvador. Anais...Salvador: Anpec, 2006.

Métodos de pesquisa/[organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 10 out 2015.

MORAES, F. F. de Universidade, inovação e impacto socioeconômico. Perspectivas [on line], São Paulo, v.14, n.3, jul/set 2000, p.8-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000300003&lng=en&nrm=iso> Acessado em: 10 de janeiro de 2004.

MUNIZ, J. A.; ABREU, A. R. de. Técnicas de Amostragem. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. p. 33.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica/José Paulo Netto e Marcelo Bras. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 1990: crise e reforma. disponível em: <<http://www.mare.gov.br/reforma>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (org.). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

PESQUISA OPERACIONAL PARA DECISÃO EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO: CONTABILOMETRIA/Luiz J. Corrrar, Carlos Renato Theóphilo, (coordenadores). – São Paulo: Atlas, 2004.

PINDYCK, Robert. S & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Makron, 1994.

POLANTI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional./Cássio Fredico Camargo Rolim, Maurício Aguiar Serra./ 1ª ed. (ano 2009), 1ª reimpr./Curitiba: juruá, 2010.

ROLIM,C. & Kureski,R. (2006) **Impacto Econômico de Curto Prazo das Universidades Estaduais Paranaenses**. Curitiba. Relatório de Pesquisa realizada para a Secretaria e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do estado do Paraná.

SALVATORE, D. Microeconomia. São Paulo: MacGraw-Hill, 1984

SAUL, Renato Paulo. As raízes renegadas da teoria do capital humano. *Sociologias*, Porto Alegre, v. Ano 6, n. 12, p. 230-273, jul/dez 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>. Acesso em: 19 jul 2009.

SCHNEIDER, L. Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). UNIFRA, Santa Maria, 2002. Disponível em: <<http://www.economia.unifra.br/pesquisa4.htm>> Acessado em: 15 de janeiro de 2016.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. O ensino superior e a formação do educador na nova LDB, *Universidade e Sociedade*. São Paulo: Andes, v.2, n.3, jun. 1992

SOUZA, Vieira. José. Educação superior no Brasil: expansão, avaliação e tendências na formação do professor. In: Cunha, Célia; Vieira José; Abádia, Maria (org) *Políticas Públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

TEIXEIRA, Anísio. A expansão do ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.36, n.83, jul./set. 1961. p.3-4.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Evaldo. Os diretos e a política/Evaldo Vieira. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT. FRANCISCO (Org). *Os Clássicos da Política*, vol. 1. São Paulo: Ática, 2002.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRÉ-TESTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADE E
DESENVOLVIMENTO – PPGCS

Este questionário busca identificar aspectos relacionados à dimensão social e econômica da participação da Comunidade acadêmica do CAHL, na realidade social do município da Cachoeira. Esse trabalho vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da UFRB/CAHL.

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE:

1. Gênero:

1. Feminino 2. Masculino 3. Outro: _____

2. Idade:

1. 18 a 25 anos 2. 26 a 35 anos 3. 36 a 45 anos 4. 46 a 55 anos 5. 56 anos ou mais

3. Renda [Em R\$]:

1. Até 400 2. 880 3. 881 a 1.300 4. 1.301 a 1.760 5. 1.761 a 3.000 6. 3.001 a 4.000
 7. 4.001 a 5.000 8. 5.001 a 7.000 9. 7.001 a 10.000 ou mais

4. Formação em:

1. Gestão Pública 2. História 3. Cinema e Áudio 4. Museologia 5. Serviço Social 6. Comunicação 4. Artes Visuais 8. Ciências sociais 9. Mest. Ciências sociais 10. Mest. História da África

5. Durante o período em que estudava, foi contemplado(a) com bolsas da PROPAE?

1. Sim 2. Não

6. Durante o período em que estudava, foi contemplado(a) com bolsa de iniciação científica?

1. Sim 2. Não

7. Estar residindo em Cachoeira:

1. Sim 2. Não

II-DIMENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO RESPONDENTE

7. Ocupação atual:

1. Estudante 2. Empregado 3. Servidor público 4. Empresário 5. Outros: _____

(é possível mais de uma resposta para essa questão)

8. Atualmente estar desenvolvendo alguma atividade remunerada em sua área de formação?

1. Sim 2. Não

9. Caso tenha respondido “SIM”, para a questão anterior, responda: qual atividade estar desenvolvendo?

10. Caso não esteja desenvolvendo nenhuma atividade em sua área no município de Cachoeira, responda marcando o que pode estar comprometendo sua inserção na área de formação:

- Não procuro trabalho em minha área.
 Não me identifico mais com minha área de formação.
 A pouca oferta de trabalho em minha área de formação.
 É necessário melhorar minha qualificação.
 Não há oferta de trabalho em minha área de formação
 Outros aspectos, de ordem pessoal, podem estar comprometendo minha inserção no mercado.

11. Você reconhece as potencialidades ambientais, culturais e a vocação turística de Cachoeira?

1. Sim 2. Não

12. Em sua opinião, os cursos ofertados pelo CAHL contemplam as potencialidades e necessidades de Cachoeira?

1. Sim 2. Não

13. Em sua opinião, Cachoeira possui capacidade de ampliar o mercado de trabalho em sua área de formação? 1. Sim 2. Não

14. Levando em conta os cursos ofertados pelo CAHAL e as potencialidades ambientais, culturais, e a vocação turística de Cachoeira, o que falta para que o mercado de trabalho absorva aqueles que estão sendo formados pela universidade?

- Falta de investimento pelo poder público para ampliar o potencial Cachoeirano
 Maior participação do CAHL como articuladora dos debates públicos sobre o desenvolvimento de Cachoeira
 Uma maior participação da sociedade civil Cachoeirana na cobrança de ações públicas
 Falta de interesse e investimento por parte da iniciativa privada
 Outros: _____

15. Levando em consideração o atual cenário de Cachoeira, você acredita que sua formação tem dado algum tipo de contribuição para o desenvolvimento local?

1. Sim 2. Não

16. Você tinha a pretensão de fazer algum outro curso que não fosse os ofertados pelo CAHL?

1. Sim 2. Não

17. Caso sua resposta tenha sido “sim”, responda: qual curso gostaria de ter feito?

1. Próprio 2. Alugado 3. Hotel/Pousada de parentes de família (pensão) Outros: _____

(Se residente em Cachoeira ou São Félix informe sobre a sua condição como residente).

10. Qual o gasto mensal com moradia de aluguel, hospedagem e outros.

(A questão só é pertinente se Imóvel = {Alugado} e Imóvel = {[hotel, pousada, familiae]})

11. Utiliza serviços de terceiros para manutenção e limpeza da residência?

1. Sim 2. Não

12. Qual a estimativa de gasto mensal com manutenção e limpeza da residência?

(A questão só é pertinente se possui serviços de secretária do lar, ou diaristas)

13. Durante o desenvolvimento de suas atividades no CAHL, você realiza alguma refeição em empresas de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

14. Quai(s)?

1. Café da Manhã 2. Almoço 3. Jantar 4. Lanche 5. Todas as refeições

15. Qual o valor médio estimado gasto mensalmente com as refeições?

16. Costuma realizar compras de cesta básica nas cidades de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

17. Qual o valor estimado dos gastos mensais com cesta básica? Valor: _____

18. Costuma utilizar os serviços privados de saúde dos municípios de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

19. Qual o valor médio gasto mensalmente com os serviços privados de saúde?

20. Desenvolve algum tipo de atividade física (academia, pilates, natação, dentre outros) em empresas da cidade de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

21. Qual o valor médio gasto mensalmente com atividade física?

22. Desenvolve algum tipo de serviço de esteticista/beleza em empresas da cidade de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

23. Qual o valor médio gasto mensalmente com serviços de esteticistas/beleza?

24. Frequenta bares em Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

25. Qual o valor médio gasto mensalmente com consumo em bares?

26. Possui gastos com dependentes realizados nos municípios de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

27. Se sim, quais são os gastos?

1. Escola 2. Consultas médicas 3. Atividades físicas 4. Lazer 5. Cursos 6. Outros
(pode ser respondida mais de uma opção)

28. Possui algum tipo de vínculo com Bancos nas cidades de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

29. Qual(ais) vínculo(s) bancários você possui em agências da cidade de Cachoeira e São Félix?

1. Poupança 2. Conta corrente 3. Financiamentos Veículo 4. Financiamento de casa 4. Investimentos 5. Outros.

(Você pode marcar diversas casas.)

APÊNDICE C – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADE E
DESENVOLVIMENTO - PPGCS

Este questionário busca identificar aspectos relacionados à dimensão social e econômica da participação da comunidade acadêmica do CAHL, na realidade social do município da Cachoeira. Esse trabalho vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da UFRB/CAHL.

UFRB - 2015.2

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE:**1. Gênero:**

1. Feminino 2. Masculino 3. Outro: _____

2. Idade:

1. 15 a 25 anos 2. 26 a 35 anos 3. 36 a 45 anos 4. 46 a 55 anos 5. 56 anos ou mais

3. Faixa Salarial [Em R\$]:

1. Até 1000 2. 1.001 a 3.000 3. 3.001 a 5.000 4. 5.001 a 7.000 5. 7.001 a 9.000 6. 9.001 a 11.000 7. 11.001 ou mais

4. Formação:

1. Segundo Grau Completo 2. Graduação em Curso 3. Graduado 4. Especialista 5. Mestrando 6. Mestre 7. Doutorando 8. Doutor 9. Pós-doutor

5. Natural de:

1. Cachoeira 2. Outro Município _____

6. Qual o município de origem?

(A questão só é pertinente se Origem = {Outro Município})

7. Ocupação:

1. Discente 2. Docente 3. Servidor 4. Terceirizado

DIMENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAHL**08. Para o desenvolvimento de suas atividades no CAHL, mesmo que temporário, você está reside em qual município:**

1. Cachoeira 2. São Félix 3. Outro Município _____

09. Qual município?

(A questão só é pertinente se Residência = {Outro Município})

10. Para o desenvolvimento de suas atividades no CAHL, mesmo que temporário, você está residindo em imóvel:

1. Próprio 2. Alugado 3. Momentâneo [hotel, pousada ou outra modalidade]

(Se residente em Cachoeira e São Félix informe sobre a sua condição como residente.)

11. Momentâneo [Hotel/Pousada]

1. Cachoeira 2. São Félix

(A questão só é pertinente se Imóvel = {Momentâneo [hotel, pousada ou outra modalidade]})

12. Qual o tipo de hospedagem?

1. Hotéis 2. Apart-hotel 3. Pousada 4. Casas de familiares 5. Casa de família:

(A questão só é pertinente se Imóvel = {Momentâneo [hotel, pousada ou outra modalidade]})

13. Qual o valor gasto com moradia [aluguel ou hotel/pousada]

(A questão só é pertinente se Imóvel = {Alugado} e Imóvel = {Momentâneo [hotel, pousada ou outra modalidade]})

14. Utiliza serviços de terceiros para manutenção e limpeza da residência?

1. Sim 2. Não

15. Se sim, qual o tipo?

1. Diaristas 2. Empregada doméstica

(A questão só é pertinente se Serviços de terceiros [doméstico] = {Sim})

16. Se diarista, qual o desembolso mensal?

(A questão só é pertinente se Serviços de terceiros [doméstico] = {diaristas})

17. Se empregada doméstica, qual o desembolso mensal?

(A questão só é pertinente se Serviços de terceiros [doméstico] = {empregada doméstica})

18. Realiza alguma das três refeições em empresas dos municípios de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

19. Se sim, Qual(ais)?

1. Café da Manhã 2. Almoço 3. Jantar 4. Lanche 5. Todas as refeições

20. Qual o valor médio pago mensalmente com as refeições?

21. Costuma realizar compras de cesta básica nas cidades de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

22. Qual o valor médio gasto mensalmente com as compras?

23. Costuma utilizar os serviços privados de saúde dos municípios de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

24. Qual especialidade?

1. Médicos especialistas 2. Clínico geral 3. Dentistas 4. Fisioterapeutas 5. Todos

25. Qual o valor médio gasto mensalmente com os serviços privados de saúde?

26. Desenvolve algum tipo de atividade física (academia, pilates dentre outros) em empresas da cidade de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

27. Com que frequência mensal costuma realizar essas atividades?

1. Semanal 2. Mensal 3. Outro. Especifique: _____

28. Qual o valor médio gasto mensalmente com atividade física?

29. Desenvolve algum tipo de serviço de esteticista/beleza em empresas da cidade de Cachoeira e São Félix?

1. Sim 2. Não

30. Com que frequência mensal costuma realizar esses serviços de esteticistas/beleza?

1. Semanal 2. Mensal 3. Outro. Especifique: _____

31. Qual o valor médio gasto mensalmente com serviços de esteticistas/beleza?

32. Frequenta bares e/ou restaurantes [lazer/diversão] em Cachoeira e São Félix?

APÊNDICE D – PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADE E
DESENVOLVIMENTO - PPGCS

Este questionário busca identificar aspectos relacionados à dimensão social e econômica da participação da comunidade acadêmica do CAHL, na realidade social do município da Cachoeira. Esse trabalho vem sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da UFRB/CAHL.

I-CARATERIZAÇÃO DA EMPRESA

1. Quanto tem a empresa atua no comércio local? _____
2. Qual o segmento, ou atividade econômica da empresa? _____
3. Qual o porte da empresa? _____
4. Quantos funcionários a empresa tem atualmente? _____

II-DIMENSÃO ECONÔMICA E SOCIAL

5. Sua empresa foi aberta para atender diretamente as demandas da universidade?
 1. Sim 2. Não
6. É possível perceber em seu estabelecimento estudantes, professores e servidores da universidade?
 1. Sim 2. Não
7. Foi possível perceber aumento no faturamento após a chegada da universidade?
 1. Sim 2. Não
8. Após a cheda da universidade houve aumento no número de funcionários?
 1. Sim 2. Não
9. É possível creditar o aumento no quadro de funcionários em decorrência à chegada da universidade? 1. Sim 2. Não
10. Houve algum tipo de qualificação no quadro de funcionários para atender possíveis novas demandas da universidade. 1. Sim 2. Não
11. Houve algum tipo de investimento na estrutura (modernização ou ampliação) para atender o público universitário? 1. Sim 2. Não

12. É possível perceber queda no faturamento durante períodos de recesso (greve ou férias) da universidade? 1. Sim 2. Não

13. Em sua opinião, a universidade tem contribuído para o desenvolvimento da cidade?

1. Sim 2. Não

14. Em sua opinião, com a chegada da universidade houve aquecimento da economia de Cachoeira?

1. Sim 2. Não

15. Opine sobre os possíveis efeitos produzidos com a chegada da universidade?

Aumento da criminalidade

Aquecimento do comércio com maior número de empresas

Aumento da demanda por novos produtos e serviços

Um maior fluxo de pessoas na cidade

Melhorias na infraestrutura da cidade por parte do poder público

Aumento na demanda por melhor qualidade nos serviços
